

CORREIO BRAZILIENSE

BRAZILIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2025

NÚMERO 22.917 • PÁGINAS • R\$ 5,00



Peter Leone/Estadão canteúdo

Impedimentos roubam a cena no primeiro jogo

Corinthians e Vasco balançam a rede em Itaquera, mas gols são corretamente anulados e frustram as torcidas. Não há vantagem no segundo confronto. Se houver novo empate no Maracanã, domingo, às 18h, o título da Copa do Brasil será decidido nos pênaltis.

Karim Jaafar/AFP



Quatro vezes, Flamengo? — Pênaltis desperdiçados em série frustram sonho do bi em título inédito do PSG na Copa Intercontinental.

PÁGINAS 19 E 20

Supremo derruba lei do Marco Temporal para terras indígenas

PÁGINA 6

Redução de penas é aprovada pelo Senado. Lula deve vetar

Aprovado ontem à noite pelo Senado — foram 48 votos favoráveis, 25 contrários e uma abstenção —, o Projeto de Lei da Dosimetria muda critérios para fixação e execução das penas para os condenados pelo STF por tentativa de

golpe. Um dos beneficiados é o ex-presidente Jair Bolsonaro, que pegou 27 anos de detenção e está numa sala da Superintendência da Polícia Federal em Brasília. Cálculos com base no texto apontam que o ex-chefe

do Executivo teria o regime fechado reduzido de 5 anos e 11 meses para 3 anos e 3 meses. Embora tenha saído de um acordo entre lideranças partidárias, inclusive do governo, o PL recebeu críticas. "Estamos diante de um

projeto infame", disse o senador Renan Calheiros (MDB-AL). A proposta segue agora para sanção do presidente Lula, que antecipou a intenção de vetar o projeto, o que foi confirmado por correligionários. PÁGINA 2

Ano complexo para o STJ



Casos de grande amplitude e repercussão passaram pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2025. Confira uma retrospectiva das principais ações da Corte.

Coluna Data Venia

TRF1 vai contratar mulher vítima de violência

Artigo

Thais Cremasco analisa o feminicídio no Brasil

Minervino Junior/CB/D.A Press



Cidade de todos os sabores

Festival Botecar Brasília premiou ontem os vencedores (foto) da edição 2025, que contou com 35 bares e restaurantes e teve promoção do Correio. Festa no espaço Oscarito, no SIG, corou o Bar do Chico Pança, na 201 Norte — petiscos, cerveja gelada e ambiente foram avaliados.

PÁGINA 18

Entre adeus e alinhamento

Ricardo Stuckert/PR



Última reunião ministerial do ano foi marcada pela saída de Celso Sabin (na foto com Lula) do Ministério do Turismo. Presidente cobra dos principais assessores da Esplanada maior divulgação das ações das pastas. Encontro teve forte tom eleitoral.

PÁGINA 5

PL corta incentivos e eleva imposto de bens

PÁGINA 8

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Em defesa da imprensa livre

No CB.Poder, a presidente do Instituto Palavra Livre, Patrícia Blanco, destacou que a liberdade de imprensa é um direito fundamental e deve ser vista como bem público.

PÁGINA 14

Insegurança com chegada das festas

PÁGINA 13

20th Century Studios/Divulgação



Para repetir o sucesso

Com *Avatar: Fogo e cinzas*, James Cameron retoma a história galática e ambiental do povo Na'vi 13 anos depois de surpreender Hollywood. Filme estreia hoje com promessa de grande público nas salas.

Orquestra toca na Esplanada

O samba embala a Rodoviária

PÁGINAS 17, 21 E 22

Mercosul

Brasil ameaça desistir

Dante da possibilidade de novo adiamento por França e Itália, o presidente Lula disse que se o acordo não for feito no dia 20, na Cúpula, "o Brasil não fará mais".

PÁGINA 7

Venezuela

Maduro alerta a ONU

Presidente venezuelano, Nicolás Maduro, conversa com secretário-geral Antônio Guterres e denuncia "graves implicações à paz" diante de ações dos Estados Unidos.

PÁGINA 9



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • (61) 99158.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 • (61) 99256.3846

PODER

PL pró-golpistas deve ser vetado por Lula

Senado aprova projeto que reduz pena dos envolvidos no 8/1 e beneficia Bolsonaro, mas expectativa é de que chefe do Planalto refute texto. Aval à matéria ocorre após reviravolta na CCJ, com parlamentares denunciando acordo do governo com a oposição

» VANILSON OLIVEIRA

O Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei 2.162/2023, conhecido como PL da Dosimetria, que altera critérios para a fixação e a execução das penas aplicadas a condenados por crimes contra o Estado Democrático de Direito, incluindo os envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e o ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos de cadeia por tentativa de golpe de Estado e outros crimes. A proposta foi avalizada em plenário por 48 votos favoráveis, 25 contrários e uma abstenção, após ter passado, mais cedo, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deve vetá-lo.

Pelo projeto, Bolsonaro, que teria de cumprir 5 anos e 11 meses de prisão em regime fechado, conseguiria a redução para apenas 3 anos e 3 meses. O ex-presidente está detido na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), reconheceu ter defendido o avanço do texto, por já ter maioria formada na Casa.

Em troca, ele fez um acordo para não travar a pauta que corta incentivos fiscais e eleva a tributação de fintechs e de bets. "A dosimetria já tinha maioria formada. Eu fiz um acordo de procedimento, não de mérito, para não travar a pauta econômica. A responsabilidade é minha", justificou.

A matéria chegou ao plenário após ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por 17 votos a favor e sete contra, em uma sessão marcada por divergências sobre o alcance das mudanças. O relator do projeto, senador Esperidião Amin (PP-SC), promoveu ajustes em relação à versão aprovada pela Câmara dos Deputados, restringindo expressamente os efeitos da proposta aos crimes relacionados aos ataques às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro, e afastando a possibilidade de aplicação generalizada a outros tipos penais, o que poderia beneficiar criminosos comuns.

Ele justificou que foi preciso eliminar brechas que poderiam beneficiar líderes de organizações criminosas. Após a aprovação no Senado, o relator comemorou e disse que esse é o caminho para selar a paz. "Essa vitória não é pessoal de ninguém. Essa vitória é a vitória do

bom senso, da busca da paz. Não é que ela fará a paz, mas é um gesto, um passo nessa direção. Temos que celebrar o Natal e o novo ano, que vai trazer novas esperanças", afirmou Amin em plenário.

O parecer aprovado incorporou uma emenda apresentada pelo senador Sergio Moro (União-PR), que altera dispositivos da Lei de Execução Penal para restringir a redução de penas em regime fechado nos crimes contra o Estado Democrático de Direito. Para o relator, a proposta não configura anistia, mas corrige excessos. "Há um consenso de que a mão foi pesada, muito pesada", declarou.

A classificação da emenda como de redação provocou controvérsia durante a tramitação na CCJ. O presidente da comissão, senador Otto Alencar (PSD-BA), avaliou que a mudança tinha mérito, mas, a pedido do líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), o tema foi submetido ao colegiado. Em votação simbólica, prevaleceu o entendimento de que se tratava apenas de ajuste redacional, o que evitou o retorno do texto à Câmara.

Novos parâmetros

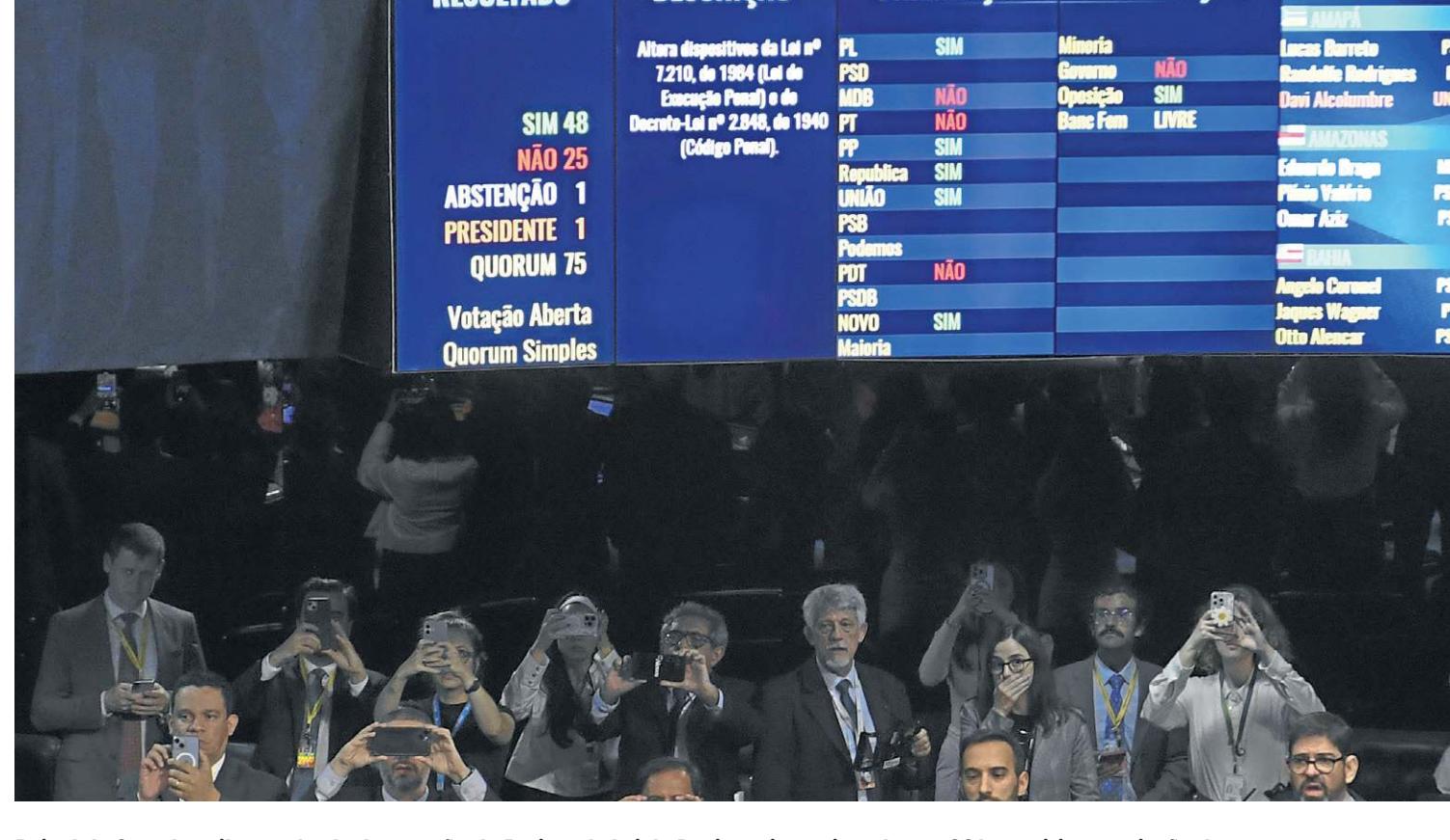
O projeto estabelece novos parâmetros para a progressão de regime nos crimes contra o Estado Democrático de Direito. Pelo texto aprovado, o condenado deverá cumprir ao menos 16,6% da pena para progredir de um regime mais gravoso para outro mais brandão, como do fechado para o semiaberto, desde que apresente bom comportamento carcerário. A regra se aplica independentemente de reincidência ou do uso de violência ou grave ameaça.

Atualmente, a legislação prevê o cumprimento mínimo de 16% da pena apenas para réus primários que não tenham praticado crimes com violência ou grave ameaça. No caso do 8 de Janeiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, em diversas condenações, a ocorrência de violência e grave ameaça, o que exigiria percentuais mais elevados para a progressão de regime, pelas regras vigentes.

Nos demais crimes, o texto mantém os percentuais atuais. Em casos de crimes cometidos com violência ou grave ameaça, por exemplo, o condenado primário deverá cumprir 25% da pena para ter direito à progressão. Para reincidentes e crimes mais graves, os percentuais continuam mais elevados.

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador, em declaração antes da votação do texto

Jonas Pereira/Agência Senado



Painel do Senado exibe resultado da votação do Projeto de Lei da Dosimetria: reviravolta na CCJ permitiu apreciação do texto



De nossa parte, não tem nenhuma possibilidade de acordo, seja com anistia raiz, seja com anistia nutella. Não há tolerância para quem comete crime contra a democracia. Se for aprovado, o presidente Lula vetará esse projeto"

Acordo e acusação a Moraes

A aprovação no Senado do PL da Dosimetria ocorre após uma reviravolta na votação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em que um acordo entre governo Lula e a oposição permitiu a votação do texto ainda em 2025. O líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA), foi criticado pela articulação.

Senadores independentes acusaram governo e oposição de fazerem um acordo para permitir a votação do relatório. O presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), contrário ao PL da Dosimetria, chegou a cobrar as lideranças do governo por deixarem-no sozinho defendendo a rejeição do texto.

"Uma hora eu olhei ao redor e pensei 'nossa, só tem a gente (da oposição) aqui'", disse o senador Carlos Portinho (RJ), líder do PL, após o pedido de vista que atrasou a votação em quatro horas, pela manhã.

Renan Calheiros (MDB-AL) protestou contra a votação e acusou Jaques Wagner de ter sugerido liberar a apreciação do relatório em troca de apoio na votação de um pacote econômico em plenário.

"Há pouco, veio aqui o líder do

governo no Senado dizer a mim que ele concordava em deixar votar a matéria, porque queria votar o PL que iria elevar as alíquotas de bets e de fintechs", declarou Calheiros.

O senador se referia ao projeto de lei aprovado na Câmara, na madrugada de ontem, que reduz benefícios fiscais em 10% e amplia a tributação de casas de apostas e fintechs para aumentar a arrecadação em 2026.

Alessandro Vieira (MDB-SE), por sua vez, afirmou que o suposto acordo envolveria até mesmo o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a quem chamou de "falso herói" por, segundo ele, criticar o PL da Dosimetria e articular sua tramitação nos bastidores.

"Nos bastidores está acontecendo um grande acordo que envolve diretamente o ministro Alexandre de Moraes, que se entende no direito de interagir com senadores e deputados, sugerindo, inclusive, texto, enquanto na tribuna da Suprema Corte verbaliza o contrário, que o Congresso vai muito mal quando sinaliza para a sociedade. Este texto

que estamos votando é fruto de um acordo entre o governo Lula, parte de oposição e o ministro Alexandre de Moraes", acusou Vieira.

Os principais líderes do governo estavam ausentes da sessão na CCJ em razão de uma reunião ministerial com o presidente Lula, mas se manifestaram assim que deixaram a agenda.

"Quero deixar bem claro. De nossa parte, não tem nenhuma possibilidade de acordo, seja com anistia raiz, seja com anistia nutella. Não há tolerância para quem comete crime contra a democracia," frisou o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP). "Se for aprovado, o presidente Lula vetará esse projeto", acrescentou.

Jaques Wagner chamou a responsabilidade para si e afirmou que fez acordo sem consultar a ministra da articulação política do Planalto, Gleisi Hoffmann, e o presidente. Ele diz que o combinado envia meramente uma questão "de procedimento", para que a proposta fosse votada ainda neste ano, e não sobre o conteúdo do texto.

Bolsonaristas em pé de guerra contra Motta

» WAL LIMA
» DANANDRA ROCHA

A aprovação do Projeto de Lei (PL) da Dosimetria, no Senado, não aplacou a irritação de bolsonaristas com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Como a votação do texto entre os senadores só ocorreu agora, nos últimos dias de trabalho do Parlamento e ainda há a expectativa de voto do PL pelo Palácio do Planalto, o assunto só voltará às discussões em 2026.

Segundo parlamentares de direita, Motta demorou para pautar a matéria na Câmara, mesmo após ter acordado, quando concordaria à Presidência da Casa, que colocaria a matéria em votação. A eleição dele teve apoio do Partido Liberal.

Durante café da manhã com jornalistas, ontem, o líder da oposição, Luciano Zucco (PL-RS), afirmou que Motta "não tem mais crédito com a oposição". Disse que os compromissos assumidos pela Presidência deixaram de ser considerados confiáveis.

"A gente não acredita mais no que está sendo proposto", declarou. Ele também criticou a forma como Motta conduziu a conversão do projeto da anistia para dosimetria, mesmo com a oposição tentando propor uma versão mais restrita da proposta.

Para Zucco, o comando do cargo pelo deputado tem sido marcado por falhas no cumprimento de acordos políticos. "Acho que a gestão do presidente Hugo Motta foi uma

gestão muito ruim no tocante a cumprimento de acordos e palavras. Ele não conseguiu cumprir o que tinha se comprometido, seja com o PL, seja com o Bolsonaro", disse. A intenção dos bolsonaristas era livrar da cadeia o ex-presidente, condenado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes.

Em reação às declarações de Zucco, o líder do PSB na Câmara, Pedro Campos (PE), afirmou que todos os compromissos assumidos por Motta com sua bancada foram cumpridos e destacou o esforço do presidente da Casa em manter os acordos firmados durante o processo que o levou ao comando do Legislativo.

"Absolutamente todos os

compromissos que foram firmados do presidente Hugo Motta com a bancada do PSB foram cumpridos", sustentou. Segundo ele, houve "esforço" de Motta em honrar o que foi acordado ainda no curto período de campanha interna.

No Senado, também houve críticas a Motta. O senador Jorge Seif (SC), segundo vice-líder do PL, criticou a postura do presidente da Câmara por tirar a proposta de anistia da apreciação dos deputados.

"No projeto inicial proposto pelo deputado Marcelo Crivella, ele previa, sim, a anistia, mas foi desvirtuado e encaminhado para uma dosimetria pelo relator Paulinho da Força, muito mal escutado, aliás, pelo presidente Hugo Motta", disparou.



Zucco afirmou que Motta "não tem mais crédito com a oposição"

MUDANÇAS NO PAT PODEM COMPROMETER A ENTREGA DA ALIMENTAÇÃO AO TRABALHADOR

SETOR DE BENEFÍCIOS ALERTA PARA RISCOS DE DESVIO DE FINALIDADE E DE ENFRAQUECIMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA QUE HÁ CINCO DÉCADAS CONTRIBUI PARA A SAÚDE E A NUTRIÇÃO DE MILHÕES DE BRASILEIROS

Divulgação



Apresentado por:



» GABRIELLA COLLODETTI

Há quase 50 anos, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) cumpre um papel estratégico na promoção da segurança alimentar e, consequentemente, da saúde e da produtividade de milhões de trabalhadores brasileiros. Viabilizado por um ecossistema eficiente de empresas especializadas em benefícios, a iniciativa tornou-se uma das mais bem-sucedidas políticas públicas de alimentação do país, combinando incentivo fiscal, controle do uso dos recursos e capilaridade nacional.

Na prática, o PAT funciona por meio da adesão voluntária das empresas, que passam a oferecer benefícios como vale-refeição (VR), vale-alimentação (VA) ou refeições no próprio local de trabalho, por meio de refeitórios. Esses benefícios são concedidos com custos reduzidos para os empregados, ampliando o acesso a uma alimentação adequada e equilibrada ao longo da jornada laboral.

No entanto, a Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT) alerta que esse arranjo está sob forte ameaça após a publicação do decreto nº 12.712/2025, sancionado no mês de novembro, que promove mudanças profundas nas regras dos vales-refeição e alimentação. "O risco maior é transformar um programa de alimentação, com controles específicos e finalidade claramente definida, em uma plataforma de meios de pagamentos", afirma Lucio Capelletto, presidente da entidade.

Isso porque, entre as alterações, é imposto um arranjo aberto sem observar as premissas originais da operação nos processos de credenciamento e monitoramento. A preocupação, segundo Capelletto, diz respeito ao fato de que, no arranjo aberto, são permitidos múltiplos participantes sem regras setoriais, o que tende a desmantelar mecanismos de controle que hoje

garantem monitoramento e fiscalização atuantes, evidenciados pelo descredenciamento de cerca de 3.500 estabelecimentos por ano por uso indevido como a venda do benefício com deságio e o uso para compra de produtos não alimentícios. Sem esse controle, o programa fica mais vulnerável e o trabalhador, menos protegido.

"A possibilidade de uso dos vales em estabelecimentos comerciais credenciados por qualquer adquirente tende a desvirtuar a finalidade do PAT, caso não seja implementado mecanismos de monitoramento e fiscalização eficazes. O impacto no faturamento de estabelecimentos credenciados que comercializam refeições deverá ser significativo, pois com o aumento de estabelecimentos credenciados sob critérios menos rigorosos haverá migração do uso para uma ampla variedade de produtos não necessariamente destinados à alimentação," explica o executivo.

Sobre esse aspecto, o advogado e professor Celso Fernandes Campilongo, da Faculdade de Direito da USP e da PUC-SP, é categórico ao afirmar que, mesmo no arranjo aberto, é indispensável que o gasto se dê apenas em aporte nutricional do trabalhador, ou seja, com a compra de refeições e alimentos. Não é dado ao trabalhador custear, a partir do benefício, despesas com escolaridade, ginástica, combustível ou transporte, ainda que necessárias ao trabalho. Neste ponto, nada mudou com a nova legislação", reforça.

Além desse ponto crítico, as alterações impostas pelo decreto representam um grande desafio operacional e contratual para as empresas do setor. Elas exigem reconfiguração de políticas internas, revisão de contratos com credenciadoras e ajustes nos controles de operações indevidas.

"Não se trata de uma mudança simples: é necessária uma reengenharia completa, com testes integrados e migração cuidadosa. Com prazos curtos para a implementação, há risco concreto de instabilidade, erros em escala e até mesmo de descontinuidade do serviço com impacto direto na entrega da alimentação ao trabalhador", complementa Capelletto.

Outro ponto de grande preocupação é o impacto econômico e social das

PRINCIPAIS POTENCIAIS PONTOS CRÍTICOS DO DECRETO Nº 12.712/2025 E SEUS IMPACTOS REGULATÓRIOS

- Desvio de finalidade do PAT: potencial de transformação do benefício em meio de pagamento, colocando a nutrição e a saúde do trabalhador em segundo plano.
- Inconstitucionalidade: invasão da reserva legal e infringência a princípios constitucionais.
- Impacto econômico: aumento de risco regulatório.
- Caso a AIR não tenha sido realizada: descumprimento das Leis nº 13.848/2019 e 9.784/1999.
- Concentração de poder no Executivo: Comitê Gestor sem regras claras de funcionamento.
- Efeito colateral: maior quantidade e diversidade de estabelecimentos credenciados sem observar os critérios do PAT, com aumento do risco de uso dos vales em itens não destinados à alimentação.

esta alimentar. "Apesar de a nova regulação buscar maior eficiência e competitividade dentro da cadeia de meios de pagamento, não possui conexão causal com o preço ao consumidor final. Para o governo, a medida não é inflacionária, mas tampouco produz desinflação. Para o consumidor, não haverá alteração perceptível no custo de vida alimentar. E, para o setor, a economia é interna e serve para recomposição de fluxo de caixa e sobrevivência operacional".

A ausência de Análise de Impacto Regulatório (AIR), exigida pela Lei nº 13.848/2019 e pela Lei nº 9.784/1999 para mudanças dessa magnitude, também agrava o cenário. Caso a AIR não tenha sido realizada, o decreto pode afrontar princípios de previsibilidade e racionalidade econômica que devem orientar a atuação regulatória do Estado. "É um cenário que traz incertezas sobre o impacto da regulação e que poderá pressionar a sustentabilidade do setor", destaca.

COLABORAÇÃO ENTRE PODER PÚBLICO E SETOR

Diante desse cenário, a ABABT defende um debate técnico que assegure mudanças sem comprometer a qualidade do serviço nem a solidez do ecossistema, com colaboração entre o poder público e o setor de benefícios para a construção de soluções que preservem o papel social do PAT e mitiguem riscos econômicos e jurídicos. O decreto instituiu um Comitê Gestor Interministerial, mas a ausência de regras claras sobre seu funcionamento gera apreensão adicional no mercado.

"A sustentabilidade do PAT precisa ser garantida por meio de uma construção conjunta, assegurando que o programa continue cumprindo, de forma plena e íntegra, seu papel social para os trabalhadores", afirma Capelletto. "Sem uma comunicação aberta e construtiva, há risco significativo de desestruturação do sistema, com prejuízos à qualidade da alimentação oferecida e, em última instância, o comprometimento de um modelo que beneficia milhões de trabalhadores há décadas. As empresas do setor estão dispostas para contribuir com a melhor solução técnica, que garanta viabilidade de implementação, qualidade dos serviços e solidez de todo o ecossistema", defende.

mudanças impostas. Com a abertura do arranjo, as 514 empresas autorizadas a funcionar - de diferentes portes e distribuídas regionalmente, o que garante a utilização do benefício em todo o país - correm risco de deixar o mercado. Muitas dessas empresas de menor porte atuam junto a cerca de 2.500 municípios com mais de 4,5 milhões de colaboradores do setor público e serão fortemente impactadas pelo descasamento entre o prazo de reembolso aos comerciantes - reduzido para 15 dias - e os prazos de recebimento do mercado de licitações, que variam entre 30 e 60 dias.

Além disso, os prazos de implantação de 90, 180 e 360 definidos pelo decreto são considerados incompatíveis com a complexidade técnica, operacional e contratual das transformações exigidas. Para o setor, a combinação de segurança jurídica, risco empresarial e prazos irrealistas pode desvirtuar a função do PAT a médio e longo prazo, afastando-o de sua finalidade original: assegurar alimentação adequada e saúde ao trabalhador brasileiro.

Somado a isso, para as empresas que contratam o benefício, a mudança traz incerteza operacional, risco de aumento de custos e potencial perda da essência do PAT, dado que o benefício não deve

ser tratado como renda disponível, mas como um instrumento para garantir refeição nutritiva e saudável. "O PAT sempre foi um instrumento de saúde e produtividade, portanto qualquer alteração precisa considerar os reflexos na gestão de pessoas", avalia Capelletto.

IMPACTO ECONÔMICO E INSEGURANÇA JURÍDICA

Um ponto defendido no anúncio do decreto - a redução do preço da alimentação para o público final, decorrente da redução da taxa para 3,6% - não encontra respaldo em estudos, pesquisas ou cálculos oficiais divulgados até o momento.

Especialistas do setor apontam que os preços dos alimentos são fortemente influenciados por fatores macroeconômicos, como commodities agrícolas, custos logísticos e inflação, o que tende a diluir eventuais ganhos decorrentes de tetos para taxas administrativas.

Segundo explica Edson Fávero, professor CEO da consultoria de inteligência de mercado UIN, que aplicou a metodologia de teste de estresse econômico para avaliar o efeito da nova regulação de VR/VA, não há correlação estatística comprovada entre a redução da taxa e a queda nos preços da refeição ou da

PODER

Heloísa: “Não volto com alegria, volto por dever”

No retorno ao Congresso após 18 anos, como substituta temporária de Glauber Braga, na Câmara, ex-senadora critica punição ao deputado e condena moralismo seletivo

» ALÍCIA BERNARDES

Dezito anos após deixar o Congresso Nacional, a ex-senadora Heloísa Helena (Rede-RJ) está de volta ao Parlamento. Ela assumiu a vaga do deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), suspenso por seis meses pelo plenário da Câmara, em uma decisão que, segundo ela, simboliza um grave retrocesso institucional. “Não consigo ter alegria por estar aqui. Volto com um sentimento de indignação profunda”, afirmou, em entrevista ao **Correio**.

Heloísa comparou o episódio envolvendo Glauber a situações que viveu no passado, quando ainda exercia mandato no Senado. Ela relembrou ter sido expulsa do prédio do INSS sob gás lacrimogênio durante o primeiro governo Lula. “Essas cenas me obrigam a não chafurdar no moralismo farisaico, que condena nos adversários aquilo que acoberta nos aliados”, criticou. Para a deputada, o tratamento desigual dentro das instituições corrói a democracia.

Apesar do contexto político adverso, Heloísa afirmou que exercerá o mandato com o mesmo perfil combativo que marcou sua trajetória. Ela elencou como prioridades o fortalecimento das políticas sociais, a fiscalização da execução orçamentária e o aprimoramento da legislação em áreas como saúde, educação, assistência social e segurança pública. “O SUS é a legislação mais avançada do mundo, mas ainda existe um abismo entre a lei e o acesso real da população pobre”, observou.

Questionada sobre a relação com o governo federal, a deputada foi direta. Disse que manterá uma postura institucional respeitosa com o Palácio do Planalto, mas sem conciliações políticas. “Respeito não é covardia nem bajulação. Nunca negociei princípios em troca de cargos, prestígio ou poder”, frisou. Ela também demonstrou

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



A deputada Heloísa Helena disse que não pretende mudar estilo: “Estou mais madura e mais dura”



O absurdo é achar que uma religião é maior que todas as outras e transformá-la em um império para crescer politicamente e economicamente”

Heloísa Helena
(Rede-RJ), deputada federal

preocupação com o comando da Câmara e com pautas que, segundo destacou, não refletem as prioridades da população.

A parlamentar criticou duramente propostas legislativas formuladas para atender interesses específicos, como o projeto da

dosimetria das penas aos condenados pelos ataques de 8 de Janeiro, proposta que deve beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro, sentenciado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes. Na avaliação dela, discutir o sistema penal é legítimo, sobretudo diante das condições degradantes dos presídios, mas não quando a mudança serve para beneficiar “uma pessoa ou um grupo político”. “Isso é absolutamente inaceitável”, disse.

Conservadorismo

A deputada também comentou o fortalecimento do conservadorismo no Congresso e o avanço de setores religiosos na formulação de políticas públicas. Defensora da liberdade religiosa, condenou o uso da fé como instrumento de poder político. “O absurdo é achar que uma religião é maior que todas as outras e transformá-la em um império para crescer politicamente e economicamente”, declarou.

Ao falar sobre sua trajetória, da fundação do PSOL à criação da Rede, Heloísa ressaltou que partidos são ferramentas, não fins em si mesmos. “O que move a política são as causas. As estruturas partidárias devem servir à transformação social, não o contrário”, afirmou. Conhecida pelo perfil duro, disse que não pretende mudar seu estilo. “Estou mais madura e mais dura”, resumiu.

Por fim, ao analisar o cenário político atual em comparação à campanha presidencial de 2006, Heloísa criticou a polarização e a superficialidade do debate impulsivado pelas redes sociais. “Eu me interesso pelo Brasil real, não pela idolatria política”, frisou. Para ela, enfrentar a violência e a desigualdade exige investimento em políticas sociais profundas. “No fim, é pobre matando pobre. Sem justiça social, não haverá segurança pública”, argumentou.

Espanha nega extradição de blogueiro

» LUANA PATRIOLINO

A Justiça da Espanha negou o pedido do governo brasileiro para extraditar o blogueiro bolsonarista Oswaldo Eustáquio. Réu na ação que investiga a tentativa de golpe de Estado para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder, ele fugiu do Brasil e, atualmente, vive em território espanhol. A decisão foi da 3ª Seção da Sala Penal da Audiência Nacional da Espanha. Não cabe mais recurso no processo.

A extradição é o processo oficial pelo qual um Estado solicita e obtém a entrega de uma pessoa condenada ou suspeita de cometer um crime. A Advocacia-Geral da União (AGU) disse que aguardará a conclusão da ação. “Como não cabe mais recurso no processo, a AGU aguarda o trânsito em julgado na Justiça espanhola”, disse o órgão, que contratou um escritório local para representá-lo no caso.

Roque de Sá/Agência Senado



O blogueiro Oswaldo Eustáquio está na Espanha desde 2023

Em abril, a Espanha rejeitou outro pedido do governo brasileiro sobre Oswaldo Eustáquio. A época, a Justiça considerou que havia “motivação política” por

parte do Brasil e destacou que não há acordo bilateral entre os países que permita o processo em situações dessa natureza.

Oswaldo Eustáquio está na

contrataram outras firmas, que tinham familiares do governador como sócios e realizavam o desvio de recursos públicos. Cerca de R\$ 11 milhões teriam sido desviados, conforme a apuração.

Até o momento, o colegiado tem placar de 3 votos a 1 para aceitar recurso da defesa e reconhecer que houve irregularidades na investigação contra o governador. A votação virtual será finalizada amanhã.

Os advogados alegaram que a apuração foi marcada pela requisição irregular de relatórios do

Coaf e outras medidas sem autorização judicial.

Prevalece no julgamento o voto do ministro André Mendonça. Ele citou que as irregularidades ocorreram no início das investigações, quando foram solicitados pela PF relatórios financeiros do Coaf. As suspeitas começaram a ser apuradas em 2019. Somente nos anos seguintes, o caso foi enviado ao STJ, tribunal responsável pelo julgamento de governadores.

“Dou provimento parcial ao recurso para reconhecer, no tocante

Espanha desde 2023. O blogueiro publicou vídeos que incitavam “a prática de atos antidemocráticos favoráveis ao fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal” em 2021. Ele também participou publicamente dos acampamentos que pediam um golpe de Estado no Brasil e, segundo a Polícia Federal, chegou a se refugiar no Palácio da Alvorada com medo de ser preso.

O bolsonarista está foragido desde 2022, após ter prisão decretada no âmbito do inquérito dos atos golpistas. Em junho de 2020, foi preso a pedido da Procuradoria-Geral da República, também por envolvimento com atos antidemocráticos que pediam o fechamento das instituições democráticas. Em prisão domiciliar, o blogueiro foi proibido de usar redes sociais e manter contato com outros investigados, mas teve nova ordem de prisão decretada após descumprir as medidas cautelares.

ao paciente, a usurpação da competência do STJ nas investigações realizadas entre 25/05/2020 e 12/01/2021. Assim, voto para declarar a nulidade das provas produzidas contra o paciente e encartadas no período, bem como das provas delas diretamente derivadas”, votou Mendonça.

O entendimento foi seguido pelos ministros Dias Toffoli e Nunes Marques. O relator, Edson Fachin, votou contra o recurso da defesa do governador. Faltam os votos de Luiz Fux e Gilmar Mendes. (Agência Brasil)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizacedo.df@dab.com.br



Acordo entre governo e oposição garante avanço do PL da Dosimetria

A Necessidade é um clássico do samba que explora a condição humana com ironia e crítica social, marcas registradas de Bezerra da Silva. Diz a letra: “A necessidade obrigou / você me procurar / você era orgulhosa / mas a necessidade acabou com a sua prosa”. Foi mais ou menos isso que viu no Senado nesta quarta-feira, na aprovação do PL da Dosimetria pelo plenário, por 48 votos a favor e 25 contra, com uma abstenção. O projeto altera critérios de cálculo e execução de penas e, na prática, reduz condenações impostas aos envolvidos na tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro.

A aprovação do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) não decorreu de consenso jurídico, mas de um acordo político de bastidores entre governo e oposição para limpar a pauta do Senado e destravar votações de interesse do Planalto. A articulação envolveu o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), e o líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), e acabou por expor fissuras internas na base governista, que optou por votar contra o projeto, sem, contudo, obstruir sua tramitação.

Enquanto o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) comemorou abertamente o resultado, Renan Calheiros (MDB-AL) protagonizou um dos discursos mais duros e politicamente reveladores da essência da questão. Comparou o projeto a um “peru de Natal entregue pelo governo a Jair Bolsonaro” e acusou o Senado de participar de uma encenação para atender a conveniências momentâneas. “Eu não vou participar de farsa nenhuma”, afirmou, ao criticar a tentativa de votar uma matéria de profundo impacto institucional “a toque de caixa”, em menos de 24 horas.

Renan revelou, ainda, que fora procurado pelo próprio Jaques Wagner, que lhe teria confidenciado o interesse do governo em “limpar a pauta” do Senado para viabilizar a votação de matérias econômicas consideradas estratégicas, como a taxação das apostas esportivas, estimada em gerar mais de R\$ 20 bilhões em receitas para o Tesouro Nacional. Para Renan, a negociação expôs uma contradição grave: sacrificar o debate institucional sobre crimes contra a democracia em nome de conveniência fiscal e aritmética legislativa.

Graças ao acordo, a CCJ aprovou parecer do relator Esperidião Amin (PP-SC) por 17 votos a 7, acolhendo emenda do senador Sérgio Moro (União-PR), que tenta restringir os efeitos da redução de pena aos crimes contra o Estado Democrático de Direito. Amin sustentou que o projeto não configura anistia, mas corrige excessos cometidos na aplicação das penas. “Há um consenso de que a mão foi pesada, muito pesada”, declarou. Ainda assim, o próprio relator admitiu que o texto pode beneficiar outros condenados por crimes contra a democracia, inclusive réus da chamada trama golpista julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

O ponto mais controverso do processo foi a classificação da emenda de Moro como “redacional”. Para Renan Calheiros; para o presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA); e para outros senadores, trata-se claramente de uma emenda de mérito, que altera o alcance do projeto e exigiria o retorno do texto à Câmara dos Deputados. Renan alertou que forçar a classificação como ajuste formal era uma manobra para acelerar a tramitação e evitar novo debate. “Ninguém pode obrigar o Senado a votar uma matéria dessa complexidade em 24 horas”, disse.

Jogo combinado

Ao aprofundar sua crítica, Renan alertou para os efeitos institucionais do projeto. Segundo ele, o PL da Dosimetria desestimula militares legalistas, que se recusaram a aderir à tentativa de golpe, e fragiliza o trabalho da Polícia Federal, que reuniu provas robustas contra os articuladores e executores dos atos golpistas. “Nós vamos frustrar a investigação da Polícia Federal. Nós não podemos permitir que isso aconteça”, afirmou, associando o projeto a um recado político perigoso de leniência com crimes contra a ordem constitucional. Nada adiantou.

Do ponto de vista normativo, o projeto altera a Lei de Execução Penal, redefine percentuais mínimos para progressão de regime e amplia hipóteses de remição de pena, inclusive em prisão domiciliar. Ao substituir a soma de penas pelo concurso formal quando os crimes forem praticados no mesmo contexto, o efeito prático é a redução significativa do tempo total de encarceramento. Mesmo nos casos de liderança de organização criminosa voltada à prática de crime hediondo — hipótese que pode alcançar Jair Bolsonaro —, o cumprimento mínimo de 50% da pena representa, na prática, um abrandamento frente ao modelo cumulativo hoje aplicado.

Nos bastidores do Planalto, a decisão de não criar obstáculos reais à aprovação do projeto atendeu a dois cálculos políticos. O primeiro, garantir o avanço da pauta econômica no Senado, já aprovada pela Câmara; segundo, preservar para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva o protagonismo de vetar o projeto em 2026, ano eleitoral. Votos presidenciais, mesmo quando derrubados, ajudam a dissociar a imagem do presidente da Congresso e reforçam um discurso de defesa da democracia diante da opinião pública.

O PL da Dosimetria nasce, assim, como resposta mal formulada a um problema real: penas desproporcionais aplicadas a figurantes dos atos de 8 de janeiro. O Supremo aplicou penas severas salvando que seriam mitigadas; o Congresso legislou ciente do custo político e institucional; e o governo aceitou o acordo para ganhar tempo e pautar a narrativa, com o voto presidencial. Nos bastidores, ministros do Supremo também trabalharam pela aprovação.

Decisão favorável a governador do Acre

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria de votos, ontem, para anular parte da apuração da Polícia Federal que investigou o governador do Acre, Gladson Cameli.

Com base nas acusações, o governador virou réu no Superior Tribunal de Justiça (STJ) pelos crimes de corrupção, peculato, lavagem de dinheiro e fraude a licitação.

A acusação envolve o suposto desvio de recursos por meio de empresas que tinham contrato com o governo estadual. De acordo com as investigações da PF, as empresas

contrataram outras firmas, que tinham familiares do governador como sócios e realizavam o desvio de recursos públicos. Cerca de R\$ 11 milhões teriam sido desviados, conforme a apuração.

Até o momento, o colegiado tem placar de 3 votos a 1 para aceitar recurso da defesa e reconhecer que houve irregularidades na investigação contra o governador. A votação virtual será finalizada amanhã.

Os advogados alegaram que a apuração foi marcada pela requisição irregular de relatórios do

Coaf e outras medidas sem autorização judicial.

Prevalece no julgamento o voto do ministro André Mendonça. Ele citou que as irregularidades ocorreram no início das investigações, quando foram solicitados pela PF relatórios financeiros do Coaf. As suspeitas começaram a ser apuradas em 2019. Somente nos anos seguintes, o caso foi enviado ao STJ, tribunal responsável pelo julgamento de governadores.

O entendimento foi seguido pelos ministros Dias Toffoli e Nunes Marques. O relator, Edson Fachin, votou contra o recurso da defesa do governador. Faltam os votos de Luiz Fux e Gilmar Mendes. (Agência Brasil)

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.dj@abr.com.br

Vem "doideira"

É assim que os deputados se referem, nos bastidores, às consequências da operação da Polícia Federal (PF) que teve como alvo o deputado Antônio Doido (MDB-PA). O parlamentar é suspeito de desvio de emendas. O que se diz é que, se ele cair, não cairá sozinho.

Uma no cravo, outra na ferradura

O governo teve que engolir a aprovação do PL de Dosimetria das penas dos condenados do 8 de janeiro de 2023. Porém, estava tudo acertado para levar em troca o projeto de corte dos benefícios fiscais e aumento de impostos das bets e das fintechs e juros sobre capital próprio. Os deputados fecharam esse acordo, porque a arrecadação decorrente deste último é considerada crucial para aprovar o Orçamento do ano que vem.

O bordão mudou

Os deputados até aqui diziam que eram totalmente contrários ao aumento de impostos. Bastaram ameaças sobre corte em emendas, que a redução dos benefícios fiscais e aumento de imposto passou. Agora, só falta o Orçamento, que deve ficar para amanhã. Hoje, vai ficar difícil, porque o relator precisará de tempo para adequar o texto.

Xepa de apostas

Os senadores pretendiam votar, ainda ontem, na última sessão do Senado de 2025, o projeto que legaliza os cassinos no Brasil. A bancada evangélica se mobilizou contrariamente.

Efeito Flávio Bolsonaro

Quanto mais o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) apresentar fôlego nas pesquisas, mais os partidos de centro se aproximam do governo Lula. Inclusive, a saída de Celso Sabino do Ministério do Turismo faz parte desse "pacote". O cálculo que se faz nos bastidores é de que "melhor um cenário conhecido do que as incertezas dos Bolsonaro", que obedecem a um líder que não tem uma conduta linear. Jair Bolsonaro é visto como um político de altos e baixos, imprevisível. Era assim na Presidência da República. E embora Flávio seja mais do diálogo,

estará sempre sujeito à imprevisibilidade do pai.

»»»

Tendências/ Por isso, a tendência dos partidos de centro é não formalizar coligação com filhos do presidente. Ciente disso, já tem gente no PL defendendo que Flávio ofereça a vice a uma das legendas de centro. Alguns vislumbram a chapa Flávio-Ratinho Júnior (PSD) ou Flávio-Tereza Cristina, a líder do PP e ex-ministra da Agricultura do governo do ex-presidente.



CURTIDAS

Alcolumbre controla tudo/ Do alto da Mesa Diretora da Presidência do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) interrompeu o discurso do senador Marcelo Castro (MDB-PI) para avisar que os fotógrafos nas galerias do plenário estavam de olho nos celulares dos senadores, fotografando mensagens. "Isso é invasão de privacidade", avisou.

Há precedente/ Há alguns anos, um deputado foi flagrado assistindo a vídeos obscenos em plena sessão da Câmara.

Geraldo Magela/Agência Senado



Efeito Kandir/ O senador Fabiano Contarato (PT-ES, foto) votou a favor da dosimetria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). "Sou totalmente contrário ao PL da Dosimetria e tudo o que ele representa. Hoje na CCJ, lutei para que o projeto fosse derrubado ou que a discussão fosse, pelo menos, adiada. No entanto, por engano, no momento da votação, registrei no aplicativo do Senado um voto diferente à minha convicção e já procurei a Presidência da CCJ para retificar no painel", justificou à coluna.

Homenagens/ O agrônomo João Henrique Hummel, que ajudou na profissionalização da Frente Parlamentar de Agricultura e outras, foi saudado em seu aniversário de 63 anos por vários parlamentares como o fundador da FPA. Aliás, passaram pela festa de homenagem a Hummel mais de 20 deputados do que na confraternização de fim de ano da FPA.

PODER

Troca pela governabilidade

Celso Sabino deixa o Ministério do Turismo depois da última reunião do 1º escalão. Rompido com o Palácio, União requereu o posto

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva demitiu, ontem, Celso Sabino do Ministério do Turismo, poucas horas depois de ambos estarem juntos na última reunião ministerial do ano, na Granja do Torto. Gustavo Feliciano, filho do deputado federal Damião Feliciano (PB) e da vice-governadora da Paraíba Lígia Feliciano — ambos da União Brasil —, foi o escolhido, possibilidade reforçada por interlocutores do partido na Câmara, que estimam que ele deve assumir o cargo somente em fevereiro.

A decisão é um aceno de Lula em duas direções: a primeira, para fim de garantir que o União Brasil não figure em peso contra as matérias do governo, dificultando as coisas para o Palácio do Planalto em pleno ano eleitoral; a segunda, faz um aceno ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que tem profundas relações com os Feliciano.

Apesar do rompimento do União com o governo, pouco menos da metade da bancada de 59 deputados ainda votam com o Palácio na Câmara. Foi esse grupo que pediu a troca de Sabino para continuar aprovando os projetos de interesse da gestão Lula.

O União, um mês atrás, expulsou Sabino, depois de o ministro divergir da orientação da legenda de entregar o cargo que ocupava no governo no primeiro escalão do Executivo. Mas, por outro lado, a agremiação interessou manter o controle do Ministério do Turismo.

Até Gustavo Feliciano assumir, a pasta será comandada interinamente por Ana Carla Machado Lopes, secretária-executiva do ministério. Antes de ser cotado para fazer parte do governo, ele esteve à frente da Secretaria do Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba, em 2018.

Ricardo Stuckert/PR



Lula comanda a última reunião ministerial do ano. Para 2026, ministros terão de propagandear o governo

» Gospel será patrimônio

Como forma de tentar turbinar a campanha de Jorge Messias à 11ª vaga no Supremo Tribunal Federal e diminuir a resistência do público evangélico, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, na reunião ministerial, que a música gospel será reconhecida como patrimônio brasileiro. Isso, inclusive, será formalizado na próxima semana. "Vamos transformar a música gospel em patrimônio brasileiro. E na semana que vem, você pode estar preparado, porque além de ser ministro brasileiro, você poderá cantar música gospel dentro do Palácio do Planalto", disse o presidente, dirigindo-se a Messias.

Ao fechar o ano, Lula cobra alinhamento

» FERNANDA STRICKLAND
» VÍCTOR CORREIA

Na última reunião ministerial do ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou alinhamento dos ministros para a corrida eleitoral de 2026. Conforme enfatizou, será "ano da verdade", o que representa que as pastas terão de melhorar a comunicação na divulgação dos programas e investimentos do governo. O recado foi claro: os partidos e candidatos precisarão "definir de que lado estão".

Segundo Lula, o governo tem "uma força extraordinária" para as eleições do próximo ano, mas

será necessário maior engajamento. "Cada partido de que vocês participam vai ter que estar no processo eleitoral e vai ter que definir de que lado está. Será inexorável as pessoas terem que ir definindo o discurso que vão fazer. Eles vão ter que defender aquilo que acham que pode eleger-las", afirmou.

A cobrança é para que os integrantes do governo deixem claro para o eleitorado aquilo que avançou com Lula nesses últimos três anos. "Precisamos fazer com que o povo saiba o que aconteceu. Tenho a impressão de que o povo não sabe, que nós ainda não conseguimos a narrativa correta para fazer com que o

povo saiba ter uma avaliação das coisas que aconteceram", advertiu.

Lula defendeu o diálogo de seus ministros com o Congresso e comentou sobre a importância da negociação, inclusive, com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. "Tudo aquilo que, teoricamente, os analistas políticos achavam impossível acontecer em um governo que tinha menos de 120 deputados, em uma Câmara de 513, e 14 ou 15 senadores, aconteceu. Acontece pela persistência de cada um de vocês, pela capacidade de conversa, de argumentação", observou.

Para o presidente, um dos argumentos junto ao eleitorado é de que o Brasil vive "um momento quase ímpar" em setores da economia. Mas alertou que esses bons resultados não aparecem "com a força que deveriam aparecer" nas pesquisas de opinião.

"Não aparece porque existe uma polarização. É como se fosse Corinthians, Grêmio e Internacional, Atlético Mineiro e Cruzeiro, Flamengo e Vasco. Tem uma rivalidade que ninguém muda de posição a não ser em momentos extremos. E esse momento extremo são as eleições que se aproximam no ano que vem", afirmou.



TERRAS INDÍGENAS

Supremo derruba Marco Temporal de demarcação

Corte considera que a lei aprovada pelo Congresso, em 2023, é inconstitucional. Segundo o voto do relator, ministro Gilmar Mendes, o país "não pode conviver com chagas abertas séculos atrás que ainda dependem de solução nos dias de hoje"

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, ontem, para reafirmar que o Marco Temporal das terras indígenas é inconstitucional. O julgamento está no plenário virtual da Corte e se encerra hoje. Os ministros seguiram o entendimento do relator, Gilmar Mendes, mas divergiram em detalhes sobre como o tema deve ser regulado.

O voto de Gilmar foi construído com base nas reuniões da comissão especial de conciliação, criada pelo STF, para discutir o tema e a preservação dos direitos fundamentais dos povos originários. Ao se posicionar contra a tese, o ministro afirmou que há uma jurisprudência consolidada da Corte. E disse que a Lei do Marco Temporal é desproporcional e pode gerar insegurança jurídica.

Para Gilmar, a sociedade "não pode conviver com chagas abertas séculos atrás que ainda dependem de solução nos dias de hoje". "Precisamos escolher outras salvaguardas mínimas para conduzir o debate sobre o conflito no campo, sem que haja a necessidade de fixação de Marco Temporal em 5 de outubro de 1988, situação de difícil comprovação para comunidades indígenas que foram, historicamente, desumanizadas com práticas estatais ou privadas de retirada forçada, mortes e perseguições", frisou.

O ministro também votou para que a União conclua, em 10 anos, os processos de demarcação em andamento e considerou constitucionais: as regras que permitem ao ocupante atual da terra permanecer nela até a indenização; e a aplicação de regras de impedimento e suspeição a antropólogos. Segundo ele, o processo de demarcação deve contar com a participação de estados e municípios, assim como medidas de publicidade do procedimento.



Precisamos escolher outras salvaguardas mínimas para conduzir o debate sobre o conflito no campo, sem que haja a necessidade de fixação de Marco Temporal em 5 de outubro de 1988, situação de difícil comprovação para comunidades indígenas que foram, historicamente, desumanizadas com práticas estatais ou privadas de retirada forçada, mortes e perseguições"

Trecho do voto do ministro Gilmar Mendes

Divergência

O ministro Flávio Dino acompanhou o relator para derrubar o Marco Temporal, mas divergiu sobre o papel de entidades de conservação e de órgãos federais na verificação da ocupação das terras após a demarcação. Ele defendeu que as próprias comunidades indígenas façam as regras para a visitação de não indígenas, em vez de seguir aquelas determinações por

órgãos de gestão ambiental.

Dino foi acompanhado por Cristiano Zanin e Dias Toffoli. Luiz Fux e Alexandre de Moraes acompanharam integralmente Gilmar. Até o fechamento desta edição, faltavam os votos de Cármen Lúcia, Nunes Marques, André Mendonça e Edson Fachin.

O Marco Temporal estabelece que os povos originários têm direito de ocupar apenas as terras que em que já estavam ou disputavam

na data de promulgação da Constituição de 1988, em 5 de outubro. O argumento se contrapõe à teoria do indigenato, segundo a qual o direito dos povos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas é anterior à criação do Estado brasileiro, cabendo à União apenas demarcar e declarar os limites territoriais.

Em 2023, o STF definiu a inconstitucionalidade do Marco com "repercussão geral" — ou seja, que a decisão valeria para todos os

processos sobre o mesmo assunto. Mas, meses depois, o Congresso editou a Lei 14.701/2023 e restabeleceu o balizamento de demarcação pela data da promulgação da Constituição de 1988. Desde então, foram apresentadas quatro ações na Corte questionando a validade da medida.

Os povos originários, por sua vez, argumentaram que o Marco Temporal ameaça a sobrevivência de etnias e florestas. As entidades ligadas aos indígenas questionam

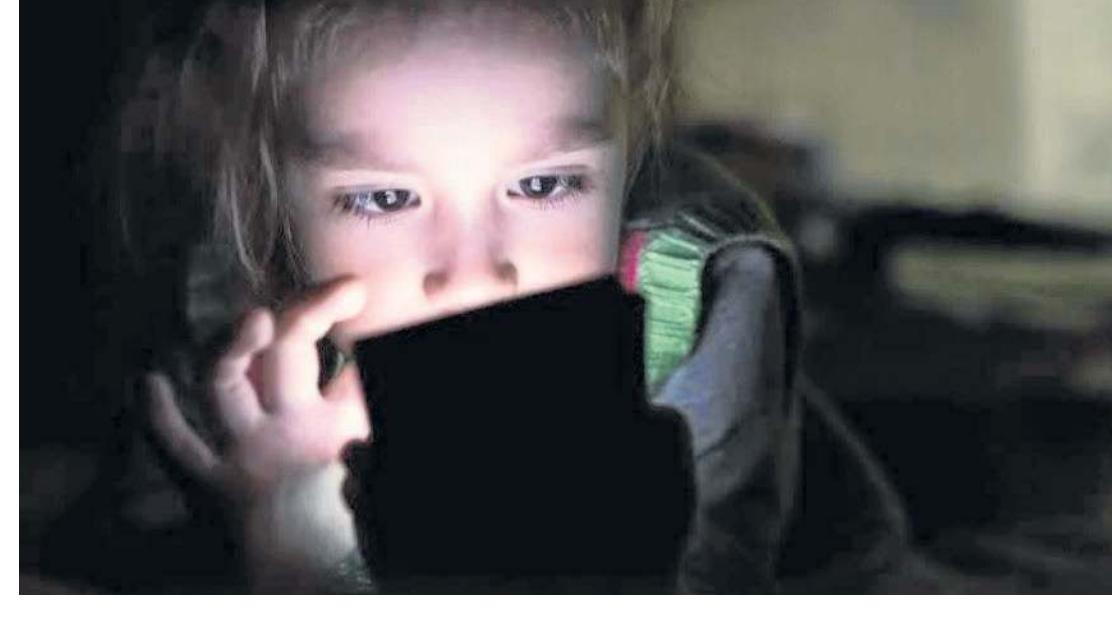
dispositivos da lei aprovada pelo Congresso após a derrubada dos vetos presidenciais. O tema afeta 1 milhão de integrantes de comunidades nativas.

Entidades ligadas ao setor agropecuário defendem a aprovação do Marco, pois, segundo eles, o país teria mais segurança jurídica e uma regra definida para resolver disputas na Justiça por terras tidas como próximas ou ocupadas por comunidades indígenas.

SOCIEDADE

Exposição digital cresce entre os pequenos

» RAFAELA BONFIM



Estudo mostra que crianças em idade pré-escolar têm mais contato com mídia digital do que o recomendável

O contato de crianças brasileiras com telas e internet avançou de forma acelerada nos últimos anos e já atinge bebês e pré-escolares em proporções que contrariam recomendações médicas. Dados do estudo *Proteção à primeira infância entre telas e mídias digitais*, divulgado ontem pelo Núcleo Ciência Pela Infância (NCFI), mostram que o acesso à internet nessa faixa etária passou de 11%, em 2015, para 23%, em 2024.

O levantamento aponta que 44% das crianças de até dois anos, e 71% daquelas entre três e cinco anos, já utilizam a rede. A publicação lembra que a Sociedade Brasileira de Pediatria orienta não haver exposição a telas antes dos dois anos e recomenda, para crianças de dois a cinco anos, limite diário de até uma hora, sempre com supervisão.

A pesquisa indica ainda que a renda influencia diretamente a exposição. Entre famílias de menor poder aquisitivo, 69% das crianças permanecem tempo excessivo diante de telas, o que aumenta a substituição do brincar e da interação cotidiana. Para Maria Beatriz Linhares, professora associada sênior da Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora do estudo, "o uso prolongado de

telas na primeira infância reflete a sobrecarga vivida pelas famílias e a ausência de redes de apoio". Ela ressalta que a falta de interação humana compromete oportunidades ligadas à linguagem, aos vínculos afetivos e à regulação emocional.

Os resultados se somam à pesquisa *Panorama da Primeira Infância*, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, que ouviu 822 cuidadores de crianças de zero a seis

anos. O estudo mostra que 78% das crianças de até três anos têm contato diário com telas, mesmo com o reconhecimento, por parte dos responsáveis, da necessidade de impor limites. O dado revela um descompasso entre orientação e prática no cotidiano familiar.

Segundo o NCFI, a exposição intensa às mídias digitais está associada a alterações na estrutura cerebral e a prejuízos em funções cognitivas. A professora Maria

Thereza Souza, do Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), afirma que "o uso passivo e excessivo, aliado à baixa qualidade do conteúdo, afeta áreas relacionadas à linguagem, ao controle de impulsos e à regulação das emoções". Ela alerta, também, para riscos ligados a conteúdos violentos.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

VIOLÊNCIA

Advogado é condenado por racismo

Ed Alves/CB/D.A Press



Wassef chamou de "macaca" funcionária de pizzaria

O advogado Frederick Wassef, que representa o ex-presidente Jair Bolsonaro, foi condenado, ontem, pela 3ª Vara Criminal de Brasília, a um ano e nove meses de prisão, em regime aberto, por injúria racial. A ação se refere à denúncia de uma funcionária de uma pizzaria, no Setor de Clubes Sul, área nobre da capital, que foi chamada de "macaca" após ele reclamar que a comida "não estava boa". O caso ocorreu em novembro de 2020.

O juiz Omar Dantas Lima também determinou o pagamento de R\$ 6 mil, corrigido desde a sentença, com juros desde 2020, relativos ao dano moral para a vítima. "Sem dúvida, algumas expressões carregam em si um significado ofensivo inequívoco. A expressão 'macaca' — tão bem retratada na prova oral — carrega intenso desprezo e escárnio. A palavra proferida é suficiente para retratar a intenção lesiva do réu", disse na decisão.

O magistrado ressaltou que a palavra da vítima tem valor para embasar a condenação, além de testemunhos que confirmam o ato de racismo.

A vítima, identificada como Daniela da Cruz de Oliveira, à época com 18 anos, disse à Polícia Civil do Distrito Federal que foi chamada

de "macaca" depois de Wassef reclamar da pizza. Segundo ela, o advogado disse: "Você é uma macaca! Você come o que te derem."

A funcionária do restaurante também relatou que ele freqüentava o estabelecimento regularmente e era conhecido por agir de forma "arrogante" e por ofender os trabalhadores. A Polícia Civil concluiu que Wassef praticou os crimes de injúria racial e racismo. O Ministério Público do Distrito Federal (MP-DF) concordou e denunciou o advogado à Justiça.

Por meio de nota, Wassef declarou que a vítima "fingiu ser negra" e que ele é alvo de "farsa e armadilha". Segundo o advogado, ele apresentou testemunhas que não tiveram depoimentos levados em consideração pelo juiz. (LP)

7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 18 de dezembro de 2025

Bolsas
Na quarta-feira
0,79%
São Paulo

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
160.766 — **157.327**
12/12 15/12 16/12 17/12

Dólar
Na quarta-feira
R\$ 5,523
(+1,1%)

Últimos
11/dezembro 5,404
12/dezembro 5,410
15/dezembro 5,421
16/dezembro 5,463

Salário mínimo
R\$ 1.518

Euro
Comercial, venda na quarta-feira

R\$ 6,487

CDI
Ao ano
14,90%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,90%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)
Julho/2025 0,26
Agosto/2025 -0,11
Setembro/2025 0,48
Outubro/2025 0,09
Novembro/2025 0,18



MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

“Agora ou nunca”, diz Lula sobre acordo

Em fala enfática, presidente adverte que, se não houver a assinatura do acordo na reunião do bloco sul-americano, no sábado, o Brasil será duro. No encontro, Lula irá transferir a presidência para o paraguaio Santiago Peña

» RAPHAEL PATI
» VICTOR CORREIA

Apoucos dias da Cúpula do Mercosul, que ocorre no próximo dia 20, os líderes de duas das maiores economias europeias frearam as expectativas para uma possível assinatura do acordo entre os dois blocos em 2025. O presidente da França, Emmanuel Macron, e a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, defenderam ontem o adiamento da decisão final sobre o tema.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não gostou de saber e prometeu ser duro, caso o acordo não seja concluído no sábado. Lula frisou que se não houver a assinatura do acordo na próxima reunião, o Brasil não validará mais o tratado enquanto o petista for presidente.

“É importante lembrar que essa reunião do Mercosul era para ser no dia 2 de dezembro, eu mudei para o dia 20 de dezembro porque a União Europeia pediu, porque só conseguia aprovar o acordo com o Mercosul no dia 19. E eu agora estou sabendo que eles não vão conseguir aprovar”, discursou Lula durante a reunião ministerial realizada ontem na Granja do Torto.

No encontro do sábado, Lula entregará a presidência pro tempore do Mercosul para Santiago Peña, do Paraguai. Depois, o Brasil só assumirá o cargo novamente em 2026.

“Está difícil, porque a Itália e a França não querem fazer por problemas políticos internos. E eu já avisei para eles: se a gente não fizer agora, o Brasil não fará mais acordo enquanto eu for presidente. É bom saber. Faz 26 anos que a gente espera esse acordo. É mais favorável para eles do que para nós”, acrescentou.

A expectativa brasileira é de que o acordo seja aprovado pelo Conselho Europeu amanhã e assinado

oficialmente no dia seguinte, no Brasil. Porém, líderes europeus já sinalizaram que isso não deve ocorrer. Ainda assim, Lula disse esperar que o tratado seja firmado. Ele ressaltou ainda a importância do acordo como resposta às medidas unilaterais de comércio impostas pelos Estados Unidos, e como forma de fortalecer o multilateralismo.

Ele foi incisivo ao dizer que não avançará com o tratado se o documento não for aprovado agora. “Eu vou a Foz do Iguaçu na expectativa de que eles digam sim, e não digam não. Mas também, se disserem não, nós vamos ser duros daqui para frente com eles, porque nós cedemos a tudo que era possível a diplomacia ceder”, enfatizou Lula. Caso o acordo não satisfaça a Itália, o futuro das negociações pode estar comprometido, visto que se quatro países da UE, representando 35% da população do bloco, se oporem, as tratativas comerciais caem por terra. Além de França e Polônia, a Hungria também sinaliza que pode ser contra o acordo.

Protecionismo

Macron, publicamente contrário ao acordo entre os dois blocos, sobretudo em virtude da pressão do setor produtivo no país, disse que “se houvesse uma vontade de impor o acordo por parte das instâncias europeias, a França se oporia de forma muito firme”. A declaração foi feita pela manhã durante a reunião do Conselho de Ministros do país e repassada pela porta-voz do governo, Maud Bregeon.

Já a premiê italiana, que se manifesta menos sobre o assunto do que o francês, disse também durante a manhã que considera “prematuro” a assinatura do acordo. Ela reforçou que é necessário ainda ouvir todos os setores,



Premiê italiana Giorgia Meloni se uniu ao francês Emmanuel Macron na resistência ao fechamento do acordo entre a UE e o Mercosul



É bom saber. Faz 26 anos que a gente espera esse acordo. É mais favorável para eles do que para nós”

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

sobretudo os agricultores, antes de tomar a decisão. “Devemos esperar até que essas medidas sejam finalizadas e, ao mesmo tempo, explicá-las e discuti-las com nossos agricultores”, afirmou. Apesar do tom mais duro, Meloni deixou claro que o país não atua contra o acordo e que segue a posição do partido Fratelli D’Italia, que acredita que o texto ainda não é favorável aos agricultores italianos. “Isso não significa que a Itália pretende bloquear ou se opor ao acordo como um todo... Estou

muito confiante de que, no início do próximo ano, todas essas condições poderão ser atendidas”, acrescentou a premiê.

Salvaguardas

Nesta semana, o parlamento europeu aprovou uma série de medidas que prevêem mecanismos de salvaguarda para o setor agrícola no continente. Produtos mais sensíveis, como carne bovina, aves e açúcar, serão supervisados e, caso seja constatado um

desequilíbrio prejudicial de mercado, a UE poderá aplicar tarifas adicionais. As medidas ainda devem passar pela Comissão Europeia. Além da França e da Itália, a Polônia também não está satisfeita com os termos do acordo, ao contrário da Alemanha, que esperava a concretização das negociações já neste sábado. Havia a expectativa de que a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von Der Leyen marcassem presença em Foz do Iguaçu para assinar os termos junto com os líderes do Mercosul.

CONTAS PÚBLICAS

Haddad: crescimento ajuda o esforço fiscal

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, ontem, que o crescimento da economia é importante para ajudar no “esforço fiscal” que o governo tem que fazer. “O Brasil não tem saída sem crescimento”, disse.

“Começamos a convencer setores expressivos de que era possível sustentar uma economia que cresce mais, porque não penaliza o trabalhador. Estamos dobrando o crescimento médio em relação ao período anterior. Ao mesmo tempo em que sustenta o consumo das famílias, o investimento público e atrai o privado, esse crescimento corrobora o esforço fiscal. O esforço fiscal que tem que fazer é menor do que o que teria que fazer se a economia não estivesse crescendo”, argumentou o ministro durante sua fala na abertura da reunião ministerial com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A previsão do governo,

segundo Haddad, é fechar o mandato com um crescimento médio de 2,8% ao ano. Ele reforçou que seria o maior aumento médio da economia desde os governos passados de Lula. “O crescimento médio desses três anos é de mais de 3%, previsão nossa é chegar a um crescimento médio de 2,8% (ao fim do mandato). É o maior crescimento desde os governos Lula 1 e 2. Tivemos um vale de lágrimas de baixo crescimento desde então, sobretudo desde 2015, mas estamos retomando esse crescimento”, afirmou Haddad.

“Quando a economia cresce, ajuda a fazer esse acerto de contas. O Brasil não tem saída sem crescimento, não há como resolver os problemas do Brasil sem crescimento. É óbvio que esse crescimento tem que ser sustentável. Estamos crescendo com o menor desemprego e a menor inflação somados”, completou.



Haddad disse que o governo herdou déficit de Bolsonaro

Agradecimentos

Haddad agradeceu aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, tanto os atuais, quanto os anteriores. Disse que houve um “esforço institucional enorme” feito por Arthur Lira (PP-AL), Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Hugo Motta (Repúblincos-PB) e Davi Alcolumbre (União-AP) para pautar propostas de interesse do governo nesses últimos três anos. Também elogiou os líderes do governo na Câmara, no Senado e no Congresso.

“Somos uma equipe muito integrada sob a liderança de Lula, mas se não fosse o Legislativo e o trabalho que esses líderes (do governo) fizeram para tornar isso realidade, não teríamos a menor condição de

chegar até aqui. É natural as tensões entre Poderes, é natural ter divergências, brigar por mais ou por menos, chegar em um meio termo, negociar, mas a grande verdade é que no meio disso tudo há esforço institucional enorme feito pelos presidentes das duas Casas desde 2023”, afirmou Haddad.

“Tenho visto, sobretudo em função da minha pasta, como as pessoas reconhecem a questão da justiça tributária. Quando a pessoa vê que quem está pagando a conta do andar de baixo pela primeira vez é o andar de cima, isso ressoa na vida das pessoas. Estão vendo o esforço do governo de buscar justiça”, exemplificou Haddad.

O ministro da Fazenda chamou de “milagre” o fato de o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter conseguido aumentar os recursos voltados a programas sociais, investimentos em infraestrutura e outros gastos, e ao mesmo tempo “melhorar as contas públicas”.

“Em todas as áreas, tem mais recurso hoje do que tinha no passado. Às vezes é o dobro, o triplo do que tínhamos há cinco ou seis anos. Sempre que chega um ministro no Ministério da Fazenda, ele está reclamando de falta de

recursos. Só que estamos dobrando, triplicando o volume de recursos de cada área”, disse o ministro.

“Como é possível ampliar todos os programas sociais, os programas de investimento, melhorando as contas públicas, sem penalizar os mais pobres? Qual milagre o governo está operando para melhorar os programas sociais, os programas de investimento e as contas públicas, ao mesmo tempo?”, questionou o ministro. “Alguém vai dizer: O governo está desarrumando as contas públicas. Quando é exatamente o oposto do que está acontecendo”, acrescentou.

Haddad reclamou do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e do déficit contratado da gestão passada. Afirmou que o Orçamento enviado ao Congresso pela equipe de Bolsonaro previa um déficit de R\$ 60 bilhões em 2023, mas outros gastos, como o compromisso em manter o Bolsa Família em R\$ 600 e o pagamento de precatórios “Assumimos o país com um déficit contratado de R\$ 160 bilhões”, disse. Contando outras despesas, como mudanças no BPC e no Fundeb, afirmou Haddad, o presidente “assumiu com conta a pagar de mais de R\$ 200 bilhões”.

ARRECADAÇÃO

Aprovado corte de incentivos

O projeto que reduz os benefícios fiscais em 10% também eleva tributação sobre casas de apostas on-line e fintechs

» VANILSON OLIVEIRA

O Senado aprovou, ontem, o projeto de lei que reduz em 10% os benefícios fiscais federais em vários setores da economia e aumenta a tributação sobre casas de apostas on-line (Bets), fintechs e a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP). A proposta já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados pela manhã e segue, agora, para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PL é considerado essencial para o governo, que visa maior equilíbrio das contas públicas em 2026.

O texto foi aprovado por 62 votos a favor e 6 contra, após articulação do Palácio do Planalto com lideranças partidárias no Senado. O objetivo central do projeto é ampliar a arrecadação e garantir espaço fiscal para o cumprimento da meta de superávit primário prevista para o próximo ano. O PL votou sim e o PP e os Republicanos liberaram suas bancadas.

De acordo com levantamentos feitos pela equipe econômica do governo, o impacto fiscal da medida deve variar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 22,4 bilhões, valores considerados fundamentais para o fechamento do Orçamento de 2026, que deve ser analisado hoje pelo Congresso. O texto estabelece um corte linear de 10% nos incentivos fiscais federais, com efeitos a partir do próximo exercício. Permaneceram fora da redução benefícios previstos na Constituição, como o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus, além de programas sociais e políticas públicas consideradas estratégicas.

O relator da proposta no Senado, Randolfe Rodrigues (PT-AP), líder do governo no Congresso,



Relator do projeto, Randolfe defendeu que os benefícios fiscais devem ser constantemente reavaliados

defendeu a necessidade de reavaliar a política de incentivos fiscais adotada ao longo dos últimos anos. Para ele, a ausência de monitoramento contribui para distorções e desigualdades. "Trata-se, então, de proposta que aponta para a redução de incentivos, para maior transparéncia e controle sobre os valores, caminhando para maior responsabilidade fiscal e, ao mesmo tempo, para o combate de distorções causadas pela falta de avaliação de tais medidas (concessão de incentivos)", afirmou o senador.

O projeto altera dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal,

criando novas exigências de transparéncia e controle sobre os benefícios tributários concedidos pela União. A proposta também condiciona a manutenção de incentivos ao limite global de gastos tributários em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

Além do corte de benefícios, a proposta aumenta a tributação sobre apostas esportivas on-line, as famosas bets. A alíquota incidente sobre a receita bruta das bets passará gradativamente de 12% para 13% em 2026, 14% em 2027 e 15% em 2028, com metade da arrecadação destinada à segurança social e metade para ações na área da saúde.

O texto também endurece a fiscalização sobre apostas ilegais, prevendo responsabilização solidária de instituições financeiras e de pessoas físicas ou jurídicas que façam publicidade de sites não autorizados a operar no país. Outro ponto central da proposta é o aumento do Imposto de Renda incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio (JCP), que passa de 15% para 17,5%. O mecanismo é amplamente utilizado por empresas, especialmente do setor financeiro, para remunerar os acionistas.

As fintechs também terão a carga tributária elevada. Instituições



Existem incentivos que são extremamente válidos e outros que são questionáveis. O corte linear acabou sendo a medida que impacta de uma forma mais equilibrada.

Efraim Filho, senador

questionáveis. O corte linear acabou sendo a medida que impacta de uma forma mais equilibrada. O projeto traz corte de gastos, faz o equilíbrio fiscal pelo lado da despesa, qualifica o gasto público, elimina o desperdício e reduz gastos", declarou.

Já parlamentares da oposição alertaram para possíveis impactos econômicos, especialmente no setor produtivo e no custo de vida. O senador Rogério Marinho (PL-RN) acusou o governo de aumentar impostos usando a população carente como desculpa.

Tereza Cristina (PP-MS) afirmou que é preciso cautela para que não haja risco de inflação nos alimentos. "Trata-se de um mecanismo que sustenta a eficiência produtiva e protege o poder de compra da população. Consolida papel estratégico do agronegócio como motor de desenvolvimento econômico e social do país, promove a atração de investimento em tecnologia agrícola e infraestrutura rural, e fortalece a balança comercial brasileira por meio da expansão das exportações agropecuárias. Nós podemos correr o risco de ter inflação nos alimentos, aumento de preço na produção de alimentos", disse a senadora.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), por meio de nota, afirmou que apesar de defender a avaliação dos incentivos fiscais, acredita que a rescisão deveria ser feita individualmente. "Ao mesmo tempo em que reduz incentivos que, eventualmente, não se justificarem, o corte linear afeta projetos meritórios, que atingem seus objetivos e contribuem para o desenvolvimento econômico da indústria e do país", diz um trecho do comunicado.

atualmente tributadas em 9% de CSLL passarão a recolher 12% até 2027 e 15% a partir de 2028. Já aquelas enquadradas na alíquota de 15% pagarão 17,5% até 2027 e 20% a partir de 2028. A maior parte das medidas passa a valer no dia 1 de janeiro de 2026, com exceção da diminuição de renúncia fiscal, a tributação de bets e o aumento da CSLL, que precisam de 90 dias.

O senador Efraim Filho (União-PR) afirmou que o corte linear foi a solução possível diante da diversidade de incentivos existentes. "Existem incentivos que são extremamente válidos e outros que são

INFRAESTRUTURA

13% das rodovias são péssimas

» RAPHAEL PATI



A qualidade das estradas brasileiras ainda está muito abaixo do ideal em 2025. Em mais de 114 mil quilômetros de rodovias analisadas pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), 62,1% estão em condições regular, ruim ou péssima. Essa definição considera tanto pavimento quanto sinalização e geometria da via e está disponível na Pesquisa CNT de Rodovias 2025, divulgada ontem. O levantamento revela que a geometria da via é o ponto mais crítico nas estradas pavimentadas do país. De todas analisadas pelo estudo, apenas 37,8% são consideradas boas ou ótimas, sendo 13,2% ainda estão em péssimas condições.

Em relação ao pavimento, 32,5% das rodovias estão em ótima condição, porém, mais da metade (56,5%) ainda se encontram em estado regular, ruim ou péssimo. No âmbito da sinalização, problemas como a falta de acostamento e a má visibilidade das faixas centrais e laterais ainda estão muito presentes nas rodovias do país. Quase 40% das estradas analisadas apresentam as linhas centrais desgastadas ou, até mesmo, inexistentes. Além disso, 73,6% das rodovias não têm sequer acostamento e 29% não são sinalizadas em curvas perigosas.

Durante a coletiva de apresentação da pesquisa, a diretora-executiva da CNT, Fernanda Rezende, destacou a falta de investimento em infraestrutura rodoviária nos últimos anos no país. Um dado destacado pela pesquisa é que ao comparar o período entre 2015-2019 com 2020-2024, houve uma queda de 6,9% dos recursos investidos na malha rodoviária nacional. "Quando se tem qualquer contingenciamento fiscal orçamentário, o primeiro recurso que se corta é o recurso é o investimento em infraestrutura. Então é muito importante que todos nós trabalhemos juntos para que, quando ocorrer essa situação, o recurso de infraestrutura não seja cortado", destacou a diretora.

De acordo com cálculos da CNT, seria necessário um investimento

de R\$ 49,93 bilhões por ano para recuperar as rodovias federais. Desde 2019, a média anual aplicada pelo governo federal foi de cerca de R\$ 10 bilhões. "Quando você tem investimento em infraestrutura, ele é fundamental para melhorar a qualidade do transporte, como eu mostrei inicialmente, melhorando a qualidade do transporte tem impacto direto na qualidade da sociedade e ele também é importante para gerar empregos", acrescentou.

A pesquisa divulgada ontem também revela que houve uma redução significativa dos trechos ruins tanto nas rodovias concedidas quanto nas públicas. No caso das concessões privadas, somente 618 km tiveram qualidade ruim ou péssima em 2025, ante 1.609 km no ano passado. Durante a coletiva, o presidente da entidade, Vander Costa, destacou o sucesso das concessões nas rodovias federais e estaduais e acredita que esse modelo vai impulsionar nos próximos anos a qualidade da malha rodoviária brasileira.

Entre as propostas de solução defendidas pela CNT para elevar o número de concessões, inclusive em regiões com menos

atratividade, está a promoção de um programa de parcerias público-privadas (PPPs) no setor, além de fomentar a atração de investimentos estrangeiros e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O presidente ainda destacou que, com poucos recursos, é possível investir em sinalização, que apesar de não resolver o problema da qualidade da pavimentação, aumenta a segurança para os motoristas.

"Importante a gente continuar trabalhando com o governo para pelo menos manter o nível de investimento atual, privatizar o que for possível, e é possível privatizar as rodovias que já têm uma demanda consolidada que viabiliza o projeto e principalmente ter recursos públicos para investir nas regiões mais carentes, onde não tem atrativo para a privatização", comentou.

A CNT também defende a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de Infraestrutura para ampliar os investimentos no setor. Entre as medidas previstas na PEC está a destinação de 70% dos recursos arrecadados com outorgas onerosas referentes a serviços e obras de transporte.



http://ibm.biz/ciee-all



TENSÃO NAS AMÉRICAS

Venezuela denuncia "ameaças belicistas"

Presidente Nicolás Maduro conversa com secretário-geral da ONU e alerta sobre "graves implicações para a paz" após os Estados Unidos bloquearem petroleiros sancionados. A vice, Delcy Rodríguez, advertiu que país não será "colônia energética"

» RODRIGO CRAVEIRO

A decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de ordenar o bloqueio total e completo a todos os navios petroleiros sancionados que entram e saem da Venezuela levou o ditador venezuelano, Nicolás Maduro, a pedir a ajuda da ONU. O líder chavista telefonou com o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, e denunciou uma "escalada de ameaças" por parte de Washington. Durante a conversa, Maduro alertou sobre "graves implicações para a paz regional" e exortou o sistema ONU a rechaçar, de forma categórica, as acusações de Trump de que o petróleo e as riquezas naturais pertenciam aos EUA. Segundo o ditador, as declarações representam "uma ameaça direta à soberania, ao direito internacional e à paz".

Subchefe de gabinete da Casa Branca, Stephen Miller afirmou que "o suor, a engenhosidade e o trabalho árduo dos americanos criaram a indústria petrolífera na Venezuela". "Sua expropriação tirânica foi o maior roubo de riqueza e propriedade americanas registrado. Esses bens saqueados foram usados para financiar o terror."

Delcy Rodríguez, ex-chanceler e vice-presidente da Venezuela, avisou que seu país "não tornará a ser colônia energética de nenhum poder estrangeiro". "Não haverá petróleo entregue ou roubado a nenhuma potência estrangeira", destacou. "Que não se equivocam com a Venezuela", acrescentou, ao convocar a unidade nacional entre os venezuelanos.

Maduro classificou o bloqueio naval imposto por Trump de "ameaças belicistas". Ante o clima de nervosismo no Caribe, o presidente do México, Claudia Sheinbaum, fez um apelo à ONU para que evite "derramamento de sangue": "Que as Nações Unidas assumam o seu papel, que não têm desempenhado, que assumam o seu papel de prevenir derramamento de sangue e que procurem sempre a solução pacífica dos conflitos".

Exportações

Apesar do bloqueio anunciado por Trump, a Venezuela assegurou que as exportações de petróleo seguem "normalmente". O país detém as maiores reservas comprovadas de petróleo do planeta. A companhia estatal de petróleo venezuelana PDVSA garantiu

Juan Barreto/AFP



Moradores de Caracas caminham diante de mural alusivo à posse do ditador Nicolás Maduro, prevista para o próximo 10 de janeiro

Andrew Caballero-Reynolds/AFP



"O melhor ainda está por vir"

Em pronunciamento televisado, às 23h de ontem (hora de Brasília), e em meio à crescente impaciência dos americanos quanto à gestão da economia, o presidente dos EUA, Donald Trump, defendeu as conquistas dos 11 meses à frente do governo e falou sobre os planos para os próximos três anos. "O melhor ainda está por vir", declarou Trump em mensagem publicada em sua plataforma Truth Social, na terça-feira. Nos 79 anos e em seu último mandato, o republicano revolucionou a política dos Estados Unidos com seu estilo agressivo, medidas anti-imigração implacáveis e uma política econômica que ecoa a mensagem de sua primeira presidência: cortes de impostos e liberalização.



A Venezuela não tornará a ser colônia energética de nenhum poder estrangeiro. Não haverá petróleo entregue ou roubado a nenhuma potência estrangeira.

Delcy Rodríguez,
vice-presidente venezuelana

Miguel J. Rodriguez Carrillo/AFP



Navio de assalto anfíbio USS Iwo Jima ancorado em Ponce, Puerto Rico



Que as Nações Unidas assumam o seu papel, que não têm desempenhado, de prevenir qualquer derramamento de sangue!

Claudia Sheinbaum,
presidente do México

Venezuela. Primeiro, a Casa Branca se apoiava no combate às drogas; agora, na expropriação de empresas petrolíferas", afirmou ao *Correio*.

Puerta não acredita na iminência de uma ofensiva terrestre norte-americana. "O número de tropas destacadas no Caribe seria insuficiente para uma operação dessa natureza, segundo estrategistas militares. Essa análise também é feita com base em experiências anteriores, como no Panamá." Para a estudiosa, a ONU nada pode fazer em relação à tensão na América do Sul. "Trump não tem limites", advertiu.

José Vicente Carrasco, autor, cientista político da Universidade Simón Bolívar (em Caracas), lembrou ao *Correio* que os EUA têm discordado das Nações Unidas. "Não creio que a ONU possa dissuadir Washington de uma ação na Venezuela. Da mesma forma, a Venezuela tem sido denunciada pela ONU como violadora dos direitos humanos, e o efeito mostrou-se nulo. Se você fechar as Nações Unidas, ninguém notará", disse à reportagem.

Tropas dos EUA combatem narcotráfico no Equador

Militares dos Estados Unidos chegaram ao Porto de Manta, no sudoeste do Equador, para desarticular a ação do narcotráfico em uma das principais rotas de drogas. "Essa operação permitirá identificar e desarticular as rotas do narcotráfico e subjugar aqueles que acreditavam que poderiam tomar o país", escreveu o presidente equatoriano, Daniel Noboa, um dos maiores aliados de Washington na região, em publicação na rede social X. Até 2009, Washington manteve uma base na cidade. A mobilização militar adiciona tensão no subcontinente e coincide com os bombardeios a lanchas supostamente usadas pelos cartéis para escoar a produção de drogas até o México e os EUA. Desde setembro, os ataques aéreos deixaram 95 mortos.

A Embaixada dos Estados Unidos em Quito saudou os compatriotas da Força Aérea americana e citou

Forças Armadas do Equador/AFP



Eufs/Arquivo Pessoal

Eu acho...



"Mais do que um sínal de confrontação geopolítica direta, a presença norte-americana no Equador responde a uma lógica de segurança compartilhada, na qual o país desempenha um papel importante, ante a magnitude do problema que enfrenta (narcotráfico)."

ARTURO MOSCOSO,
diretor da Faculdade de Relações Internacionais da Universidad Internacional de Ecuador (UIE)

Equador seja utilizado como instrumento central de contenção à Venezuela, mas como um elo crítico na luta contra o tráfico de drogas, armas e dinheiro, que afeta diretamente a segurança interna do país", observou.

O equatoriano não descarta que uma parcela importante da cidadania perceba a ajuda militar americana como necessária e positiva, em um contexto de violência desenfreada e de sensação de insegurança generalizada. "Enquanto a cooperação Quito-Washington não implicar perda de soberania nem presença permanente, dificilmente será vista como uma contradição frontal com o resultado do referendo sobre a instalação de bases militares estrangeiras", disse Moscoso, em alusão à consulta popular em que a população rejeitou essas bases. (RC)

Presos na cidade de Guayaquil, um dos centros da guerra às drogas

localização geográfica quanto pela fragilidade institucional, da qual os cartéis têm tirado proveito", explicou ao *Correio*.

Moscoso entende que a operação militar em Manta articula-se com ações realizadas pelos EUA no Mar do Sul do Caribe e em outras

zonas sensíveis. "Ela pode ter, como efeito indireto, um aumento de pressão sobre o regime de Nicolás Maduro. Não parece que o

VISÃO DO CORREIO

Cerco à Venezuela é alerta para toda a região

Anunciado na noite de terça-feira, o cerco naval completo da Venezuela pelas Forças Armadas dos Estados Unidos, nas palavras do presidente Donald Trump, é mais um capítulo da escalada da tensão entre os dois países desde que o republicano voltou à Casa Branca e sinal inequívoco de que não se trata de um embate restrito às duas nações. A ofensiva da "maior Armada já reunida na história da América do Sul" faz parte de uma jogada estratégica do líder norte-americano para recompor a influência do seu país nas Américas e conter o avanço de potências rivais. Se não pretendem ser meros observadores, os outros atores desse tabuleiro político precisam redefinir ou afinar seus movimentos.

De forma prática, o bloqueio deve impedir que cargueiros de petróleo não ligados à Chevron, que é dos EUA, entrem e saiam da Venezuela. A Armada seguirá pressionando Caracas até que "devolvam todo o petróleo, terras e outros recursos que roubaram de nós", também segundo Trump. A mensagem escrita em sua rede social, porém, não deixa claro a que desfalques ele se refere. Também falta ser mais consistente quanto à afirmação de que o regime de Maduro atua como uma organização narcoterrorista que envia quantidade volumosa de cocaína aos cartéis mexicanos que abastecem o território estadunidense.

Especialistas em segurança pública não reconhecem essa participação expressiva da Venezuela no tráfico internacional de drogas. A edição mais recente do *Relatório Mundial sobre Drogas da ONU*, divulgada neste ano, sequer tem a Venezuela entre os países da região que mais participam da produção e comercialização do mercado global dessas substâncias ilícitas. São eles: Peru, México, Colômbia e Bolívia. Não são exagerados, portanto, a leitura de que a nova versão da "guerra

às drogas" se trata de um pretexto para pôr em prática intervenções com outros fins e o entendimento de que a ofensiva trumpista atropela preceitos do direito internacional. Vale lembrar que os venezuelanos abrigam as maiores reservas de petróleo do mundo e têm como principal comprador a China, que já é considerada o segundo maior parceiro comercial da América Latina e Caribe, atrás apenas dos EUA.

Nesse sentido, a presidente do México, Claudia Sheinbaum, acerta ao reiterar que a soberania do seu país precisa ser respeitada. Trump vem afirmando que considera deflagrar no país vizinho uma ofensiva similar à que está em curso no Pacífico e no Caribe. Diferentemente da Venezuela, o México tem uma história de confronto ao narcotráfico.

A preocupação também se volta ao Brasil, que discute a equiparação das facções criminosas a grupos terroristas. Integrantes da cúpula do Exército e outros especialistas alertam que a medida cria o risco de interferência externa. Isso em meio, também nesta terça, à assinatura de um pacto entre Estados Unidos e Paraguai que prevê a atuação de soldados estadunidenses no país sul-americano para coibir o que consideram grupos terroristas. Não será surpresa se outros países da região alinhados ao republicano firmarem acordos semelhantes.

Em ligação recente, o presidente Lula disse ter afirmado a Trump que a América Latina é "um zona de paz" e que o "poder das palavras, não o das armas" é o mais eficaz para a resolução de problemas. Segundo o brasileiro, o chefe da Casa Branca teria respondido: "Eu tenho mais armas, eu tenho mais navios, eu tenho mais bombas". Reconhecido como um articulador estratégico na região, o Brasil precisa estar atento aos sinais e às investidas trumpistas para não comprometer sua importância diplomática e os interesses nacionais.

CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dab.com.br



Ação de solidariedade

O Brasil saiu do Mapa da Fome em julho passado, como anunciado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Reflexo de medidas como Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos e melhora no mercado de trabalho. E, em 2024, 2,2 milhões de lares deixaram a insegurança alimentar, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), divulgada pelo IBGE em outubro. Grandes conquistas, sim, para o país. Mas ainda há 16 milhões de pessoas vivendo em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave.

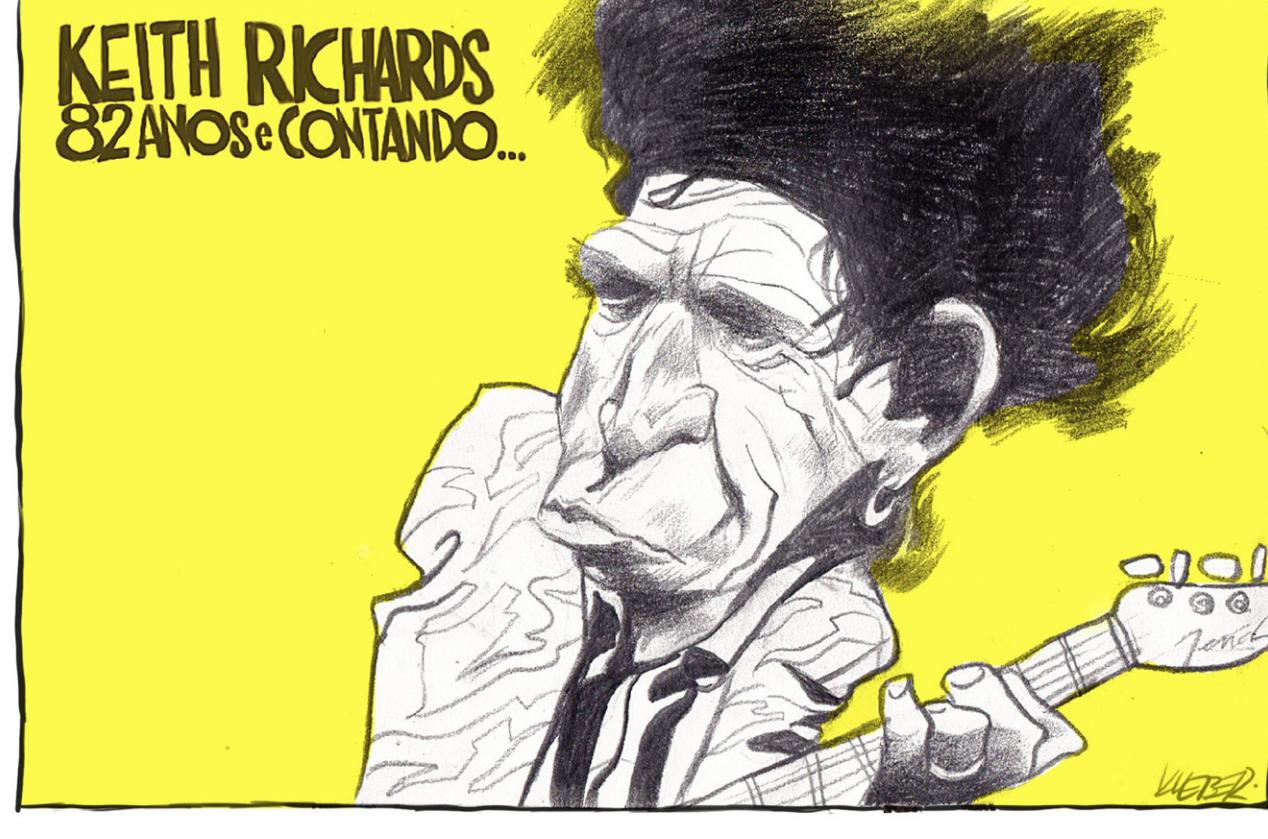
Maior vulnerabilidade foi registrada em famílias com crianças ou adolescentes. Conforme o IBGE, 3,3% da população de 0 a 4 anos e 3,8% da população de 5 a 17 anos convivem com insegurança alimentar grave em 2024.

Em solidariedade a quem ainda não tem acesso pleno a alimentos, há várias mobilizações pelo Brasil, especialmente neste mês. Uma delas é a Ação da Cidadania. A ONG trabalha o ano todo em

busca de doações para atender famílias nos 26 estados e no Distrito Federal. E, neste fim de 2025, lançou a campanha de arrecadação para proporcionar um Natal de menos privações aos que estão em situação de vulnerabilidade. Com o tema "Ilumine o Natal de quem precisa", a meta é distribuir mais de 2 mil toneladas de comida.

A Ação da Cidadania — criada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em 1993 — conta com mais de 3 mil comitês comunitários. Eles mapam os lares mais necessitados e garantem que recebam a cesta de alimentos gentilmente doados por pessoas do país inteiro.

Para colaborar com essa iniciativa fundamental e aplacar a penúria de famílias neste fim de ano, as contribuições podem ser feitas pelo site www.natalsemfome.org.br. Como enfatiza mensagem da ONG, "sua doação acende a luz de um Natal possível para elas: um Natal sem fome". Pense que a sua generosidade levará comida para a mesa de quem mais precisa, especialmente crianças.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.

» E-mail: sredat.df@dab.com.br

Juízes ilibados?

Nascido numa pequena cidade do interior paulista, já na faixa dos 12, 13 anos, observava três figuras com relevância proeminente na minha pequena, mas aconchegante Miguelópolis. Eram: o prefeito, que, pela natureza do cargo, falava com todos; o padre, que era a força religiosa que dominava a região, bastante respeitado; e o juiz da comarca, que, na época, tinha fama de recluso, não se via em eventos, mal cumprimentava as pessoas, era a liturgia do cargo, porém muito respeitado. Traçando um paralelo aos dias de hoje, diria que os políticos (prefeito), num percentual muito grande, tornaram-se profissionais envolvidos em grandes obras superfaturadas, corrupção quase transparente, verbas secretas com destinações às escuras. A Igreja, depois de grandes escândalos com a homossexualidade, perdeu também parte de sua respeitabilidade. Quanto ao juiz, o bicho pegou. Recebe maior salário da pirâmide do funcionalismo federal ou estadual, entre R\$ 60 mil a R\$ 145 mil, e, mesmo assim, nos deparamos diariamente com notícias de vendas de sentença ou attitudes inadequadas a um magistrado. Acredito que, hoje, para ser amigo de um juiz, precisa-se de muito conhecimento e cuidado, não sabemos se estamos diante de um vendedor de sentença, de um vazador de operações ou até de um ladrão de espumantes. Solução: resgatar alguns valores que estão esquecidos pela família.

» Valter Eleutério da Silva
Taguatinga

Casas de vidro

Muito bom o artigo do jornalista Patrick Selvatti publicado na edição do *Correio* de 15 de dezembro (*Opinião*, p. 10), anunciam a chegada do próximo *Big Brother Brasil*. Segundo Patrick, haverá uma casa de vidro, com candidatos ao BBB, no Conjunto Nacional. O povo precisa de mais e frequentes casas de vidro, exorta Patrick. O cotidiano do brasileiro clama por mais câmeras, espiando e fiscalizando o que homens públicos fazem e produzem em benefício do Brasil e dos brasileiros. Os resultados não seriam nada agradáveis. O BBB da Globo, durante meses, isola candidatos. Ávidos

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

«Operação PF: ao jogar celulares pela janela, o deputado Antônio parece um doido..!»

Vital Ramos Júnior — Jardim Botânico

Brasil ainda tem 9 milhões de jovens sem escola e trabalho. A única coisa que, de fato, importa aos políticos é o voto!

Marcelo Mariano — Paraisópolis (SP)

Como uma vaca de presépio a ONU assiste aos EUA ameaçarem a Venezuela.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

A estratégia dos EUA mostra que política internacional é feita de poder, não de neutralidade. O mar do Caribe, antes

rota de comércio, virou campo de batalha geopolítica. A pressão militar pode até acelerar transformações, mas cobra um preço humano altíssimo.

Pacelli M. Zahler — Sudoeste

O bloqueio naval imposto à Venezuela é mais um tiro de Trump que vai sair pela culatra. O preço do petróleo tenderá a subir, e o maior impacto será dentro dos Estados Unidos

Gustavo Brandão — Brasília

Lula anuncia reconhecimento de música gospel como patrimônio brasileiro. Está de olho nos votos dos evangélicos? Só cai quem quer!

Carlos Kopchak — Osasco (SP)

Natal é tempo de acalmar os corações e deixar o mundo mais bonito.

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

por vultoso prêmio. Nessa linha, imagens pouco republicanas escandalizariam a nação se existissem câmeras do BBB em ministérios, em palácios de governos estaduais, no Congresso Nacional e no Judiciário. Patrick é feliz, implacável e irretocável quando analisa que "a casa de vidro montada diante da Esplanada funciona como espelho involuntário de uma verdade incômoda: a verdadeira casa mais vigiada do país ainda não é vigiada o suficiente. E, enquanto isso não mudar, o Brasil seguirá assistindo à política como quem assiste a um reality: perplexo, indignado, mas quase sempre sem poder apertar o botão do paredão".

» Vicente Limongi Netto

Asa Sul

Júlio Lancellotti

Eu gostaria de saber por que o padre Júlio Lancellotti, que ajuda os mais necessitados, está sendo punido e afastado de transmitir suas missas. Um arcebispo deveria se preocupar com os pobres que não têm o que comer. Politicagem na Igreja é inaceitável. A Igreja deve se preocupar com os fiéis e não em entrar na política. Precisamos entender que política é para políticos, não para padres nem para bispos. Essas proibições que atingem o padre Júlio Lancellotti são lamentáveis!

» Noeli Recktenwalt

Salvador do Sul (RS)

A farsa de Trump

As palavras insanas do bufão Donald Trump de que o cerco à economia da Venezuela — detentora das maiores reservas de petróleo no mundo — só "crescerá até que devolvam aos EUA todo o petróleo, terras e outros bens que nos roubaram" deixaram clara a farsa com que o tirano pretende disfarçar esses esbulhos, sob o pretexto de "combate ao tráfico de drogas". Enquanto isso, nos nossos estertores, climáticos e morais, nós assistimos, de braços cruzados, impunemente, a essa destruição, com o apoio velado aos genocidas modernos Netanyahu e Putin.

» Lauro A. C. Pinheiro

Asa Sul

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ará
E se mais mundo houvera, lá chegara"

Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA

Localidade SEG/SÁB DOM

DF/GO R\$ 5,00 R\$ 7,00

ASSINATURAS*

SEG a DOM

R\$ 1.187,88

360 EDIÇÕES

[promocional]

Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 WhatsApp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Correio do Comércio e Indústria (3342-1000) ou (61) 99154.0045 WhatsApp, para mais informações sobre preços e condições para localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empréstimo terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 WhatsApp

Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 WhatsApp

Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 WhatsApp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varella, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rua Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 WhatsApp.

ANJ ANJ
ASSOCIAÇÃO
DE JORNALISTAS

Endereço na internet: <http://www.correioweb.com.br>

Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.

Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia

Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias;

SG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;

de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:

Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h;

sábados, das 10h às 21h; domingos e feriados, das 15h às 22h.

Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.

E-mail: dapress@dab.com.br Site: www.dapress.com.br

Encruzilhada histórica aos 77 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

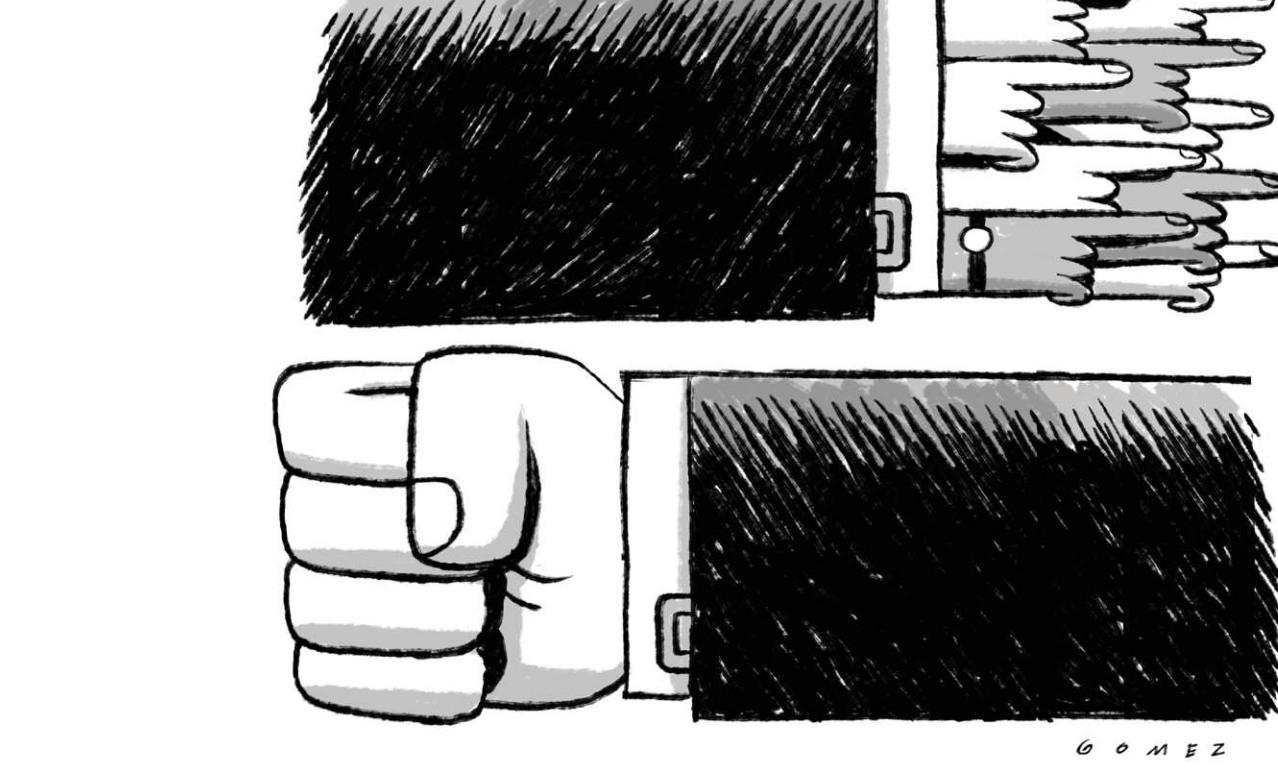


» ROGÉRIO SOTTILI
Diretor-executivo do Instituto Vladimir Herzog. Foi Secretário Especial de Direitos Humanos do governo federal e secretário Municipal de Direitos Humanos da Cidade de São Paulo

No último 10 de dezembro, quando o mundo celebrou os 77 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, fomos novamente lembrados da necessidade de reafirmar o pacto ético surgido após a Segunda Guerra Mundial. Em 2025, porém, essa data tornou-se alerta. A promessa universal dos direitos humanos é erodida diariamente, internacionalmente e no Brasil, onde forças autoritárias tentam reconstruir um projeto baseado na violência, na mentira, na impunidade, no saque ao bem público e na destruição de direitos.

O ano de 2025 expôs essa encruzilhada. A extrema-direita avançou globalmente, corroendo instituições, desacreditando a imprensa, normalizando a violência política e disseminando desinformação em escala industrial. Como advertiu Hannah Arendt, regimes autoritários prosperam quando constroem realidades nas quais os fatos deixam de significar algo — terreno que se tentou adubar no Brasil e em outros países. Ao mesmo tempo, houve resistência: democracias à beira de rupturas frearam retrocessos.

O Brasil ocupou lugar decisivo. Apesar de presões, reorganizou políticas públicas, recuperou presença internacional, enfrentou a fome e reafirmou compromissos com a democracia. Generais foram presos pela primeira vez desde a redemocratização; um ex-presidente foi responsabilizado criminalmente; o STF manteve a centralidade do Estado Democrático de Direito. Houve mobilização social e fortalecimento institucional.



Importações predatórias ameaçam o aço e o Brasil



» MAÍLSON DA NÓBREGA
Ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria

Adesindustrialização caracteriza-se pela perda de peso e relevância da indústria no PIB. Pode ocorrer de forma natural, quando avanços na tecnologia e na gestão das empresas elevam a fatia dos serviços na economia. Nos Estados Unidos, a indústria hoje detém apenas 19% do PIB, ante 80% dos serviços. Tal processo, benéfico, ocorre de forma lenta, associado à abertura para o exterior, mudanças estruturais e inovações que ampliam a competitividade da indústria. Os ganhos de eficiência e de produtividade expandem a economia.

A desindustrialização também ocorre lentamente quando protecionismo excessivo, subsídios e incentivos fiscais, combinados, desestimulam a inovação e minam a competitividade da indústria. Pode se dar de forma acelerada, quando setores são afetados por desequilíbrio macroeconômico ou súbita e forte alta de importações. Na origem desse processo maléfico, estão subsídios à exportação por países com excesso de produção. Os itens chegam ao destino abaixo do preço de custo, arrasando fábricas locais.

Justificam-se, ante a invasão de produtos estrangeiros, ações urgentes de defesa da indústria nacional, sob risco de danos que podem torná-la inviável. Do contrário, perdas afetarão a economia

e o bem-estar da sociedade. Há que evitar a interpretação de que os dois tipos de desindustrialização têm a mesma origem, conduzindo à percepção errônea de que defender a indústria contra importações desleais seja protecionismo em favor de segmentos ineficientes. Não é.

Um exemplo ocorre na indústria brasileira do aço. Desde 2023, o setor enfrenta importações predatórias que ameaçam sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento do país e sua sobrevivência. Prevê-se que este ano entrem no país 6 milhões de toneladas de aço laminado, alta de 32% sobre 2024. É o triplo da média entre 2000 e 2019 e um terço do mercado nacional.

A avalanche vem especialmente da China, que fabrica um bilhão de toneladas de aço por ano — 30 vezes a produção brasileira. O governo chinês subsidia exportações de aço inclusive para reverter a queda da demanda interna. Dessa forma, as vendas externas já superam 100 milhões de toneladas anuais, o triplo da produção brasileira. O excedente de aço dos países exportadores encontra um mercado global com excesso de capacidade de 619 milhões de toneladas — ou 12 vezes a capacidade das usinas brasileiras.

As importações de aço não afetam apenas o Brasil, mas outros países, que têm reagido de forma dura para preservar a indústria nacional. Desde 2018, Estados Unidos, União Europeia, Reino Unido e México elevaram tarifas de importação para 25%. Este ano, americanos subiram a taxa para 50%, seguidos pelo Canadá. A União Europeia planeja o mesmo, além de cortar cotas.

Já o Brasil encontra-se vulnerável. Aqui, a tarefa de importação de aço é 10,8%. Em junho de 2024, apenas 10 produtos, de um total de 273,

pilares de um país que não aceita retrocessos, mas que avança.

O Instituto defende que não basta manter o que temos: precisamos construir algo melhor, mais sólido e verdadeiramente transformador.

Renovar o Congresso será tarefa decisiva. Não votar em quem defende tortura; promove racismo, homofobia, misoginia, xenofobia ou perseguição religiosa; ataca jornalistas, artistas, educadores e defensores de direitos humanos; pactua com milícias; afronta a Constituição. Trata-se de responsabilidade democrática elementar, compatível com a tradição brasileira.

No cenário internacional, o Brasil terá responsabilidades ampliadas. Num mundo marcado por deslocamentos forçados, guerras prolongadas, violações massivas e colapso do multilateralismo, o país pode recuperar sua tradição diplomática de defesa do diálogo e da paz, reafirmando a centralidade da Declaração Universal.

O Instituto Vladimir Herzog concluiu a campanha 50 anos por Vlado, lembrando um jornalista que enfrentou tortura e censura com a firmeza de quem sabia que a democracia é projeto permanente. Sua memória nos convoca à coragem cívica e à disposição de enfrentar injustiças.

Por tudo isso, 2026 será um ano-encruzilhada. As forças autoritárias seguem organizadas, mas há energia democrática vibrante: educadores, artistas, jornalistas, povos tradicionais, lideranças comunitárias, juventudes e defensores de direitos humanos insistem que a esperança é possível.

Que os 77 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos nos lembrem que nenhum direito está garantido para sempre e sirvam como chamado à responsabilidade. O Brasil pode afirmar-se como liderança democrática global se fortalecer instituições, responsabilizar golpistas, proteger vidas e renovar o pacto civilizatório que nos trouxe até aqui. Só assim poderemos, de forma consciente e coletiva, colocar a dignidade humana no centro do nosso futuro.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.dj@abr.com.br



Por que não os homens?

Provoca debate a seguinte pergunta, que ignora convenções: se uma gravidez humana exige nove meses de gestação durante os quais a mulher carrega, arrisca a saúde e sofre as consequências físicas, sociais e econômicas, por que a maior parte da responsabilidade prática e do investimento em contracepção continua a recair sobre as mulheres? A aritmética simples que circula nas conversas ajuda a iluminar o problema: nove meses têm, em média, 270 dias; se um homem tivesse relações com várias parceiras diariamente ao longo desse período (hipótese extrema), o produto dessa multiplicação mental pode chegar a milhares de concepções potenciais — o número 2.430 que alguns citam resulta de 270 dias considerando nove parceiras diárias.

Essa conta serve como provocação: biologicamente, a realidade é mais complexa — probabilidades de concepção diárias, uso de métodos contraceptivos, infertilidade, intercurso etc. —, mas o ponto político e científico permanece. A capacidade reprodutiva masculina é multiplicativa e subexplorada no campo do controle de natalidade. O debate não é abstrato. Hoje, a população humana global está na casa dos bilhões, e as projeções demográficas continuam a indicar grandes transformações nas próximas décadas. As estimativas da Divisão de População das Nações Unidas (WPP) mostram que a transição demográfica, com crescimento importante em algumas regiões e declínio em outras, deve levar a uma população mundial na ordem dos 9 aos 10 bilhões ao longo do século, com concentrações crescentes em África e Sul da Ásia.

Essas trajetórias importam, pois condicionam consumo, uso de terra, água e energia. Se a preocupação maior é a pressão humana sobre os sistemas naturais, não basta falar em “menos gente”; é preciso combinar políticas de população com redução do consumo excessivo e reorientação tecnológica. Indicadores como o Dia da Sobrecarga da Terra (Earth Overshoot Day) mostram, no calendário, que a humanidade já consumiu todos os recursos renováveis que a Terra gera neste ano. Vivemos em déficit ecológico. Em anos recentes, esse dia tem caído cada vez mais cedo — sinal claro de que nossa demanda por recursos supera a capacidade de renovação e de absorção de resíduos do planeta.

Isso traduz, em termos concretos, destruição de habitats, erosão de solos, sobrepesca e superemissão de carbono. A ligação entre números humanos e perda de biodiversidade é bem documentada na literatura científica: estudos recentes apontam que a pressão populacional combinada à economia de consumo e políticas inadequadas é um dos motores fundamentais da crise de extinção e do colapso dos ecossistemas. Especialistas em conservação afirmam que, sem enfrentar a questão da escala humana (tamanho da população versus padrão de consumo), os esforços isolados de proteção não serão suficientes para inverter tendências profundas.

Diante desse diagnóstico, que política faz mais sentido? A resposta proposta nesta coluna é dupla, mas interligada: (1) levar a sério o desenvolvimento e a difusão de contracepção masculina como prioridade científica e de saúde pública; (2) travar a crença moralista de que responsabilidade reprodutiva é, e deve ser, quase exclusivamente feminina. A justificativa prática é simples. Métodos masculinos eficazes, seguros e culturalmente aceitos expandiriam rapidamente o leque de opções para casais e poderiam reduzir gravidezes não planejadas sem onerar exclusivamente o corpo das mulheres.

Hoje, são duas as frentes reais de avanço: métodos não hormonais em desenvolvimento — pílulas que bloqueiam a produção de espermatozoides por vias específicas — e métodos hormonais e dispositivos gel, implantes, injeções e mesmo implantes hidrogelés que bloqueiam o trânsito de espermatozoides. Ensaios clínicos recentes e revisões mostram ganhos substanciais em taxa de supressão de espermatozoides e aceitabilidade; a pesquisa médica tem acelerado após décadas de subfinanciamento. Há, claro, resistências culturais, políticas e científicas. Em alguns países, a prevalência de vasectomia caiu nas últimas décadas; em outros, há renovação do interesse por soluções masculinas.

Parte do problema histórico foi o financiamento desproporcional para métodos femininos, o estímulo a abortos, o medo de efeitos colaterais em homens e uma mistura de normas de gênero que delegam a “gestão da gravidez” às mulheres. Mas os ensaios e as inovações recentes mostram que essas barreiras podem ser transpostas: a ciência já demonstrou que é tecnicamente viável reduzir temporariamente a fertilidade masculina de maneira reversível e segura.

Argumentar que “é o homem que deveria ser o foco” não implica deslocar recursos das mulheres, nem apagar direitos sexuais e reprodutivos femininos. Implica, antes, repensar prioridades: ampliar financiamento público e privado para contraceptivos masculinos; incluir homens nas campanhas de educação sexual; promover vasectomias seguras e acessíveis onde houver demanda; apoiar pesquisas internacionais para avaliar impactos socioculturais; e integrar essas medidas às políticas climáticas e de uso da terra.

A frase que foi pronunciada:

“Se fosse o homem que sentisse a dor do parto, todo casal só teria um filho.”

Dona Dita

História de Brasília

Se não fosse lugar de político, um bom ministro da Agricultura seria o dr. Israel Pinheiro. Para realizar mesmo, seria um dos poucos no país. (Publicada em 15/5/1962)

Uso de CARVÃO volta a bater RECORDE

No que caminha para ser o segundo ano mais quente na história do planeta, o consumo mundial do combustível fóssil, extremamente poluente, chega em 2025 ao maior nível já registrado, revela a Agência Internacional de Energia

» ISABELLA ALMEIDA

O consumo mundial de carvão vai bater um novo recorde em 2025, segundo um relatório publicado ontem pela Agência Internacional de Energia (AIE). Conforme os especialistas que participaram do desenvolvimento da pasta, parte desse aumento se dá em razão das políticas do governo Donald Trump nos Estados Unidos para estimular a indústria. Este ano também deve ser o segundo mais quente já registrado.

A utilização de carvão deve crescer 0,5% em comparação com 2024, que tinha o recorde anterior, e chegar a "8,85 bilhões de toneladas", informou a AIE. "O ano de 2025 caminha para um novo recorde de consumo de carvão", afirmou Keisuke Sadamori, diretor de Mercados de Energia e Segurança da AIE, em uma apresentação para jornalistas.

Este ano também desponta como o segundo mais quente já registrado, empatado com 2023 e ficando atrás somente de 2024, segundo o observatório europeu Copernicus. Todavia, a demanda por carvão deve "recuar levemente até o final da década" devido à concorrência de outras fontes de geração de energia elétrica, como as renováveis, o gás e a energia nuclear, segundo a agência.

Conforme a publicação, esse tipo de combustível fóssil é o principal responsável pelas emissões de dióxido de carbono de origem humana, que, por sua vez, alimentam as mudanças climáticas. Historicamente, o aumento do consumo tem sido impulsionado pela China e pela Índia, que recorrem ao carvão para suprir as necessidades de energia elétrica de suas economias em crescimento, no entanto, este ano, a utilização dessa fonte se manteve estável nos dois países.

Futuro melhor?

A AIE antecipou ainda que a demanda na China, maior consumidor mundial de carvão, responsável por mais de 50% da queima, diminuirá nos próximos cinco anos. Na Índia, uma intensa temporada de monções — ventos sazonais, em geral associados à alternância entre a estação das chuvas e da seca — estimulou o uso de fontes hidrelétricas e amenizou a necessidade por eletricidade gerada por usinas a carvão pela terceira vez em cinco décadas. Segundo a agência,

Duas perguntas para

DENER ALCARDI

Clauber Leite, diretor de Energia Sustentável e Bioeconomia do Instituto E+ Transição Energética

O avanço das energias renováveis será suficiente para reduzir a dependência do carvão na próxima década?

Elas são essenciais, mas, isoladamente, não garantem uma redução rápida da dependência do carvão sem planejamento adequado para integração de rede, expansão de transmissão, armazenamento, flexibilidade do sistema e políticas complementares.

Quais caminhos os países deveriam priorizar para conciliar crescimento econômico, demanda por energia e proteção ambiental diante desse cenário?

Entre outras coisas, eliminar incentivos ao carvão e estabelecer cronogramas claros de desativação, acompanhados de políticas de transição justa para trabalhadores e comunidades afetadas. Investir de forma prioritária em infraestrutura de energias limpas, redes inteligentes, armazenamento e mecanismos de resposta da demanda. Conciliar crescimento e proteção ambiental exigir eliminar subsídios ao carvão, investir em eficiência, infraestrutura elétrica moderna e alinhar política energética, industrial e financiamento climático.

no entanto, a tendência é desse consumo aumentar nos próximos anos.

"Apesar das tendências atípicas em vários mercados-chave de carvão em 2025, nossa previsão para os próximos anos não mudou substancialmente em relação ao ano passado: esperamos que a demanda global por carvão se estabilize antes de começar a diminuir por volta de 2030", completou Sadamori.

"Dito isso, existem muitas incertezas que afetam as perspectivas para o carvão, principalmente na China, onde os acontecimentos — desde o crescimento econômico e as escolhas políticas até a dinâmica do mercado de energia e o clima — continuariam a ter uma influência desproporcional no cenário global. De forma mais ampla,

AFP



Fumaça sai de uma estação de energia movida a carvão perto de Datong, província de Shanxi, no norte da China

as tendências de crescimento da demanda por eletricidade e a integração de energias renováveis em todo o mundo podem impactar a trajetória do carvão", completou Sadamori.

Em contrapartida, nos Estados Unidos, a AIE "prevê um aumento de 8% em 2025 devido a uma combinação de preços mais elevados do gás natural e uma desaceleração no fechamento de usinas a carvão, graças ao apoio político orientado pelo governo federal". O acréscimo contrasta com a diminuição média anual de 6% registrada durante os últimos 15 anos. Essa mudança de cenário acontece após Trump ter assinado, em abril, decretos para estimular a exploração do combustível e mais do que dobrar a produção

elétrica para ajustar as necessidades da Inteligência Artificial.

Anos roubados

Conforme o diretor de Energia Sustentável e Bioeconomia do Instituto E+ Transição Energética, Clauber Leite, as emissões acumuladas permanecem elevadas justamente na década crítica para o cumprimento do Acordo de Paris, agravando os desafios de mitigação climática. "A manutenção de níveis altos de consumo prolonga a vida útil de ativos intensivos em carbono e pode atrasar investimentos em soluções energéticas de baixo carbono."

Apesar das medidas, a AIE

mantém a previsão de que a demanda americana diminuirá, em média, 6% até 2030, devido ao avanço das energias renováveis e ao fechamento das usinas a carvão, ainda que em um ritmo mais lento. Em parâmetros mundiais, a agência prevê que a necessidade do uso de carvão em 2030 será 3% menor que a registrada em 2025, retornando ao mesmo nível de 2023.

Durante esse período, o consumo de energia elétrica vai aumentar, mas também "se intensificará a concorrência com outras fontes de energia". As fontes renováveis devem ganhar destaque, nuclear e gás natural liquefeito. Sadamori destacou também que a participação do carvão na geração elétrica passou de 41% em 2013 para 34% neste ano. "É o menor nível na história estatística da AIE", afirmou.

Para Marco Moraes, divulgador científico e autor do livro *Planeta Hostil*, o tom técnico e neutro do relatório da IEA normaliza o que deveria ser tratado como uma emergência planetária. "Continuar queimando carvão em escala massiva é uma escolha ativa de destruição climática, não uma inevitabilidade econômica. As tecnologias para substituir o carvão existem, são economicamente viáveis e estão se expandindo. O que falta é vontade política, investimento adequado e a coragem de enfrentar interesses estabelecidos. Cada ano de 'platô' no consumo de carvão é mais um ano roubado das gerações futuras."

SAÚDE CEREBRAL

Queijo e creme de leite gordurosos reduzem risco de demência

sobre gordura e saúde cerebral."

Os participantes registraram o que comeram durante uma semana e responderam a perguntas sobre a frequência com que consumiram alguns alimentos nos anos anteriores. Eles também conversaram com os pesquisadores sobre o preparo de suas refeições.

Os cientistas então compararam pessoas que consumiam 50 gramas ou mais de queijo com alto teor de gordura (como cheddar, brie e gouda) diariamente com pessoas que ingeriam menos de 15 gramas. Após ajustes para idade, sexo, escoaridade e qualidade geral da dieta, os pesquisadores descobriram que pessoas que incluíam mais queijo com alto teor de gordura na dieta apresentavam um risco 13% menor de desenvolver demência em comparação com aquelas que comiam menos.

Ao analisar tipos específicos de demência, os cientistas constataram que pessoas que



Alguns laticínios mais gordurosos mostraram relação positiva com a saúde cerebral

consumiam mais queijo com alto teor de gordura apresentavam um risco 29% menor de demência vascular. Os pesquisadores também descobriram menores chances de doença de Alzheimer entre quem comia mais laticínios ricos

em lipídios, mas somente entre aqueles que não tinham a variação do gene APOE e4 — um fator genético para a condição.

Os pesquisadores também compararam pessoas que consumiam 20 gramas ou mais de creme

de leite integral diariamente com quem não ingeria nada. Após ajustes semelhantes, descobriram que comer o alimento rico em lipídios minimizou em 16% as chances de desenvolver demência.

O que não mudou

Além disso, segundo a publicação, não foram encontradas associações semelhantes ao avaliar o consumo de queijo e creme de leite com baixo teor de gordura. A ingestão de leite integral ou desnatado, manteiga ou leite fermentado, incluindo iogurte, kefir e leitelho, também não mostrou nenhum modificação no risco de demência.

"Esses resultados sugerem que, quando se trata de saúde cerebral, nem todos os laticínios são iguais,"

disse Sonestedt. "Embora o consumo de mais queijo e creme de leite com alto teor de gordura tenha sido associado a um risco reduzido de demência, outros laticínios e alternativas com baixo teor de gordura não apresentaram o mesmo efeito. Mais pesquisas são necessárias para confirmar os resultados do nosso estudo e explorar melhor se o consumo de certos laticínios com alto teor de gordura realmente oferece algum nível de proteção para o cérebro."

Apesar dos resultados obtidos, os cientistas destacam que o estudo não comprova que o consumo de queijo e creme de leite com alto teor de gordura reduz o risco de demência, somente demonstra uma associação. Assim, eles frisam a necessidade de mais pesquisas sobre o tema.

SEGURANÇA PÚBLICA

Fim de ano exige cuidado

» ANA CAROLINA ALVES
 » CARLOS SILVA

O fim de ano, marcado pela maior circulação de pessoas nos centros comerciais, pagamentos de décimo terceiro salário, viagens e casas vazias, costuma favorecer a ocorrência de alguns tipos de crime, especialmente os crimes contra o patrimônio. Entre eles, estão o roubo a transeunte e o furto em veículo. Apesar dos dados da Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF) mostrarem redução nessas modalidades de crime, especialistas alertam que a população deve redobrar os cuidados nesta época.

Segundo o especialista internacional em segurança e ex-subsecretário de Segurança do DF, Leonardo Sant'Anna, há um padrão de crimes que se intensificam no fim do ano. "São os furtos (principalmente contra as mulheres), as fraudes de cartão de crédito e débito, os golpes pela internet envolvendo promoções com valores atrativos e chegada rápida dos bens adquiridos (utilizando-se de clonagem de sites de venda) e as saudinhas de banco, que consistem nas quadrilhas que ficam observando quem entra para fazer saques em dinheiro ou pagar contas", destacou.

Para a especialista em segurança pública Ana Izabel Gonçalves de Alencar, a prevenção também depende da postura da população. "A polícia tem atuado e alcançado bons resultados, mas é fundamental que as pessoas cooperem, cuidando dos seus pertences, evitando locais ermos e mal iluminados e mantendo atenção no espaço público", orientou.

Reforço

Na reta final do ano, a Polícia Militar (PMDF) reforçou o Policiamento de Intensificação Natalina de 2025 (PIN 2025) após a liberação, pelo Governo do Distrito Federal, de 12 mil cotas de Serviço Voluntário Gratificado (SVG). A medida permitiu a ampliação do efetivo nas ruas, com 96 mil horas extras de policiamento distribuídas por todo o DF.

A operação será realizada até 4 de janeiro de 2026, concentrando em centros comerciais, shoppings, feiras, supermercados, comércios populares e terminais de transporte público, com foco na prevenção de crimes contra o patrimônio e no reforço da sensação de segurança durante o período natalino.

Como parte dessa estratégia, a SSP-DF também implementou o programa DF Mais Seguro - Segurança Integral, que busca ampliar a participação da sociedade no debate e nas decisões sobre segurança pública. A iniciativa é estruturada em cinco eixos, com ações que vão desde a qualificação dos espaços urbanos e prevenção da violência no ambiente escolar até a organização de serviços multissetoriais voltados à proteção dos cidadãos.

Transtorno sazonal

Para a diarista Cleidiane Bispo, de 36 anos, esta época do ano desperta mais alerta que alívio. Moradora de Planaltina (DF), ela conta que foi vítima de um assalto dentro de um ônibus expresso enquanto seguia para o trabalho. Segundo ela, o criminoso levou bolsas e celulares de vários passageiros. Cleidiane teve o celular roubado — um aparelho avaliado em cerca de R\$ 2,5 mil. "A gente trabalha, luta para conquistar as coisas, e alguém aparece do nada e leva tudo", desabafou.

Eliane Aguiar, 43, moradora de Ceilândia, também teve o celular roubado. Ela foi assaltada pela manhã, perto de uma estação do metrô, quando saía de casa e perdeu um aparelho comprado por quase R\$ 2 mil, que havia acabado de quitar. Eliane registrou ocorrência, mas ainda não conseguiu recuperar o bem. Segundo ela, a sensação de insegurança se intensifica no fim do ano. Por isso, agora o marido a acompanha diariamente até o trabalho. "É frustrante sair para trabalhar e passar por isso", lamentou.

O taxista Juarez Lopes, 80, relata que foi vítima de um roubo de veículo no fim de 2023, enquanto trabalhava. Segundo ele, o

Festas e férias aumentam a movimentação de pessoas nas ruas e a quantidade de casas fechadas, o que favorece a ocorrência de vários tipos de crimes. Policiamento será reforçado no DF, mas especialistas dão dicas e alertam que a população também deve fazer a sua parte



Bruna Gaston CB/DA Press



Cleidiane teve o celular roubado — um aparelho avaliado em cerca de R\$ 2,5 mil

Bruna Gaston CB/DA Press



Eliane Aguiar conta que a sensação de insegurança se intensifica no fim do ano

Como se proteger

- Evite portar grandes quantidades de dinheiro em espécie, prefira meios eletrônicos de pagamento.
- Mantenha celulares e objetos de valor sempre próximos ao corpo, de forma discreta e segura.
- Redobre a atenção durante compras, especialmente em locais com grande fluxo de pessoas, como shoppings, feiras e comércios populares.
- Evite o uso do celular em locais públicos de forma desatenta, principalmente em ruas movimentadas e pontos de transporte.

passageiro entrou no carro, com destino ao Núcleo Bandeirante, mas anunciou o assalto ao chegar à região do Jardim Zoológico. O criminoso o obrigou a descer e fugiu com o carro, que nunca foi recuperado. Desde o assalto, ocorrido em novembro, ele diz ter mudado completamente a rotina de trabalho, deixando de rodar à noite. "Depois disso, qualquer passageiro passa a ser suspeito", afirmou.

José da Silva*, 45, gerente de um loja de roupas e sapatos na Rodoviária do Plano Piloto, afirma que os furtos são recorrentes no estabelecimento, especialmente no fim do ano, quando o movimento aumenta com as compras de Natal. Segundo ele, a maioria dos casos acontece de forma rápida, com clientes que pegam produtos e saem correndo, aproveitando-se da lotação da loja. "As vezes, some um item de R\$ 100 aqui, outro ali, e no fim do dia, o prejuízo aparece", relatou. Para tentar reduzir os furtos, o gerente disse que a principal estratégia é reforçar o número de funcionários e investir em câmeras de segurança.

Ocorrências

De acordo com números da SSP/DF, que compararam as ocorrências registradas entre os meses de agosto e outubro de 2024 e novembro de 2024 e janeiro deste ano, o latrocínio — roubo seguido de morte — teve o maior aumento percentual. As ocorrências passaram de uma para quatro casos, alta de 300%. Embora o número absoluto seja baixo, o crescimento proporcional acende um alerta, especialmente em um período do ano marcado por maior circulação de pessoas e de dinheiro, fatores que elevam o risco de abordagens violentas.

Nos crimes patrimoniais, o roubo em residência também registrou aumento de 25%, saindo de 40 para 50 ocorrências, comportamento típico do fim de ano, quando muitas casas ficam vazias por causa de viagens. Em contrapartida, o balanço indica uma tendência geral de queda, com redução de 12,76% no total de roubos e furtos. As ocorrências de posse ou porte ilegal de arma de fogo também aumentaram (2,47%), passando de 243 para 249 ocorrências. Ainda que o avanço seja moderado, a presença de armas em circulação eleva o potencial de letalidade em conflitos e abordagens criminosas, segundo especialistas.

O movimento observado no fim do ano passado e início de 2025, com queda geral em diversos indicadores, contrasta com o cenário registrado nos mesmos períodos de 2023 e 2024. Os dados da SSP/DF mostram que, naquele período, houve aumento nas ocorrências de crimes violentos.

No recorte dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), os registros subiram de 66 para 69 ocorrências, uma alta de 4,55%. Homicídios aumentaram 5,56%, passando de 54 para 57 casos, enquanto as tentativas de homicídio cresceram 6,52%, de 138 para 147 registros. Em sentido oposto, os crimes patrimoniais registraram queda no fim de 2023 e início de 2024. Roubos em residência, por exemplo, passaram de 51 para 45 ocorrências, e os roubos em transporte coletivo recuperaram 17,98%.

*Nome fictício a pedido do entrevistado

Ocorrências no DF

Crime	Ago-Out/23	Nov/23-Jan/24	Variação (%)
Homicídio	54	57	+5,56
Latrocínio	5	3	-40,00
Roubo a transeunte	2931	2657	-9,35
Roubo em residência	51	45	-11,76
Furto em veículo	2037	1989	-2,36
Tentativa de homicídio	138	47	+6,52
Tentativa de latrocínio	22	15	-31,82
Tráfico de drogas	596	606	+1,68
Uso/porte de drogas	987	1014	+2,74
Posse de arma	43	270	+11,11
Crime	Ago-Out/24	Nov/24-Jan/25	Variação (%)
Homicídio	54	46	-14,81
Latrocínio	1	4	+300
Roubo a transeunte	2677	2488	-7,06
Roubo em residência	40	50	+25,00
Furto em veículo	1773	1389	-21,66
Tentativa de homicídio	156	130	-16,67
Tentativa de latrocínio	19	20	+5,26
Tráfico de drogas	682	670	-1,76
Uso/porte de drogas	428	478	+11,68
Posse de arma	243	249	+2,47

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Novo superintendente da PF no DF foi coordenador das investigações da Operação Caixa de Pandora

Apontado como técnico e com bom trânsito institucional, o novo superintendente regional da Polícia Federal no Distrito Federal, Alfredo José de Souza Junqueira, 58 anos, retorna ao posto onde já trabalhou. Foi o coordenador da Operação Caixa de Pandora, responsável por desbaratar, em 2009, um dos maiores escândalos da história da política do Distrito Federal. Junqueira também atuou na equipe que elucidou os assassinatos de três fiscais e de um motorista do Ministério do Trabalho em Unaí (MG), em 2004.



Passagem pela equipe do ministro Barroso

No currículo, uma passagem pela assessoria do Supremo Tribunal Federal (STF), na gestão do ministro Luis Roberto Barroso. A cessão foi assinada em outubro de 2023 pelo então secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Cappelli. Alfredo Junqueira está na Polícia Federal há 22 anos. Paulista da capital, passou por diversas áreas no Departamento de Polícia Federal, como Crimes Contra o Patrimônio, Inteligência Policial e Repressão a Entorpecentes. Foi coordenador de Assuntos Internos e diretor de Administração e Logística Policial da corporação. O delegado é formado em engenharia eletrônica e chegou a atuar na área antes de ingressar na Polícia Federal.

Longe da política

Ex-governador e ex-deputado federal, Rogério Rosso, hoje diretor da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa), desistiu da política partidária. Não vai disputar as próximas eleições. "Prefiro agora me dedicar a minha família, continuar meus estudos, estou escrevendo um livro sobre Brasília e nossos desafios como capital para o futuro", contou à coluna. Também está concentrado na música, sua grande paixão.



Disputa pelas vagas de candidatos

O PT tem mais candidatos a deputado federal do que o número de vagas para o registro na Justiça Eleitoral. No Distrito Federal, são nove. Como está em uma federação com o PV e o PCdoB, em tese teria de indicar cinco nomes, ficando dois para o PV e dois para o PCdoB, segundo o acordo entre os partidos. Mas entre petistas, querem concorrer o ex-governador Agnelo Queiroz; o ex-deputado Roberto Policarpo; a professora Rosilene Corrêa; a ex-reitora da UnB Márcia Abrahão; o secretário de Assuntos Parlamentares do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Marivaldo Pereira; a suplente de deputada Ruth Veneremos; e a diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente, Vanessa Negrini — conhecida como Vanessa É o Bicho. Está em curso uma negociação com os partidos da federação para abrir mais vagas para o PT. "Na última eleição, os dois candidatos do PCdoB fizeram apenas cinco mil votos para federal", afirma um petista.



Balanço da Câmara

Os deputados distritais aprovaram, neste ano, 188 projetos de lei, sendo 112 projetos de decreto legislativo, 22 projetos de lei complementar e 11 projetos de resolução (PRs). Entre os PLs, 99 foram de autoria de parlamentares e 84 do Poder Executivo.



Relatório entregue em mãos

A deputada distrital Paula Belmonte (PSDB) entregou, ontem, o relatório final da CPI do Rio Melchior ao Tribunal de Contas do DF e ao Ministério Público do DF. O documento reúne conclusões técnicas e recomendações para a recuperação ambiental do rio, incluindo reclassificação da qualidade da água, reforço no monitoramento e medidas de responsabilização. Segundo a deputada, a conclusão da CPI marca o início da cobrança por ações concretas dos órgãos competentes.



Professora da UnB é condenada por racismo

A 5ª Vara Criminal de Brasília condenou uma professora da UnB pelas práticas do crime de injúria racial e racismo. A pena foi fixada em três anos, um mês e dez dia de reclusão, em regime aberto, além de 15 dias-multa. A ré também foi condenada a pagar à vítima indenização pelo prejuízo causado. Denúncia do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) narra que a vítima, à época estudante de medicina da UnB, realizava um atendimento, quando a professora de Nutrição entrou no consultório e fez comentários de cunho racial. Ela teria reiterado "preocupação com os pacientes sendo atendidos por pessoas pretas". A professora ainda questionou à mãe da paciente que estava sendo atendida sobre como ela se sentia sendo atendida por um estudante "preto".



Leila vai com a minoria no PL da Dosimetria

Na bancada do Distrito Federal, apenas a senadora Leila Barros (PDT-DF) votou contra o Projeto da Dosimetria, aprovado pelo plenário do Senado, por 48 votos sim e 25 não. A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e o senador Izalci Lucas (PL-DF) — como era esperado — foram favoráveis ao projeto.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

»Entrevista | PATRÍCIA BLANCO | PRESIDENTE-EXECUTIVA DO INSTITUTO PALAVRA ABERTA

Ao CB.Poder, a especialista em comunicação defendeu que a educação midiática é necessária para análise crítica de informações e afirmou que a desinformação não impacta apenas os jovens, mas também o público 60+

Imprensa livre como bem público

» MANUELA SÁ*

O papel do jornalismo na atualidade e a educação midiática foram temas discutidos, ontem, no programa CB.Poder — parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasil. Aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Mariana

Niederauer, Patrícia Blanco, presidente-executiva do Instituto Palavra Aberta, falou sobre a promoção da liberdade de imprensa e de expressão. Ela destacou que a liberdade de imprensa é um direito fundamental e tem que ser vista como um bem público.

Nos últimos dias, repercutiu a decisão do governo da Austrália de proibir o acesso às redes sociais para menores de 16 anos. Como avalia essa decisão?

Não sei se a proibição total e restrita para todas as idades é a melhor saída. Acho que temos que regular como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) digital, lei aprovada em setembro, que prevê a autonomia progressiva para adolescentes. A gente sabe que adolescentes passam horas imersos em redes sociais, passando por um processo que pode ser prejudicial à saúde mental. Precisamos proteger e dar ferramentas para que eles construam uma autonomia progressiva, proibir tudo pode jogar para debaixo do tapete a discussão

imprensa é um direito fundamental, está na Declaração de Direitos Humanos, mas ela tem que ser vista como um bem público.

Um ponto defendido pelo Palavra Aberta é a questão da educação midiática. O que é esse princípio e por que ele é tão importante?

A educação midiática é uma competência necessária para analisar criticamente as informações que você recebe. Ela nasce da discussão sobre o papel da mídia na formação da opinião pública. No entanto, no ambiente de pluralidade de vozes, a educação midiática ganha uma importância maior. Quando vejo algo, por exemplo, do site do Correio Braziliense, tenho

uma informação que foi apurada, que foi analisada, que foi feita com métodos jornalísticos para chegar até mim. Houve uma curadoria. Quando estou no mar aberto das redes sociais, vai chegar conteúdo de todas as maneiras. Quem vai ter que avaliar essa informação sou eu. Então, tenho que ter a competência para acessar a informação, analisá-la criticamente e produzi-la com ética e responsabilidade.

Nos últimos dias, repercutiu a decisão do governo da Austrália de proibir o acesso às redes sociais para menores de 16 anos. Como avalia essa decisão?

Não sei se a proibição total e restrita para todas as idades é a melhor saída. Acho que temos que regular como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) digital, lei aprovada em setembro, que prevê a autonomia progressiva para adolescentes. A gente sabe que adolescentes passam horas imersos em redes sociais, passando por um processo que pode ser prejudicial à saúde mental. Precisamos proteger e dar ferramentas para que eles construam uma autonomia progressiva, proibir tudo pode jogar para debaixo do tapete a discussão

menores de 13 anos. Hoje, a gente vê, por pesquisas do Cetic, do TIC Kids Online, que crianças de 5 anos têm celular próprio. Aos 8 e 9 anos, elas estão imersas no ambiente digital, com acesso a conteúdos que não são apropriados e a desafios que podem gerar danos à saúde e até, infelizmente, a falecimentos.

Sobre a progressão da autonomia. As próprias redes sociais são proibidas e não foram desenhadas para

Como essas questões digitais e de desinformação têm impactado o público 60+?

Elas impactam enormemente, inclusive, no uso exacerbado. Há estudos que mostram que a população 60+ é tão ou mais viciada do que os adolescentes em redes sociais. Eles são vítimas de algoritmos polarizantes e não questionam as informações recebidas. Muitas vezes, eles também são vítimas de golpes. Está acontecendo em Brasília a 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, promovida pelo Ministério dos Direitos Humanos. Estamos participando porque temos um programa, o Educa Mídia 60+, que fornece subsídios para que esse público saiba interpretar corretamente as informações. O desafio para esse público é ainda maior porque não há o espaço da escola para aprendizagem, como há para crianças e adolescentes. Portanto, esse público precisa ter educação midiática para estar preparado para a complexidade que virá, por exemplo, com a inteligência artificial.

***Estagiária sob a supervisão de Malcia Afonso**



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista





Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dab.com.br

Reverência a uma mestra

Em 2015, a mineira Bruna Evangelista começou do zero um empreendimento quixotescos: com a cara e a coragem, criou a Gymmart, uma escola de ginástica rítmica em uma das salas de uma igreja do Jardim Botânico. No início, só tinha duas alunas. Mas, aos poucos, graças à informação boca a boca dos pais e avôs das crianças, a Gymmart atraiu uma legião de novas alunas mirins. E uma delas foi a minha neta Aurora, então com 4 anos, que passou a fazer

ginástica rítmica em 2017.

Desde pequena, observei que Aurora caminhava com graça natural, parecia mover-se com passos de bailarina. Então, a minha filha a colocou na escolinha da Bruna. No início, Aurora enfrentou dificuldades. No entanto, graças à tenacidade, o rigor, o incentivo e o carinho da mestra, ela conquistou concentração, disciplina, domínio do corpo e confiança. Participou de diversas apresentações públicas, com segurança e desenvoltura.

Pouco tempo depois, aproveitei o contato com a dança e li para Aurora o lindo poema *A bailarina*, de Cecília Meireles, para estabelecer a conexão com a poesia: "Esta menina/ tão pequenina /quer ser bailarina./ Não conhece nem dó nem ré/ mas

sabe ficar na ponta do pé./ Não conhece mi nem fá/ mas inclina o corpo para cá e para lá/ não conhece nem lá nem si,/ mas fecha os olhos e sorri".

Ao ouvir os primeiros versos do poema, logo Aurora pediu que eu continuasse porque ela queria inventar uma coreografia para o texto de Cecília. Já era uma influência direta da professora Bruna. É algo inusitado dançar com palavras, mas, na verdade, ela percebeu que a poesia de Cecília tem uma música interna: "Roda, roda, roda, com os bracinhos no ar/ e não fica tonta nem sai do lugar./ Põe no cabelo uma estrela e um véu/ e diz que caiu do céu".

Ela improvisava passos de dança para acompanhar o ritmo de Cecília. "Esta menina/ tão pequenina/ quer ser bailarina./ Mas

depois esquece todas as danças,/ e também quer dormir como as outras crianças."

Bruna começou a dançar ginástica rítmica, tardiamente, para a modalidade, aos 25 anos. Mesmo assim, conquistou vários títulos na cidade. E ela aplicou a tenacidade, a disciplina e a competitividade ao projeto de educação no sentido da superação dos limites. Com isso, buscava sempre extrair o melhor de cada aluna.

Paulatinamente, as crianças experimentavam a força de dominar o corpo, a graça de dançar com elegância e a alegria do movimento ritmado. Tudo conseguido com esforço, treinamento, disciplina, suor e foco. E o importante é que elas levavam essas qualidades para a vida. Bruna tem um raro talento de educadora.

Mas, há duas semanas, ficamos em estado de choque quando Bruna leu um texto comovido em que anuncjava o fim de um ciclo: "A gente passa pelos lugares e leva um pedacinho das pessoas de quem gostamos". No entanto, logo entendemos as razões dela e a necessidade de alçar novos voos. Sempre ciosa, ela partiu, mas delegou a responsabilidade de ensinar ginástica rítmica para outro grupo de professores de sua confiança.

Ela fez a diferença na vida de muitas meninas. E, por isso, sempre será lembrada com reconhecimento e carinho. Muitas e muitos choraram (ou se seguraram para não chorar) as lágrimas de esguicho de que falava Nelson Rodrigues. Lágrimas da mais pura gratidão e alegria. Que Bruna seja feliz no novo ciclo da vida.

MAU TEMPO / Moradores e comerciantes do DF sofrem com o aguaceiro e contabilizam os estragos. Só o Jardim Botânico registrou 100mm de precipitação. Recomendação dos bombeiros é não enfrentar as enxurradas

Prejuízos e mais chuva até sábado

» WALKYRIA LAGACI
» ANA CAROLINA ALVES

Pontos de alagamentos, carros ilhados, árvore caída e comércio parado são algumas das consequências da chuva dos últimos dois dias no Distrito Federal. A precipitação média registrada foi de 36,6mm, em 42 estações, segundo os dados da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico (Adasa). A estação que observou a maior quantidade de chuva foi a do Jardim Botânico, com 100,4mm, seguido por São Sebastião (91,8mm), Sobradinho (76,6), Guará (71,8) e Vicente Pires (62,3).

Na última terça, a quantidade de chuvas foi maior, com média de 34,6mm. Já ontem, o volume diminuiu, com média de apenas 1,9mm. A estação com maior incidência foi a do Lago Norte, com 19,6mm, seguido por São Sebastião (19,6mm), Sobradinho (76,6), Guará (71,8) e Plano Piloto (6,6).

Uma árvore caiu na Quadra 6 de Sobradinho. O Corpo de Bombeiros atendeu a ocorrência às 11h43, quando encontraram um grande galho de árvore caído, atingindo dois veículos. Ninguém se feriu. Os bombeiros fizeram o corte com motosserras e tiraram os galhos de cima dos veículos.

Na avenida 26 de Setembro, em Vicente Pires, o estrago foi grande. A área, sem asfaltamento, sofre com a época de chuvas que alagam a região e causam deslizamentos de terra e acúmulo de lixo. "Quando cheve, aqui parece um rio", afirmou o serralleiro Jonas Rodrigues, 75 anos. O trabalhador conta que, em dias de chuva, é mais difícil receber clientes. "Algumas até

se aventurem para chegar, mas outros nem arriscam", relatou.

Para a gerente de lojas Cláudine Souza, 43, água caindo é sinônimo de prejuízo. "Nós, comerciantes, pedimos socorro. Ontem, perdemos a tarde toda pela chuva, a energia caiu e os clientes não conseguem chegar", disse. A comerciante reforça que a época chuvosa afeta profundamente as lojas da região, pois o terreno impede o acesso das pessoas. "Ficamos desamparados."

Eric Feliciano, 21, mora na região há mais de 15 anos e conta que o problema sempre existiu. "Graças a Deus a gente tem uma caminhonete. Então um carro grande alivia bastante nesse quesito. Mas terça mesmo, um homem ficou ilhado no carro e teve que esperar o trator para tirar ele dali." As residências das ruas mais baixas da avenida sofrem mais com os alagamentos. "Ontem entrou quase um riacho dentro de uma casa", relata Feliciano.

Em Águas Lindas, a chuva também tem causado problemas. No Setor 8, onde Sheila Mendes, 39, mora, a rua ainda não é asfaltada e sofre mais a cada tempestade. "Aqui vira um rio. A gente fala que aqui é o ralo do setor inteiro, porque a água desce de todos os lados pra cá e vem carregando tudo. Hoje um rapaz passou aqui procurando a placa do carro que a chuva carregou ontem. Uma calota está perdida aqui também que a chuva trouxe", contou. Ela mora na região há 14 anos e explica que todo ano a história se repete. "Já precisei amarrar meu carro durante uma chuva porque a água subiu tanto



Avenida 26 de Setembro, em Vicente Pires, acumula lixo e buracos, em via sem asfaltamento

Ana Carolina Alves / CB Press



Água invade casas no Setor de Mansões Ilha Bela

Artur Maldaner/CB Press



Alagamento na L4 da Asa Norte

que ficamos com medo de ser levado embora", relembra.

No Setor de Mansões Village, a situação não é diferente. Apesar da rua ser asfaltada, a água invade as casas durante as fortes chuvas. "Eu acordei com a água entrando em

casa. No meu portão ainda dá pra ver a marca de onde a água ficou. Fiquei desesperada", relembra Fabiana Rodrigues, 46. Ela afirma que, pela falta de um sistema de escoamento adequado, as casas são afetadas cada vez mais. "Eu já moro aqui

há 7 anos e piora cada vez mais. Nunca tinha invadido a minha casa igual dessa vez, só está piorando cada dia. Tivemos vizinhos que tiveram o carro levado, a casa derrubada e ficamos com medo de sermos os próximos", lamenta.

Joana Darc Ferreira de Sousa, 61, perdeu parte da casa onde morava. A estrutura, feita de pedaços de madeira, foi levada durante uma forte chuva no final de novembro. Desde então, os dias têm sido difíceis. "Cada chuva, eu fico com o coração na mão. Entra água em tudo e fico com medo de perder tudo de novo", lamenta, com os olhos marejados. Moradora da região há 30 anos, ela afirma estar triste com esse final de ano. "Já chorei demais por tudo o que aconteceu, mas agora só me resta esperar. Estou tentando me reerguer, mas demora e a chuva não para," queixa-se.

Previsão

A previsão de chuva para hoje aponta para um dia inteiro de pancadas com trovoadas. A temperatura deve ir de 20°C a 24°C, com umidade de 86% a 100%. Amanhã, a chuva deve continuar, com pancadas e trovoadas. A temperatura vai de 19°C a 24°C, e a umidade, de 75% a 95%. As chuvas só devem cessar no sábado (19/12).

O Corpo de Bombeiros Militar do DF (CBMDF) orienta a população a não enfrentar enxurradas. "As chuvas podem provocar alagamentos, deslizamentos de terra, quedas de árvores e acidentes de trânsito, exigindo atenção. É necessário evitar construções em encostas ou próximas a córregos e áreas de erosão, não acumular lixo ou entulho nas proximidades de casa, pois podem obstruir bueiros e agravar alagamentos, desligar aparelhos elétricos e se atentar ao trânsito." O telefone para emergências é o 193.

VICENTE PIRES

Criança sofre abuso sexual em casa de festa

» JÉSSICA ANDRADE

Uma criança de 8 anos sofreu abuso sexual dentro de uma casa de festas infantis em Vicente Pires, na segunda-feira (16/12). O suspeito é o responsável pela manutenção dos brinquedos do local. Ele acabou preso em flagrante. O episódio ocorreu durante uma visita da família ao espaço para tratar dos preparativos da festa de aniversário do irmão mais novo da vítima.

A mãe da criança relatou ao **Correio** que, enquanto os adultos participavam de uma reunião para definir detalhes da decoração do evento, as crianças brincavam nos brinquedos do salão. O homem se aproximou das duas crianças quando não havia supervisão direta de adultos, embora estivessem por perto. As imagens do circuito interno de segurança, entregues à polícia, mostram o momento em que o suspeito observa o

ambiente e, em seguida, toca a região íntima da menina.

A mãe relata que a filha demonstrou desconforto imediatamente após o ocorrido e tentou avisar os pais. A revelação do abuso ocorreu pouco depois, já fora do salão. "Ela disse que não queria que a festa fosse ali e, quando conseguimos conversar, contou exatamente o que havia acontecido", relata a mãe.

A família retornou ao local imediatamente, acionou a Polícia

Militar e pediu acesso às imagens de segurança. Após a análise do material, os policiais encaminharam todos até a 38ª DP (Vicente Pires), onde a ocorrência foi registrada. O suspeito foi preso em flagrante.

Antecedentes

De acordo com a mãe, durante o atendimento policial, foi informado que o homem tem registros anteriores por condutas semelhantes,

incluindo ocorrências antigas envolvendo atos obscenos.

A criança prestou depoimento acompanhado dos responsáveis, conforme prevê o protocolo de escuta especializada. A identidade da vítima e de seus familiares são preservadas em respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O **Correio** teve acesso ao vídeo, mas não vai divulgá-lo.

Em nota, a defesa da casa de festas afirmou que repudia qualquer conduta que viole a dignidade de crianças e adolescentes e declarou que colaborou integralmente com as investigações, incluindo a disponibilização das imagens do sistema

interno de monitoramento.

O estabelecimento informou ainda que o homem citado não integra o quadro fixo da empresa, atuando apenas de forma esporádica na manutenção de brinquedos, sem participação em eventos ou contato direto com crianças. Mesmo assim, segundo a empresa, ele está imediatamente afastado de qualquer atividade relacionada ao espaço.

O caso segue sob investigação da Polícia Civil do Distrito Federal. O **Correio** não conseguiu contato com a defesa do suspeito. O espaço permanece aberto para manifestação.

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dab.com.br

Sepultamentos realizados em 17 de dezembro de 2025

» Campo da Esperança

Altina Maria de Jesus, 98 anos
Donizete Mendes de Oliveira, 66 anos
Dulcinea de Azevedo Martins, 98 anos
Francisco Ivo Duarte, 83 anos
Ítalo de Almeida Silva, 22 anos
Izauro Arruda, 70 anos
João Batista de Melo, 77 anos
João Magalhães Capibaribe, menos de 1 ano
Jonata Araújo Maciel, 34 anos
José Batista de Carvalho, 90 anos
José de Arimateia Nunes, 88 anos
José Gontijo e Rezende, 93 anos
Luiz Carlos Matusz Rodrigues, 67 anos
Maria Cristina Papini de Souza Moreira, 66 anos
Moacir da Silva Filho, 61 anos

» Taguatinga

Alexandre Carlos Francisco de Marcelo, 57 anos
Ana Carla Ferreira Chaves, 51 anos
Genis Ignácio Damasceno, 90 anos
Hilda Batista Maciel, 92 anos
José de Ribamar Melônio dos Reis, 54 anos
Márcia da Silva Cardoso, 50 anos
Márcia Parreira Requia, 60 anos
Maria Aparecida Alves dos Passos, 78 anos
Maria Célia Soares da Silva, 73 anos
Maria Francisca da Cunha, 77 anos

» Gama

Erivaldo Ribeiro da Silva, 77 anos
Juscelino Chaves, 57 anos
Quintino Sidrone da Silva, 79 anos

» Planaltina

José Roberto Ferreira Tenório, 54 anos
Maria Dolores Pereira da Silva, 80 anos

» Sobradinho

Floracy da Silva Brandão, 81 anos
Francisco Rômulo Lima Santos, 48 anos
Vilalva Pereira dos Santos, 76 anos

» Jardim Metropolitano

Elias Santos Oliveira, 70 anos
Maria Alves de Assis, 73 anos
Marília Santos de Azevedo, 79 anos
Denise Bandeira de M. Monteiro Lima, 69 anos
Luzia Andrade Galvão, 68 anos

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.dj@cbnet.com.br



A força do direito deve superar o direito da força.

Rui Barbosa



Assista à playlist da Capital S/A no YouTube

Exclusão do ISS do PIS e da Cofins pode gerar restituições milionárias para empresas do DF

Decisão da Justiça Federal julga como ilegal base de cálculo de cobrança da Receita Federal sobre empresas do setor de TI no Distrito Federal. No entendimento do Judiciário, o ISS, que na capital federal, tem alíquota média de 2% para serviços de tecnologia, não constitui faturamento ou receita própria da empresa, mas sim valor repassado ao fisco distrital. Por isso, não pode servir de base para a cobrança de contribuições federais. A decisão judicial é referente à ação de autoria do Sindicato das Empresas de Informática do DF (Sindesei/DF). Segundo a assessoria jurídica, a decisão reforça a segurança jurídica para o setor produtivo e segue o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal de que tributos repassados ao poder público não integram o conceito constitucional de faturamento.



Reprodução/Redes Sociais

Recuperação de valores pagos

Empresas do Distrito Federal enquadradas tanto no lucro real quanto no lucro presumido podem obter redução da carga tributária e recuperação de valores pagos indevidamente nos últimos cinco anos, após decisão da Justiça Federal que afastou o ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

Impacto financeiro

A decisão beneficia empresas de todos os portes e independe do regime tributário adotado. No lucro real, onde PIS e Cofins somam 9,25%, o impacto financeiro é mais significativo. Já no lucro presumido, cuja alíquota conjunta é de 3,65%, a economia mensal é menor, mas ainda relevante ao longo do tempo.

Altos valores de crédito

Para uma empresa que fatura R\$ 10 milhões por ano no Distrito Federal, a exclusão do ISS da base do PIS e da Cofins pode gerar, em cinco anos, uma restituição aproximada de R\$ 92 mil no lucro real e R\$ 36 mil no lucro presumido, sem considerar a atualização pela taxa Selic. Com correção monetária, os valores tendem a ser superiores.

Redução de carga tributária

Em empresas de maior porte, os números se ampliam de forma expressiva. Companhias com faturamento anual na casa das centenas de milhões de reais podem acumular créditos de milhões, especialmente no lucro real, além de reduzir a carga tributária de forma permanente para os exercícios futuros.

Oba inaugura primeira loja Farm para valorizar origem de alimentos

Uma nova unidade no Jardim Botânico do Oba Hortifrutícola marca expansão estratégica da rede e reforça a aposta em modelos premium com alto potencial econômico. A loja será inaugurada hoje sendo a primeira com o conceito Farm em Brasília. Com a criação de 104 empregos, o formato do empreendimento valoriza a origem dos alimentos e a experiência do consumidor.

Polo sofisticado

Para o CEO Alex Brito, a chegada à capital tem papel estratégico no crescimento da marca: "Brasília é um polo vibrante e sofisticado, e trazer o conceito Farm para cá reforça nosso compromisso em elevar continuamente a experiência do cliente. Criamos um ambiente que combina frescor, conveniência e encantamento, elementos que acreditamos serem essenciais no setor de alimentação".



Divulgação

Mérito Conselho Comunitário de Segurança



O presidente do Sindicato do Comércio Varejista do DF, Sebastião Abritta, foi agraciado com a medalha do mérito do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg). Com a presença de diversas personalidades, a solenidade foi na terça-feira, no auditório do Colégio Militar Tiradentes. Na foto, Abritta (D) e o secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar.



ABIR

HABITAÇÃO

Moradores da região receberam do governador Ibaneis Rocha as chaves de 140 apartamentos e participaram de uma ceia

Sol Nascente tem Natal antecipado

» LARA COSTA

Depois de 15 anos na fila da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab) para realizar o sonho da casa própria, Emanuele de Oliveira Souza, 48 anos, finalmente conseguiu um dos 140 apartamentos entregues, ontem, pelo governador Ibaneis Rocha, no Sol Nascente. Por meio do Projeto Vulneráveis da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab), cerca de 560 pessoas foram beneficiadas nesta etapa.

Os apartamentos têm entre 53,53 m² e 64,13 m², com dois ou três quartos, cozinha, área de serviço, banheiro e varanda. Algumas unidades foram adaptadas para pessoas com deficiência. Aposentada por causa de um acidente de trabalho, Emanuele conta que passou por dificuldades e que jamais imaginaria que fosse selecionada para ter um canto para morar. "Estava pagando aluguel em um barraco onde chovia dentro, e eu estou saindo hoje disso", conta emocionada.

O Projeto Vulneráveis conta com o total de investimento de R\$ 95 milhões. "Essa medida atende às famílias mais vulneráveis, que foram retiradas de locais impróprios para moradia, e àqueles que não tinham condições de sonhar em ter uma casa própria", disse o governador na cerimônia.

O presidente da Codhab, Marcelo Fagundes, lembrou o período natalino. "É com muita alegria que estamos fazendo esse trabalho, talvez esse seja o melhor momento para fazer essa entrega a quem precisa muito", diz.



Ibaneis e a esposa celebraram almoço natalino

Ceia comunitária

No Sol Nascente, Ibaneis Rocha, a primeira-dama, Mayara Ronha Rocha, e a secretária de desenvolvimento social, Ana Paula Marra, participaram do Nossa Natal, que oferece todos os anos uma ceia natalina em 17 regiões administrativas.

"Esse é um momento de integração não só com a sociedade, aqueles que mais precisam, mas também com os servidores do GDF,

que fazem questão de estar presentes, servindo essa ceia natalina, com todo o prazer do mundo e dedicação, sabendo que é um momento de transmitir um pouco de amor e de carinho em momentos tão especiais", disse o governador.

Simone Matos, 57 anos, almoçou no restaurante comunitário todos os dias e, na ocasião do Nossa Natal, não foi diferente. "Esse almoço é muito importante, é muito lindo, porque tem muitas pessoas carentes que não têm condição de se alimentar, não têm condição de ter uma ceia".



Natal dos Sonhos

Com apenas R\$ 60,00 você faz o Natal acontecer!
Ajude a transformar este momento em uma festa inesquecível, com ceia especial e presentes cheios de alegria para nossas crianças e adolescentes.

Cada contribuição espalha amor, esperança e sorrisos. Este ano, queremos celebrar com 950 crianças e adolescentes, levando diversão, carinho e muitos motivos para sorrir.

Participe dessa festa do bem e faça a diferença!

faça sua doação aqui

CHAVE PIX 99169 4944



MELHORES ONGS 2024

(61) 3359 2095 (61) 9 9168 6481 WWW.CASAULFELIPEAUGUSTO.ORG.BR

NATAL SINFÔNICO / Com um repertório de obras natalinas e eruditas, o concerto da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional promete emocionar os espectadores. Será 'uma mensagem de paz', destaca o maestro Cláudio Cohen

Música clássica na Esplanada

» LETÍCIA MOUHAMAD

O público que pretende aproveitar as atrações do Nossa Natal 2025, na Esplanada dos Ministérios, hoje à noite, será agraciado com uma apresentação especial da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro (OSTNCS), a grande protagonista do Natal Sinfônico. Com um repertório de obras natalinas e clássicas, o concerto, sob a regência do maestro Cláudio Cohen, promete emocionar os espectadores.

Os concertos de Natal são uma tradição da orquestra desde a fundação, pelo maestro e compositor Cláudio Santoro, conforme destaca Cláudio Cohen. "A expectativa é de levar ao público uma mensagem de confraternização, paz e alegria por meio da música de alta performance. Poder participar da vida do cidadão brasiliense, neste momento comemorativo, é motivo de grande satisfação e orgulho", ressaltou.

Os espectadores poderão ouvir composições de autores renomados, como Leroy Anderson, Tchaikovsky, Johann Strauss, Claude Debussy, Ennio Morricone, John Williams e Ludwig van Beethoven. As peças selecionadas visam celebrar o espírito natalino e as grandes tradições da música clássica, a fim de criar uma atmosfera de magia e encanto para as festividades de fim de ano.

Conexão

Poder se apresentar na Esplanada dos Ministérios, local icônico e central de Brasília, traz, para os músicos da OSTNCS a sensação de pertencimento e conexão, segundo Cohen. "A música

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro traz clássicos natalinos no tradicional projeto de fim de ano, no centro da capital

Serviço

Natal Sinfônico

- » Orquestra Sinfônica do TNCS - Maestro Cláudio Cohen
- » Obras Clássicas e Natalinas
- » Local: Esplanada Dos Ministérios - Nossa Natal 2025
- » Dia: quinta-feira (18), às 20h e domingo (21), às 19h

certamente agrega muito valor a esse momento, sobretudo no caso da sinfônica e sua multiplicidade instrumental", comenta o maestro. Nesta edição do Natal Sinfônico, a Orquestra contará com 50 músicos, de cordas, sopros e percussão.

Para Lilian Raiol, violinista da orquestra há 20 anos e spalla, a experiência de tocar no projeto é sempre gratificante, independentemente das condições climáticas.

"Toquei no Nossa Natal dos últimos anos e é verdadeiramente especial. Lembro que, no ano passado, tocamos debaixo de chuva e, mesmo assim, as pessoas compareceram e curtiram. Foi emocionante", relembrava.

Além do rigor técnico, o evento se destaca pelo caráter inclusivo e pela quebra de formalidades típicas dos teatros. Lilian ressalta que o formato ao ar livre permite uma aproximação maior com a

comunidade, tornando-se o programa ideal para o lazer familiar.

"Quero levar a minha família; é uma ótima oportunidade, pois as crianças ficam à vontade, podem correr e brincar com total liberdade. É um ambiente fora dos protocolos de uma sala de concerto, um espaço democrático para todo tipo de público, por isso, esse tipo de apresentação é tão importante", afirma a spalla, violinista principal.

A entrada é gratuita, e a



A expectativa é de levar ao público uma mensagem de confraternização, paz e alegria por meio da música de alta performance"

Cláudio Cohen, maestro da OSTNCS

expectativa é de que o evento atraia milhares de pessoas, unindo a magia do Natal à grandiosidade da música clássica. O Natal Sinfônico é uma das principais atrações do Nossa Natal 2025, evento que, neste ano, promete ser uma das maiores comemorações natalinas da história do Distrito Federal.

Círculo natalino

O Nossa Natal 2025 consolidou-se como o maior círculo natalino gratuito do DF. O complexo funciona diariamente das 17h às 23h (exceto dias 24 e 31/12) e conta com uma estrutura que inclui uma pista de patinação no gelo de 240 m², roda-gigante, carrossel e um palco para 260 atrações gratuitas. Embora o público total consolidado só seja divulgado após o encerramento em 4 de janeiro, a organização projetou o evento para receber até 30 mil pessoas. A expectativa do GDF é movimentar cerca de R\$ 45 milhões na economia local.

Brasília viveu o Botecar!

Bares cheios, encontros, brindes e sabores únicos marcaram essa edição.

Confira o que rolou nesta edição.



festivalbotecar.com.br/bsb/

Realização



Fomento



Secretaria de Turismo





Da Asa Norte, da Asa Sul e de Vicente Pires:
Bar do Chico Pança,
Bar do Mocotó, Estufa Botecim, Juscelino Bar e Center 8 foram os cinco campeões desta edição do festival

Segunda edição do Festival Botecar Brasília corou ontem os cinco melhores estabelecimentos da capital. O campeão foi o estreante Bar do Chico Pança, da Asa Norte

Consagração da boa comida de bar

» DARCIANNE DIIGO

Acapital federal conheceu, ontem, os cinco bares vencedores da segunda edição do Festival Botecar Brasília. Em uma festa de agitação, centenas de pessoas — entre representantes dos estabelecimentos participantes, jurados, patrocinadores e convidados da organização — reuniram-se no Oscarito, o mais novo espaço cultural do DF.

O grande vencedor foi o Bar do Chico Pança, que abriu as portas recentemente na 201 Norte. "Este é o nosso primeiro ano no Botecar. Temos seis meses de funcionamento e é uma nova experiência. Topamos o desafio e estamos surpresos por participar e conseguir o primeiro lugar", comemora o dono do local, Marcos Gomes.

Em segundo lugar, o Bar do Mocotó, que fica na 702/703 Norte. "Ano passado ganhamos em terceiro lugar. Isso é motivo de alegria. Somos um bar simples, mas aconchegante e com história", festejou Celso José Schneider. Perto dali, na 103 Norte, encontra-se o ocupante do terceiro lugar: Estufa Botecim. Em comemoração, o proprietário, Leandro Nunes, falou sobre o que acredita ter cativado o júri: "Servimos um pouco da cultura do Pará. Servimos açaí, cupuaçu, tucupi. Então, temos essa identidade no nosso bar. Acredito que esse foi o diferencial".

Em quarto lugar, o Juscelino Bar, comandado por Gabriel Blas e Mateus Camargo, representando a Asa Sul no pódio. "Juscelino é um bar tradicional e estamos nessa área com toda graça de Deus. Estamos muito felizes por estarmos aqui", festejaram. Por fim, em quinto lugar, ficou o central 8, de Vicente Pires.

À mão e com o coração

Participaram do concurso, promovido entre novembro e dezembro, 35 bares do DF. Este ano, a competição levou o tema "Sabores artesanais — Feito à mão, feito com o coração". A proposta buscou valorizar o trabalho manual e homenagear a cozinha feita com criatividade, tradição e afeto, estabelecendo um paralelo entre o artesanal e a boemia dos botecos. Cada estabelecimento desenvolveu um prato exclusivo para o festival, inspirado no mote escolhido.

Ao longo do concurso, o público pôde experimentar tira-gostos inéditos, com preços que variaram entre R\$ 18 e R\$ 59,90. Quem consumiu os pratos teve a oportunidade de participar da votação popular por meio de um QR Code disponibilizado nas mesas dos bares, que direcionava a um formulário on-line. A votação foi encerrada junto com o término oficial do festival.

Terceira edição

André Lamounier, idealizador do Botecar, destacou que, na edição deste ano, a novidade é o tema relacionado à artes



Bar do Chico Pança é novidade na Asa Norte e estreante na disputa



Bar do Mocotó subiu do terceiro para o segundo lugar neste ano



O idealizador do festival, André Lamounier, e a apresentadora Nikole Lima



Guilherme Machado, presidente do Correio: "O melhor da cidade"

porque o evento traz mídia, visibilidade, além da inovação, de você ter um prato criado", frisou, exemplificando o Bar da Elma, no Guará e vencedor do ano passado. "O estabelecimento aumentou em três vezes o número de funcionários."

Guilherme Machado, presidente do Correio Braziliense, elogiou o evento. "Estamos no nosso segundo ano e continua sendo um sucesso. Foi um sucesso ano passado, está sendo um sucesso novamente. E esse é o papel do Correio, reunir a sociedade e divulgar o melhor da nossa cidade".

Critérios

A escolha dos vencedores levou em conta uma combinação entre a avaliação do público e o voto de um júri técnico especializado, com peso igual para ambos. A apuração foi feita por meio de um sistema informatizado. Os jurados avaliaram o sabor do prato, a apresentação, a temperatura da bebida, o atendimento da casa, além de aspectos como limpeza e higiene do salão, banheiro e cozinha.

Além do voto popular, os jurados técnicos observaram detalhes como tempo, criatividade, execução do prato, postura dos garçons e a experiência completa oferecida pelo bar. Ao final, cinco estabelecimentos serão premiados com troféus, que reconhecem o desempenho geral envolvendo prato, bar e ambiente.

plásticas. No ano passado, os bares participantes elaboraram pratos com alusão a alguma música ou artista. "Sempre enalteceremos um traço da cultura regional. Este ano, o que pedimos foi que todos criassem um prato em alusão a um artista plástico, que fizeram só artesanato de Brasília

o reconhecimento no país."

A terceira edição no DF está garantida, mas a data ainda é uma surpresa. "Podem esperar um festival com muito engajamento, porque o crescimento do Botecar em Brasília é impressionante, a participação do público na votação e também

"nos bares", adiantou Lamounier. Por fim, o idealizador enfatizou a importância do festival aos empresários. "Durante o festival, o movimento das casas, dos estabelecimentos, dos bares cresce significativamente, em média, quatro vezes do que seria um movimento fora do festival. Isso

CORREIO BRAZILIENSE

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima. E-mail: esportes.df@dab.com.br Telefone: (61) 3214-1176



Corinthians e Vasco até balançam as redes, mas são frustrados por posição irregular dos atacantes e empata sem gols. Placar zerado na ida é o terceiro desde 2000. Maracanã lotado será o palco da definição do campeão

Fabio Giannelli/Estadão Conteúdo



O árbitro gaúcho Rafael Rodrigo Klein esteve nos holofotes por confirmar a anulação de dois gols no jogo

Impedidos de levar vantagem

VICTOR PARRINI

Duas das maiores torcidas do país foram impedidas de festejar devido à influência da arbitragem. Embora os gols de Rayan e Memphis Depay tivessem sido bem anulados por posição ilegal pelo árbitro gaúcho Rafael Klein e o VAR, Corinthians e Vasco da Gama deixaram o campo da Neo Química Arena, ontem, um pouco frustrados devido ao empate por 0 x 0 no jogo de ida da final da Copa do Brasil.

Esperava-se um duelo mais energético, principalmente do Corinthians, diante de 46 mil torcedores. Quatro das jogadas mais perigosas não valeram devido aos impedimentos, três dos paulistas e uma dos cariocas. Assim como na final da primeira edição do Mundial de Clubes da Fifa, a decisão será no Maracanã, no domingo, às 18h.

Empate sem gols em jogos de ida de final de Copa do Brasil são pontos fora da curva. De 2000 a 2024, o resultado apareceu duas vezes. O último envolveu o Corinthians, que segurou o Flamengo no primeiro capítulo da decisão de 2022. O desfecho não foi feliz para

os alvinegros, com derrota nos pênaltis no Maracanã.

Há outra curiosidade a respeito dos primeiros jogos de finais no torneio entre paulistas e cariocas. Jamais times do Rio venceram os times do estado vizinho na abertura dos confrontos valendo taça. Em 2004, o Santo André celebrou o 2 x 2 contra o Flamengo. Na temporada seguinte, o Paulista de Jundiaí aplicou 2 x 0 no Fluminense. Em 2023, o São Paulo foi ousado a vencer por 1 x 0 no Maracanã e levar a vantagem contra o rubro-negro para o Morumbi.

O empate é favorável ao Vasco. A estratégia alvinegra era abrir vantagem para tentar jogar mais leve em meio à pressão que a torcida cruzmaltina fará no Maracanã. Vitória por qualquer placar garante o título a uma das equipes. Novo empate força a decisão por pênaltis.

A igualdade não persistiu por falta de iniciativas. O Vasco foi superior no primeiro e contrariou as expectativas de um Corinthians intenso no ataque e sufocante na marcação. Uma das explicações estava no meio de campo alvinegro mudado em relação ao que começou contra

Renato Gizzi/ESTADÃO CONTEÚDO



Ex-técnicos da Seleção, Dorival Jr. e Fernando Diniz se reencontraram

o Cruzeiro. Dorival Júnior abriu mão do dinâmico André Carillo pelo lado direito e promoveu a entrada de Ranielle para fazer par na contenção ao lado do venezuelano José Martínez. A posse de bola de 52% nos primeiros 48 minutos de jogo eram enganosas. A pelota tinha dificuldade para girar nos pés dos donos da casa.

Erros na saída minaram as tramas do talentoso trio formado por Memphis Depay, Rodrigo Garro e Yuri Alberto. Muito culpa de Fernando Diniz. O dono da prancheta cruzmaltina montou um 4-2-3-1 com marcação bem encaixada, apostando na velocidade dos pontas Andrés Gómez e Nuno Moreira

em velocidade para abastecer Rayan. A jogada funcionou aos 18 minutos, quando Rayan foi acionado em projeção, invadiu a área e venceu Hugo Souza. O artilheiro da Copa do Brasil, porém, foi flagrado em impedimento e teve frustrado o sexto gol no torneio. Memphis Depay tentou descontar, aos 25. A marcação alta corintiana possibilitou os lançamentos telegiudados para Rayan e Andrés Gómez incomodarem a retaguarda adversária. Após desvio de Yuri Alberto na área, a bola sobrou para o holandês, na banheira, estufar as redes. O marcador em Itaquera persistiu em ficar zerado.

Embora ciente da lacuna no meio de campo, Dorival Júnior persistiu no jogo com dois volantes. A insistência não deu frutos, mas Yuri Alberto passou perto. Bidu escapou pela esquerda e cruzou para o camisa 19, mesmo desequilibrado, finalizar nas mãos de Léo Jardim. O lance foi uma resposta à jogada de Andrés Gómez no primeiro giro do cronômetro na etapa final. O colombiano avançou pela direita e chutou muito alto. Aos sete minutos, Dorival mexeu duplamente no meio. O pernambucano Carillo entrou no lugar de

José Martínez, enquanto Maycon substituiu Breno Bidon. O 4-3-1-2 alvinegro desmanchou para o 4-4-2, alargando a linha de marcação sem a bola e liberando Carillo para auxiliar Rodrigo Garro na armação.

Com 12 minutos no relógio, a pressão era toda vascaína. A imposição ofensiva era tão grande que, com o adiantamento das linhas, o cruzmaltino chegou a ter oito homens na defesa corintiana. A bola longa era tentativa de desafogo alvinegro para um Yuri Alberto isolado entre Robert Renan e Carlos Cuesta. Assim como na primeira etapa, o Vasco foi o primeiro a se aproximar de tirar o zero do placar. Aos 22, após cobrança de escanteio, Rayan venceu a marcação pelo alto e testou firme. Caprichosa, a bola bateu na trave.

Dorival Júnior queimou todos os cartuchos de substituição ao tirar Memphis Depay e promover a entrada do garoto Dieguinho, meia-atacante de 18 anos. O astro holandês não gostou nada da escolha do chefe e deixou o gramado nitidamente insatisfeito. O camisa 10 poderia argumentar que Yuri Alberto poderia ser o escolhido devido ao desempenho tímido.

FLUMINENSE

Está confirmado: Thiago Silva não seguirá no Fluminense. O zagueiro e ídolo da torcida tricolor teve o contrato rescindido, ontem, sem custos. O motivo é o desejo do jogador em ficar perto da esposa e dos filhos, que moram em Londres. Um dos destinos do Monstro pode ser o Milan, clube defendido por ele por três temporadas.

SANTOS

A negociação entre Santos e Gabriel Barbosa é sensível. Embora não deseje trabalhar com o técnico Tite no Cruzeiro, o atacante tem um entrave para se livrar do contrato com a Raposa. O alto salário demandará muita análise para a diretoria do Peixe repatriar o Menino da Vila. O vínculo de Gabigol com o time mineiro é válido até 2028.

INTERNACIONAL

O Internacional está mais perto de definir um novo nome para assumir o comando técnico do time profissional para a temporada 2026. O uruguaio Paulo Pezzolano, que já comandou o Cruzeiro e atualmente está desempregado confirmou o interesse do time gaúcho. "Tudo está caminhando", disse em entrevista à rádio Espectador, do Uruguai.

REAL MADRID

O Real Madrid sofreu para vencer o modesto Talavera, da 3ª divisão espanhola, mas avançou às oitavas de final da Copa do Rei. O triunfo por 3 x 2 teve dois gols de Kylian Mbappé e um de Manuel Stipevich. A partida pode ter sido a última do atacante brasileiro Endrick antes de ser emprestado ao Lyon, da França.

LIBERTADORES

A Conmebol definirá, hoje, em sorteio ao meio-dia, os adversários de Bahia e Botafogo na segunda fase da Pré-Libertadores. A cerimônia também desenhará o chaveamento para o estágio seguinte, o último antes dos grupos. Os rivais dos brasileiros sairão do pote 2, com os piores ranqueados do continente.

OBITUÁRIO

Ex-jogador do Fluminense, o lateral-esquerdo equatoriano Mario Pineida foi assassinado, ontem, em Guayaquil, no Equador. Pineida vestiu a camisa do tricolor das Laranjeiras em 2022 e disputou 24 partidas. O último clube defendido pelo atleta de 33 anos foi o Barcelona de Guayaquil. Ele também rodou por outros times do país.

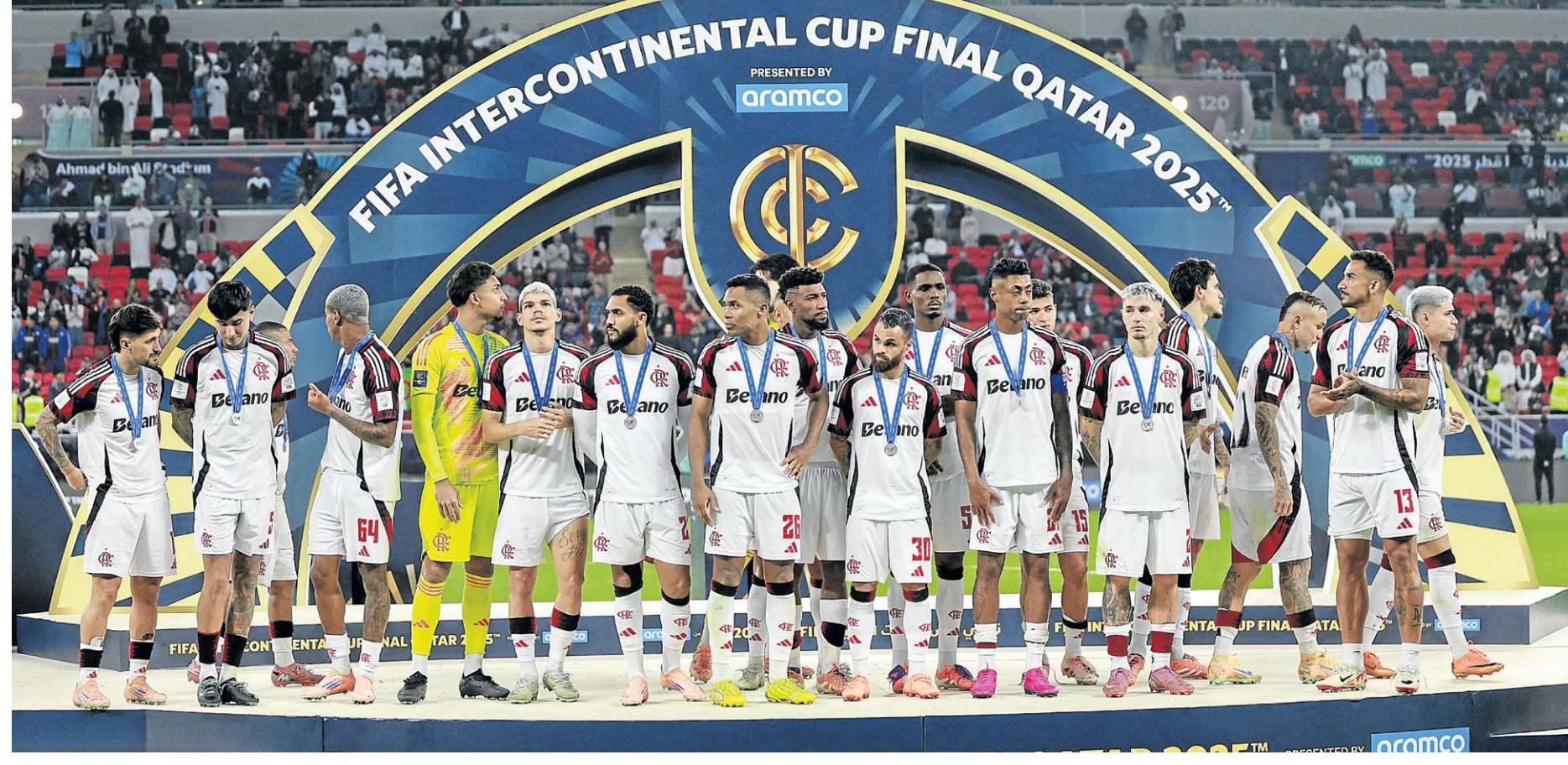
ESPORTES



Flamengo arranca empate heroico, mas desperdiça pênaltis em série e deixa escapar a oportunidade do bi. Goleiro russo Matvey Safonov defende quatro cobranças e faz do PSG o primeiro francês campeão mundial

Um desgosto profundo...

Karim Jaafar/AFP



O elenco recebe a segunda medalha de prata em seis anos num Mundial: vice no Catar não mancha temporada na qual o clube colecionou sete troféus, como o Brasileirão e o tetra na Libertadores

O Flamengo teve o sonho do bicampeonato mundial frustrado pela segunda vez em seis anos. Impotente diante de um Paris Saint-Germain dominante taticamente do início ao fim na final da Copa Intercontinental com posse de bola francesa de 63% x 37%, o tetracampeão da Libertadores perdeu nos pênaltis por 2 x 1 depois de empate por 1 x 1 no tempo regulamentar e na prorrogação para o detentor da Champions League no Estádio Ahmed bin Ali, em Al-Rayyan, no Catar.

Kvaratskhelia abriu o placar para o PSG no primeiro tempo. Jorginho igualou no segundo em uma cobrança de pênalti perfeita. Imperfeitas foram as de Saúl Níguez, Léo Pereira, Pedro Luiz Araújo depois da prorrogação. Todos erraram em sequência. O goleiro russo Matvey Safonov, de 26 anos, defendeu as quatro e corou o ano perfeito do primeiro clube francês a conquistar o mundo. A trupe de Luis Enrique ganhou a Supercopa da França de 2024 em janeiro, o Campeonato Francês, a Copa da França, a Champions League, a Supercopa da Uefa e a Copa Intercontinental. Igualou feitos do Barcelona e do Bayern de Munique. A única taça perdida é a Copa do Mundo de Clubes da Fifa para o Chelsea, por 3 x 0, nos EUA.

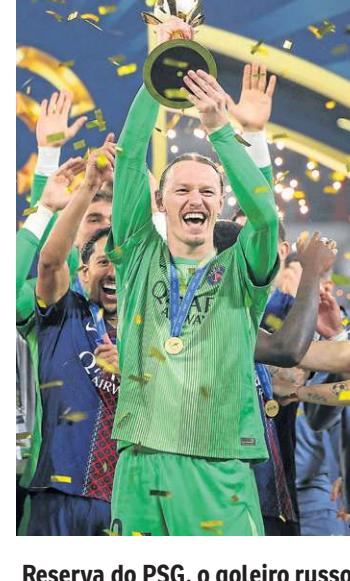
Cria do Krasnodar da Rússia, Safonov não tem fama de pegador de pênaltis. Até o jogo de ontem, o retrospecto dele era de nove pênaltis defendidos e 40 não impedidos por ele no tempo regulamentar, ou seja, o paredão pegou contra o Flamengo quase metade do que conseguiu na carreira inteira. O maior feito em disputas por pênaltis havia sido em dezembro do ano passado na nona fase da Copa da França. Ele fez duas defesas contra o Lens e classificou o time para a etapa de 16 avos da competição.

Em julho do ano passado, a Qatar Sports Investments pagou 20 milhões de euros ao Krasnodar para

tê-lo como reserva de Donnarumma. O Italiano número 1 do mundo deixou o clube rumo ao Manchester City. O técnico Luis Enrique bancou a escalação de Safonov. O titular Chevalier estava curado de lesão, mas ficou no banco de reservas contra o Flamengo.

A derrota não minimiza o ano quase perfeito do Flamengo. O time ergueu sete troféus sob o comando de Filipe Luís na temporada: Supercopa Rei do Brasil, Taça Guanabara, Carioca, Brasileirão, Libertadores, Desafio das Américas e a Challenger Cup — as últimas duas em fases anteriores ao duelo com o PSG na final da Copa Intercontinental. Financeiramente, o clube fecha para balanço com R\$ 421,144 milhões em premiações. O elenco entra em férias. A estreia no Carioca será em 14 de janeiro contra o Bangu. Duas

Karim Jaafar/AFP



Reserva do PSG, o goleiro russo Matvey Safonov celebra o título

semanas depois, estreia no Campeonato Brasileiro contra o São Paulo, no Morumbi.

A final foi marcada pela domínio territorial do PSG e a insegurança de Rossi. O goleiro falhou no lance do gol de Kvaratskhelia depois de o adversário forçar o erro do Flamengo. Mayulu atraiu a defesa rubro-negra para o lado direito, viu abrir-se um clarão na esquerda e acionou Doué. Livre de marcação, o francês cruzou rasteiro, o goleiro rubro-negro não alcançou a bola e o desvio com a ponta dos dedos sobrou para o meia georgiano Kvaratskhelia completar de perna esquerda para a rede do Flamengo: 1 x 0.

"Em um primeiro momento, a tensão e a magnitude do jogo levam a isso. A gente não muda o jeito de jogar. No gol anulado, tentei salvar a bola do companheiro para não

ceder o escanteio, a bola caiu no pé deles, mas vi que tinha saído. No gol deles, uma bola muito rápida, na verdade, não quis deixar a bola no meio, não vi se tinha alguém na frente. Tentei dar um tapa para dar continuidade, mas a bola escorregou na ponta dos dedos e ficou para o jogador que fez o gol", explicou-se Rossi em entrevista à Cazé TV.

O Flamengo reagiu no segundo tempo com uma alteração cirúrgica do técnico Filipe Luís. Pedro entrou no lugar de Carrascal. A ideia era incomodar os zagueiros do PSG com o trabalho de pivô do camisa 9. Ele passou a formar parceria com Arascaeta e deu certo. O uruguai foi derrubado na área pelo brasileiro Marquinhos. O jogo prosseguiu, mas o juiz foi chamado para revisão do lance. Jorginho deslocou Safonov e forçou a prorrogação.

Rossi arriscou virar personagem novamente com mais erros de passe na saída de bola e pelo alto em cruzamentos, uma delas deixando Marquinhos em condição de decidir o jogo no último lance do tempo regulamentar, mas o Flamengo arastrou o jogo para os pênaltis.

Em uma automotivação, o goleiro Rossi bateu no peito e disse que defenderia duas cobranças. Pegou a de Barcola e viu o jogador eleito Bola de Ouro e Fifa The Best em 2025, Dembélé, isolou a cobrança dele, mas não foi suficiente. Safonov dobrou a aposta. Defendeu quatro cobranças e colocou o PSG na lista dos clubes campeões mundiais. Luis Enrique venceu quatro decisões por pênaltis em quatro possíveis no clube. As últimas derrotas foram pela Espanha na Euro-2020 contra a Itália e diante do Marrocos na Copa de 2022.

A dor de Filipe Luís...

No intervalo de um ano, Filipe Luís levantou cinco taças como treinador do Flamengo. Ontem, no Catar, o time carioca ficou perto de conquistar o bicampeonato mundial contra o Paris Saint-Germain. Abalado na coletiva após o jogo, o comandante de 40 anos exaltou o grupo e a temporada de 2025, encerrada com a derrota por 2 x 1, nos pênaltis, após o empate por 1 x 1 contra os atuais campeões da Europa.

"Fico triste por perder, não gosto de perder e, muito menos, dessa sensação. Mas, ao mesmo tempo, parabenizo todos meus jogadores pelo que fizeram hoje, foi histórico. Estivemos tão perto em uma disputa de pênaltis e contra uma equipe desse nível é muito difícil. Mas, dessa vez não foi possível", lamentou.

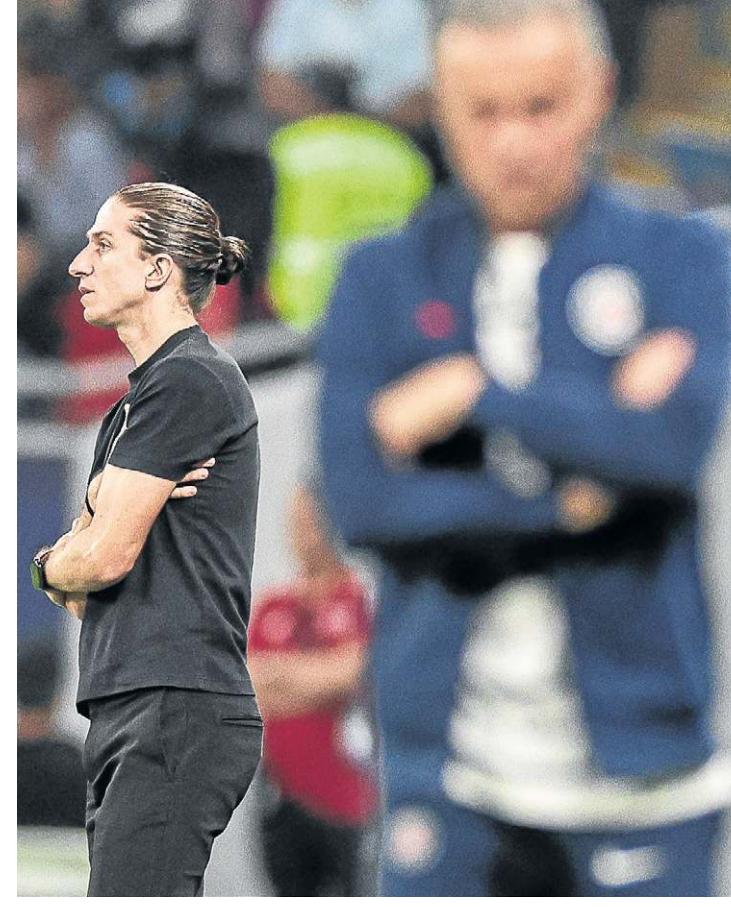
Mesmo assim, não deixou de aplaudir a equipe e destacar a importância e dedicação de cada jogador na disputa. "A parte mental eu já sabia. Esse time mentalmente é muito forte e sempre foi. Quando a equipe mais precisou, esses jogadores responderam e, hoje, não seria diferente. Lutaram por cada bola, cada centímetro e

por cada espaço no campo contra uma equipe simplesmente maravilhosa", enalteceu.

A repercussão do duelo contra os franceses brilhou os olhos da imprensa internacional em admiração ao técnico brasileiro. O Marca, jornal esportivo da Espanha, não conteve elogios ao falar sobre o Flamengo. "Filipe Luís colocou o PSG nas cordas. O goleiro Safonov teve que ser o herói improvável, pegando quatro pênaltis na decisão contra o Flamengo", noticiou.

Filipe Luís parabenizou o goleiro adversário, Safonov. "Parce que viu o nosso treino ontem. Realmente, mérito. Parabenizar o Paris, que não foi só campeão nos pênaltis. Fizeram uma temporada fantástica e mereceram. Prefiro parabenizar o Paris e o goleiro deles, que pegou todos esses pênaltis e fez o time deles ser campeão", elogiou.

Por fim, reforçou a tristeza pela derrota. "Fico triste porque não gosto de perder. Dói. É um luto, reconheço. Não apago o que fizemos na temporada, mas esse luto existe. Fico com o jogo e a temporada que a gente fez", finalizou.



Luis Enrique (D) focou no talento do técnico iniciante Filipe Luís

possibilidades, trabalha a bola e se defende muito bem", enalteceu.

"Não há dúvida, estudamos o Flamengo. Claramente não é apenas vencedora, defende em qualquer tipo de campo, alto, baixo, time compacto, tem excelentes jogadores. Mentalidade de equipe parecida com PSG. Tivemos de bater no limite superior para bater o Flamengo. Filipe pode treinar qualquer equipe do mundo, é muito jovem", afirmou.

Luis avaliou o trabalho do grupo e destacou o goleiro Safonov, um dos grandes nomes da partida. "Acredito que hoje a gente esteve bem na pressão, porque, senão, teríamos sofrido bastante. Mas acho que, no final, nós

merecemos ganhar. Mesmo que tenha sido nos pênaltis, graças ao nosso goleiro, estou muito feliz. Espero continuar nesta linha", exclamou.

Por fim, parabenizou os cariocas. "Uma equipe que jogou com a bola de maneira perfeita, que também jogou no espaço. São muito rápidos. Esteve num nível muito alto. Foi muito difícil, um prazer jogar contra o Flamengo. Primeiro tempo defensivo nosso foi incrível, pressionamos o tempo todo. Depois do pênalti, a partida ficou mais equilibrada. Parabenizar ao Flamengo por toda a temporada", finalizou o comandante do Paris Saint-Germain, abrindo as portas da Europa ao colega.

Após ser eleito o melhor técnico do mundo, Luis Enrique coroa a temporada do Paris Saint-Germain com o título de campeão mundial contra o Flamengo, em Al Rayyan, no Catar. O comandante espanhol exaltou a temporada do clube rubro-negro e revela que foi custoso bater o grupo de Filipe Luís.

"Depois de ver e analisar o Flamengo, fizeram uma ótima temporada ganhando muitos títulos e jogando de uma maneira muito firme.

O Corinthians conquistou o Mundial de Clubes da Fifa em 2000 porque, entre outros motivos, Dida foi gelado no tempo regulamentar, na prorrogação e defendeu uma cobrança de pênalti, a do lateral-esquerdo Gilberto, do Vasco. O São Paulo reinou em 2005 devido a uma exibição irretocável do ídolo Rogério Ceni contra o Liverpool. O Inter triunfou em 2006 amparado pela atuação valente de Clemer. Último campeão intercontinental em 2012, o Corinthians ergueu o troféu graças aos milagres em série de Cássio.

Para conquistar a Copa Intercontinental contra europeus na era moderna, times brasileiros precisam fazer um gol e depender de uma apresentação perfeita do goleiro. O combo é inegociável. O Flamengo conseguiu balançar a rede uma vez com Jorginho em uma cobrança perfeita para empatar a decisão.

Faltou a noite perfeita de Rossi. Herói tantas vez na temporada do Flamengo, o argentino sentiu o jogo de ontem. O gol do PSG marcado por Kvaratskhelia saiu devido a um erro. Ele não alcança a bola e ela chega limpa aos pés do georgiano.

Antes do gol, Rossi quase levou um cobertura do meia português Vitrinha. Foi salvo pela revisão da arbitragem no lance em que tentou evitar escanteio com chutão e viu a bola cair nos pés de Fabián Ruiz. O espanhol finalizou para o fundo da rede, mas o juiz anulou.

Rossi mostrou insegurança nas saídas pelo alto. Ficava no meio do caminho. Faltou no último lance do tempo regulamentar e deu chance para Marquinhos decidir a final. O zagueiro errou feio na finalização. Rossi iniciou a disputa por pênalti-

tis prometendo pegar duas cobranças. O russo Safonov dobrou a aposta e defendeu as cobranças de Saúl, Léo Pereira, Pedro e Luiz Araújo. O goleiro do Flamengo defendeu a de Barcola, viu o jogador eleito Bola de Ouro e Fifa The Best, Dembélé, isolado, mas não foi suficiente.

A má atuação de Rossi comprometeu a partida do Flamengo, mas não invalida o que ele — e o Flamengo — fizeram na temporada. Trata-se de um jogo isolado entre quase 80 no ano. O Flamengo só disputou a Copa Intercontinental porque Rossi brilhou na Libertadores.

O técnico Filipe Luís foi ao limite em um duelo tático de alto nível com Luis Enrique. As portas do Flamengo seguiram abertas para a renovação do contrato, porém a resistência "simeoneana" contra o PSG escancara o mercado europeu ao jovem treinador. Pedro perdeu pênalti, mas o sacrifício do camisa 9 para ajudar o clube não deve ser esquecido.

O ano quase perfeito do Flamengo termina com sete troféus. Guanabara, Carioca, Supercopa, Brasileirão, Libertadores, Desafio das Américas e Copa Challenger. A torcida precisa desfrutar. Se alguém dissesse, em 2012, que 13 anos depois o Flamengo disputaria três jogos oficiais contra Chelsea, Bayern de Munique e PSG, viraria meme.

O clube se despede de 2025 com taças e lembranças da virada contra Chelsea por 3 x 1 na Copa do Mundo de Clubes da Fifa; o jogo duro com o Bayern de Munique nas oitavas de final e a derrota — nos pênaltis — para o melhor time do planeta na atualidade, comandado por um técnico magnífico como Luis Enrique, o maestro de seis títulos no ano!

...e elogios do colega

É, verdadeiramente, um time com excelente técnico e teve muito sucesso. Foi difícil, custou bastante para nós ganharmos", avaliou em entrevista ao SporTV.

Há um tempo, Luis Enrique não se cala quando o assunto é elogiar Filipe Luís. Novamente, depois do duelo com o técnico brasileiro, rasgou mais elogios. "Creio que ele demonstrou por que ganharam tantos títulos. Eles têm um técnico de altíssimo nível, jogam como uma equipe que tem muitas

HORÓSCOPO

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Vênus e Júpiter em quincunce. O crime, além de acontecer com sua violência explícita, também se cobre de gestos sedutores para aliciar suas vítimas e as explorar até as exaurir, sem se importar com as consequências devastadoras. Não apenas isso seria repreensível do ponto de vista da experiência pessoal, como ainda agrava um peso a mais na crise de confiança em que nossa civilização se encontra, e sem confiança básica no relacionamento interpessoal, a civilização perde seu sentido. É não adianta culpar o progresso do crime à falta de educação ou à miséria, há pessoas ricas que são criminosas, há governos inteiros, supostamente baluartes da moralidade, que se dedicam a cometer crimes, esse estado de coisas é resultado de nossa humanidade se distanciar da vida espiritual, subvertendo o valor real das coisas e pessoas.

**ÁRIES**
21/03 a 20/04

Para você não se decepcionar com os resultados é preciso ter em mente as limitações insuperáveis, e evitar dar continuidade a confrontos que não levam a nada. Faça o que está ao seu alcance e diminua suas expectativas.

**LEÃO**
22/07 a 22/08

Os sacrifícios que você faz para agradar e fazer o bem nem sempre serão reconhecidos, e a falta de reconhecimento chegará um dia a provocar mágoas. Mantenha isso em mente, para selecionar direito por quem deve sacrificiar.

**SAGITÁRIO**
22/11 a 21/12

As brincadeiras tolas também são úteis, porque relembram um estado de infância que a realidade do dia a dia, com seus deveres e obrigações, parece negar. Voltar a ser criança é uma bênção, se permita isso.

**TOURO**
21/04 a 20/05

Sua alma repete a si mesma que está tudo bem, mas as coisas não ficam bem pelo poder da palavra, mas pela atuação consciente e prática que você empreender. Não se esqueça, palavras positivas são boas, ações são melhores.

**VIRGEM**
23/08 a 22/09

Selecione direito as pessoas que você quer aproximar e se dedique a essa aproximação, não apenas agora, como também nos meses vindouros. As pessoas andam distraídas e dispersas, não será fácil as congregar. Em frente.

**CAPRICÓRNIO**
22/12 a 20/01

O bom trato entre as pessoas tem se tornado tão raro que, quando acontece, as pessoas estranharam. Mesmo assim, se você sentir o impulso íntimo de fazer o bem a alguém, siga o impulso se desapegando dos resultados.

**GÊMEOS**
21/05 a 20/06

Provavelmente, as pessoas que oferecem conselhos são muito bem intencionadas, mas isso não significa que digam coisa com coisa. Tenha em mente que diante de todos os votos que as pessoas emitem, poucos são verdadeiros.

**LIBRA**
23/09 a 22/10

Os votos de felicidade que as pessoas trocam neste momento do ano são muito positivos e devem ser respeitados, porém, se elas não atuam em consonância com o que dizem, é melhor ficar com os fatos e não com as palavras.

**AQUÁRIO**
21/01 a 19/02

Organizar tudo para que fique do jeito que sua alma gosta não seria tão difícil se houvesse a devida ajuda, porém, apesar de as pessoas se mostrarem com muita boa vontade, mesmo assim na hora da ajuda elas desaparecem.

**CÂNCER**
21/06 a 21/07

Assumir a responsabilidade de colocar tudo em ordem e agradar as pessoas resulta numa tarefa colossal. Talvez essa escolha seja sábia, apesar das dificuldades, mas isso sua alma só saberá depois dos resultados.

**ESCORPIÃO**
23/10 a 21/11

Nem sempre é necessário se ajustar à racionalidade, às vezes a alma precisa viajar longe em visões que ela sabe serem virtualmente impossíveis de realizar, mas que, mesmo assim, brindam com conforto e esperança.

**PEIXES**
20/02 a 20/03

É preciso manter a cabeça no devido lugar para não perder o bom senso e tomar decisões precipitadas, só para seguir o fluxo dessa alegria, tão bonita, tão sagrada, mas que oculta segundas e terceiras intenções.

CRUZADAS

Parque da cidade de São Paulo	Autor do poema "Prosopopeia"	Série de filmes sobre vampiros	↓	↓	Vontade intensa Interjeição vocativa	(?) e traz, pessoa que faz intrigas	↓	Impressos colados em garrafas	Artefato da prática do voo livre
►	▼				▼			▼	▼
►									
(?) agrí-colas: agrotóxicos ímpio	(?) de todos: o dedo médio (bras.)	►				Pinha Pessoa que afiança	►		
►						▼	Em posição superior		
►					▼	(?) do Silício, região da Califórnia	►	▼	
(?)-à-toa: ninharia Iguriaria natalina	Anel de cabelo enrolado	►							
►						Recruta; arrola Região litorânea	►		
Fase; período Docura (fig.)	Ouro, em francês	►			▼	Forma de venda do café exportado			
►						Afirma em caráter oficial	►		
►								Canídeo típico das pradarias	Desprovida de forma definida
►									
O Brasil, em relação ao Protocolo de Kyoto	Giuseppe Verdi: compôs a ópera "Aida"				Divisão de uma escola de samba	(?) de lado: desprezar	►		
►			▼					Tarcísio Filho, ator brasileiro	►
Milionário Galáxia de formato espiral onde se situa o Sistema Solar	Cartunista de "Vereda Tropical"		►						

BANCO 2/or. 4/gana. 10/assinatarlo. 13/bento teixeira.

40

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIREITAS DE ONTEM

P	D	E	T
I	M	R	O
P	R	V	I
A	C	S	A
R	E	T	D
A	C	C	I
R	I	D	R
H	E	D	L
E	G	A	M
I	D	A	I
E	T	E	O
T	R	S	U
F	R	E	N
D	A	E	S
G	A	S	O
A	S	T	R

SUDOKU DE ONTEM

2	3	6	4	7	1	9	5	8
8	4	5	2	9	6	7	1	3
1	9	7	8	3	5	4	6	2
6	5	8	7	2	4	1	3	9
9	7	4	1	8	3	5	2	6
3	2	1	6	5	9	8	7	4
5	8	2	9	6	7	3	4	1
7	1	9	3	4	2	6	8	5
4	6	3	5	1	8	2	9	7

**MÚSICA**

Davi Mello / Divulgação



Rodoviária com Samba chega a 19a edição

Samba na Rodoviária

» JOÃO PEDRO CARVALHO*

A Roda de Samba da Rodoviária do Plano Piloto completa 19 anos hoje e comemora a trajetória com mais uma edição do projeto. A programação será das 12h às 21h, na Plataforma B, parte inferior da Rodoviária, com entrada gratuita.

Criado para celebrar o Dia Nacional do Samba, comemorado em 2 de dezembro, Rodoviária do Samba se consolidou como uma das mais importantes rodas abertas do Distrito Federal. Ao longo de quase duas décadas, o evento transformou a rodoviária em um ponto de encontro da cultura popular com sambistas locais.

“O Rodoviária do Samba surgiu para comemorar o Dia Nacional do Samba e se tornou uma tradição na cidade. Fazemos uma roda aberta, livre e democrática. Esses são valores que o próprio samba ensina”, destaca a cantora Cris Pereira, uma das idealizadoras do projeto.

Para a produtora e gestora cultural Tâmara Jacinto, o evento reafirma a importância da Rodoviária como espaço de ocupação cultural e celebração da identidade brasiliense.

“Estamos muito felizes em encerrar o ano mais uma vez com essa ocupação cultural da Rodoviária. Essa edição tem uma programação ampliada, com grupos que dialogam com o samba e são fundamentais para a cultura negra do Distrito Federal”, afirma.

*Estagiário sob a supervisão de Severino Francisco.

19 ANOS DA RODOVIÁRIA DO SAMBA

Hoje, entre às 12h e 21h na Plataforma B (inferior) da Plano Piloto. Entrada gratuita. Classificação indicativa livre.

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

Eu não sou solitário.
Eu sou povoado de mim mesmo.
Tenho meus silêncios,
meus guardados,
meus eus
que conversam entre si.
A solidão é quando
a gente não se suporta.
Mas quando a gente se tem,
a gente nunca está sozinho.

Manoel de Barros

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

2						3		4
	6						8	9
5	9		8					
				6	5			
	3				2		9	
6						4		3
7	4			3			5	
			7	8			6	
					5		7	

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

L

Diversão & Arte

O POSSÍVEL FIM DE UMA ERA

AVATAR: FOGO E CINZAS
CHEGA AOS CINEMAS E
PODE SER A ÚLTIMA
JORNADA DA TRIBO
NAVI NAS TELONAS

20th Century Studios Divulgação

» MARIANA REGINATO

James Cameron brilha nas telas muito antes de *Avatar*. O diretor canadense acumula na bagagem cinematográfica grandes clássicos do cinema. *Titanic* (1997), *O extermínador do futuro* (1984) e *O segredo do abismo* (1989) são alguns dos títulos assinados por ele. Porém, nada se compara ao impacto que a história do povo Na'vi fez em sua cinematografia e na história do cinema mundial. O primeiro *Avatar*, longa de 2009, chegou às telonas e mudou a rota do fazer cinematográfico, especialmente em relação aos efeitos visuais.

Na trama, o soldado Jake Sully fica parapléxico e participa do programa *Avatar* para substituir seu irmão morto. Chegando em Pandora, luta onde habitam os Na'vi, Jake percebe as grandes capacidades das criaturas para enfrentar os humanos, que buscam explorar os metais

do local. No corpo de um Avatar com a mente de um humano, Jake pode voltar a trabalhar e liderar soldados mas, após conhecer Neytiri, tudo muda.

No ano seguinte, em 2010, *Avatar* recebeu nove indicações ao Oscar e quatro ao Globo de Ouro. No Oscar, as estatuetas de Melhor fotografia, Melhor direção de arte e Melhores efeitos visuais foram conquistadas pelo projeto de James Cameron. No Globo de Ouro, o canadense foi consagrado como Melhor diretor e o longa venceu Melhor filme. Com orçamento próximo a US\$ 300 milhões de dólares, o longa faturou US\$ 2,9 bilhões de dólares, marcando o recorde de maior bilheteria da história do cinema. Em 2019, *Vingadores: Ultimato* chegou perto com US\$ 2,7 bilhões, mas não alcançou.

Treze anos depois do primeiro lançamento, James Cameron retorna com uma nova parte da história, *Avatar: O caminho*

da água. Apesar de impressionar em 2009 com as imagens e efeitos visuais, o diretor eleva mais um degrau em sua produção e entrega um filme visualmente impecável com uma história centrada nos Na'vi, 10 anos depois do primeiro filme. Na trama, Jake Sully tem uma família com Neytiri. Os filhos e o casal buscam explorar Pandora e encontrar outros Na'vi da região, com qualidades aquáticas, que serão essenciais para lutar uma nova guerra. *Avatar: O caminho da água* teve o orçamento calculado entre 350 e 400 milhões de dólares e retornou 2,3 bilhões, sendo o terceiro filme com maior bilheteria na história.

Agora, uma nova jornada se inicia para os Na'vi. *Avatar: Fogo e cinzas* explora mais um elemento, mergulhando na região vulcânica de Pandora. Dessa vez, a batalha é contra o povo das cinzas, tribo Na'Vi

agressiva e em busca de poder no planeta. Supostamente, o universo de Pandora tem sequências previstas para até 2031 e o novo longa é o terceiro de cinco filmes. Porém, James Cameron afirmou em um podcast com Matthew Belloni que o novo projeto pode ser o fim.

Para o diretor, o público já não tem tanto apreço as continuações e apenas grandes projetos cinematográficos conseguem perdurar e manter o interesse dos espectadores. James acredita que *Avatar* é um dos gigantes que conseguiria esse feito, mas isso não significa que a história deve seguir sem necessidade. James Cameron destacou na entrevista que não sabe se o retorno financeiro é uma razão para continuar com a franquia. Independente da história dos Na'Vi seguir ou não, James Cameron marcou a história do cinema mundial com uma franquia emocionante, muito bem elaborada e com visuais que encantam qualquer espectador.

Avatar: Fogo e cinzas pode ser o último filme da franquia

PAIXÃO PELO RODEIO

» MARIA LUIZA VAZ*

Não importa onde estivesse, o coração de Asa Branca nunca saía dos rodeios. Fosse competindo como peão ou revolucionando a maneira de conduzir a locução dos eventos, ele sempre estava no meio dos touros e da adrenalina. É essa a história de *Asa Branca - A voz da Arena*, cinebiografia de Waldemar Ruy dos Santos, famoso locutor de rodeios da década de 1990. Estrelado por Felipe Simas e com direção de Guga Sander, o longa estreou hoje nos cinemas ao redor do país.

Ao ler o roteiro pela primeira vez, conta Simas, o que mais chamou a atenção dele foi a perseverança de Asa Branca dentro e fora dos rodeios: "Internamente, o grande desafio para interpretar ele foi encontrar

essa autoestima sem parecer arrogância. Acho que ele tinha uma autoestima incrível, que acabava sendo inspiração para mim, inclusive. Nada afetava o Asa Branca, e se ele colocava alguma coisa na mente, ele ia até o final. Não à toa, ele se tornou quem ele é e a gente tá aqui contando a história dele", destaca o ator. Além disso, o desempenho físico de correr na arena de bota, narrar e rimar com naturalidade no timbre de Asa Branca foram outros desafios que Simas enfrentou no set.

Um peão promissor, Asa Branca teve que desistir da carreira após ser pisoteado por um touro e ter o pulmão perfurado. Durante a recuperação, ouvindo sem parar as narrações do dia de seu acidente, ele começou a brincar com a própria voz e logo revolucionou a

locução dos rodeios. Mas com a mesma rapidez que a fama e o estrelato o atingiram em 1990, o álcool e as drogas o levaram a sua queda nos anos 2000. "Os atores vivem de grandes personagens e Asa Branca é um grande personagem, esses altos e baixos que ele tem me encantam muito", ressalta Simas.

Além da carreira do locutor, o longa também aborda o relacionamento dele com a esposa, Sandra, interpretada pela atriz Lara Tremouroux. Para o ator, ao retratar o amor entre os personagens ele espera que o público perceba que as conquistas materiais não significam nada sem as companhias certas: "Você pode ter o tudo que você desejar ter, tudo que o dinheiro pode comprar, mas se não tiver as pessoas certas ao seu redor, alguma coisa vai estar

faltando", explica o ator. "Isso é muito bom, porque serve como inspiração para as pessoas que estão assistindo, mas também, quando um personagem que eu dou vida passa por esses lugares, acaba que um pouco do Felipe também se transforma", finaliza.



Fábio Braga/Phyto Audiovisual



Direito & Justiça

STJ em 2025: a Corte como guardião do devido processo penal

Maria Eduarda Lavocat

Em 2025, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) enfrentou casos de grande complexidade jurídica e sensibilidade social, envolvendo desde os limites da persecução penal e a validade das provas até a correção de erros judiciários históricos e a definição de parâmetros para a tutela dos direitos fundamentais. A seguir, o Direito&Justiça reuniu uma retrospectiva dos principais julgados do STJ em 2025 na área penal.

Em fevereiro, a Sexta Turma concedeu habeas corpus para anular uma ação penal por injúria racial movida contra um homem negro acusado de ofender um homem branco com referências à cor da pele. Por unanimidade, o colegiado entendeu que o caso não se enquadra na tipificação penal da injúria racial, afastando a tese do chamado "racismo reverso".

Relator do processo, o ministro Og Fernandes afirmou que a configuração da injúria racial pressupõe a existência de uma relação de opressão histórica, uma vez que o racismo constitui um fenômeno estrutural que atinge, de forma sistemática, grupos historicamente marginalizados. "O racismo é um fenômeno estrutural que historicamente afeta grupos minoritários, não se aplicando a grupos majoritários em posições de poder", destacou.

O ministro acrescentou que ofensas de pessoas negras contra pessoas brancas, quando baseadas na cor da pele, devem ser analisadas sob outro enquadramento jurídico, diverso do crime de injúria racial.

Na visão do advogado criminalista e mestre em direito penal João Marcos Braga, ao reconhecer a impossibilidade jurídica do denominado "racismo reverso", a Sexta Turma afastou uma verdadeira confusão no acordão das instâncias antecedentes. "Foi feita uma belíssima reconstrução do racismo no Brasil e a impossibilidade histórica, jurídica e moral de se reconhecer o racismo em favor de pessoas pertencentes a um grupo historicamente favorecido", ressaltou.

Em abril, a Quinta Turma declarou a nulidade de provas apresentadas contra uma médica acusada de antecipar mortes em UTI. O colegiado concluiu que os elementos probatórios foram obtidos a partir de mandado de busca e apreensão genérico, sem delimitação precisa e sem individualização dos fatos investigados. Relator do processo, o ministro Joel Ilan Paciornik ressaltou que, embora as

Ed Alves/CB/D.A Press



STJ anulou julgamentos por cerceamento de defesa e fragilidade de provas

acusações fossem de extrema gravidade, o ordenamento jurídico brasileiro não admite diligências investigativas que extrapolam os limites da razoabilidade e da proporcionalidade.

À época, a médica respondia a mais de 80 investigações e ações penais. O ministro rejeitou o pedido de trancamento generalizado dos procedimentos, ao ponderar que a declaração de nulidade das provas ilícitas exige a análise individual de cada caso, já que podem existir outros elementos aptos a justificar o prosseguimento das ações.

Em agosto, a Terceira Seção reconheceu que os cuidados prestados por mulher condenada ao recém-nascido, durante o período de permanência na ala de amamentação do presídio, podem ser computados como trabalho para fins de remição da pena. Para o colegiado, a redução do tempo de cumprimento da sanção é válida a partir de interpretação extensiva do termo "trabalho", previsto no artigo 126 da Lei de Execução Penal (LEP).

A decisão levou em consideração, ainda, o fato de a Constituição equiparar ao trabalho o período de afastamento da gestante, garantindo a manutenção do vínculo empregatício e da remuneração durante a licença-maternidade. "É clara a expansão benéfica da norma que promove a evolução social e o avanço da cidadania e dos direitos das mulheres e, em especial, das mulheres lactantes", avalia o criminalista Matheus Chiocheta.

Já em setembro, a Sexta Turma proferiu uma das decisões de maior repercussão do ano

ao anular a condenação da arquiteta Adriana Villela, sentenciada a 61 anos e três meses de prisão pelas mortes de seus pais e da empregada da família, ocorridas em 2009, no caso conhecido como Crime da 113 Sul.

Prevaleceu o voto do ministro Sebastião Reis Júnior, que reconheceu cerceamento de defesa ao longo de todo o processo. Segundo o magistrado, apesar de reiteradas solicitações, os depoimentos dos corréus que apontaram Adriana Villela como mandante do crime, colhidos em 2010, só foram disponibilizados à defesa no sétimo dia da sessão do Tribunal do Júri, realizada em 2019. "O STJ pontou a necessária observância à Constituição: o cerceamento da defesa não deve, em nenhuma hipótese, ser marco da salvaguarda para abusos estatais e persecutórios", entende Chiocheta.

No mês seguinte, a Sexta Turma também anulou a condenação e determinou o trancamento da ação penal contra Francisco Mairlon Barros Aguiar, condenado a 47 anos de prisão por homicídio e furto qualificado no mesmo caso. Ao classificar a condenação como um "erro judiciário gravíssimo", o colegiado determinou a imediata soltura do réu, que havia permanecido preso por 14 anos.

Sebastião Reis Júnior ressaltou que Francisco Mairlon foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri com base exclusivamente em confissões prestadas na fase policial e em relatos de corréus, sem a existência de provas independentes que corroborassem a acusação.

Ainda em setembro, a Sexta Turma confirmou a absolvição de quatro pessoas acusadas

do homicídio do menino Evandro Ramos Caetano, de 6 anos, ocorrido em 1992, no município de Guaratuba (PR). O colegiado reconheceu que as condenações em primeira instância se basearam em provas obtidas de forma ilícita, mediante tortura.

Relator do caso, o ministro Sebastião Reis Júnior destacou que tanto a decisão de pronúncia quanto à condenação tiveram como principal fundamento confissões extrajudiciais ilícitas e que as demais provas constantes dos autos não eram suficientes para assegurar a autoria delitiva. "A exclusão das confissões ilícitas acarretou a absoluta ausência de provas para a condenação", afirmou.

No mesmo mês, a Sexta Turma revogou a decisão que havia reconhecido a extinção da punibilidade do ex-auditor fiscal do município de São Paulo Arnaldo Augusto Pereira, que simulou a própria morte ao apresentar certidão de óbito falsa em processo em tramitação no STJ. Sob relatoria do ministro Antonio Saldaña Palheiro, o colegiado decretou a prisão preventiva do réu e restabeleceu a pena de 18 anos de reclusão pelos crimes de concussão e lavagem de dinheiro.

Segundo a denúncia do Ministério Público de São Paulo, o ex-auditor integrava a chamada Máfia do ISS e teria praticado os crimes no exercício do cargo. Em seu voto, o relator observou que a certidão de óbito juntada aos autos não era materialmente falsa, mas continha informação inverídica, caracterizando falsidade ideológica.

Também em outubro, o colegiado firmou entendimento de que cartas psicografadas não podem ser admitidas como prova em processos judiciais, por carecerem de confiabilidade mínima para a comprovação dos fatos alegados.

Na ocasião, o ministro Rogerio Schietti ressaltou que o sistema de livre apreciação da prova deve observar critérios racionais de apuração dos fatos.

Segundo o relator, para que uma prova seja admitida, é indispensável que seja lícita e confiável, demonstrando capacidade mínima de esclarecer o fato alegado. "A crença na psicografia consiste em um ato de fé. Atos de fé, por definição, prescindem de demonstração racional e, portanto, são opostos aos atos de prova", afirmou.

Para o advogado criminalista João Marcos Braga, nesse precedente o STJ assentou o sistema de produção de provas em bases científicas, sólidas, racionais e laicas.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

TRF1 se compromete a contratar vítimas em situação de violência doméstica para mão de obra

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) fechou um importante acordo de cooperação para ajudar mulheres em situação de vulnerabilidade, vítimas de violência doméstica e familiar. Pelo acordo, chancelado por juízas e desembargadoras federais, Secretaria de Estado da Mulher do DF

e OAB-DF, o TRF1 vai reservar vagas para vítimas de agressão ou outros tipos de violência nos contratos administrativos de mão de obra. A Secretaria da Mulher ficará encarregada de apresentar os nomes das candidatas ao emprego, que serão selecionadas pelas empresas prestadoras de serviço, levando em conta o critério da dificuldade econômica dessas mulheres em conflito com o companheiro.

Divulgação/Carlos Siqueira/TRF1



Mulheres unidas

Participaram da assinatura do acordo de cooperação técnica as juízas federais Mara Lina e Lívia Peres, as desembargadoras federais Ana Carolina Roman, Rosimayre Gonçalves, Gilda Sigmarinha Seixas e Maria do Carmo Cardoso, a secretária de estado da Mulher do Distrito Federal, Gisele Ferreira de Oliveira, e a diretora de mulheres da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional DF (OAB-DF), Nildete Santana de Oliveira.

Divulgação/OAB-DF



Divulgação/OAB-DF



Divulgação/OAB-DF



Lula vai escolher novo ministro do TSE

O STF definiu nesta quarta-feira (17) a lista tríplice de candidatos à vaga de ministro substituto do TSE na classe dos juristas para o biênio 2026-2028. Os mais votados foram Eduardo Silva Toledo, Nauê Bernardo Pinheiro de Azevedo e Engels Augusto Muniz. A lista será encaminhada ao presidente Lula para escolha do futuro ministro substituto. A OAB-DF parabenizou os três escolhidos. Todos têm registro na seccional do Distrito Federal. Eduardo

Toledo (na foto à esquerda) foi secretário-geral do STF durante a presidência do ministro Luís Roberto Barroso, cargo que já havia exercido na gestão da ministra Cármem Lúcia. O advogado e cientista político Nauê Pinheiro é diretor de Igualdade Racial da OAB-DF. Engels Muniz foi conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), indicado pelo Senado.

Divulgação/TST



Despedida

A despedida da ministra Dora Maria da Costa, que se aposentou nesta semana, foi carregada de citações mineiras. A magistrada, que nasceu em Dores do Indaiá (MG), é juíza de carreira. Entrou na Justiça do Trabalho há 46 anos. Integrante do TST desde 2007 foi corregedora-geral da Justiça do Trabalho no biênio 2023-2025. Na despedida, recebeu homenagem dos colegas, especialmente da ministra Maria Cristina Peduzzi, com quem dividiu durante anos o plenário da Oitava Turma do TST. Peduzzi abriu os discursos. O presidente da Corte, ministro Vieira de Mello Filho, ao se referir ao gosto da ministra por viagens, citou a música *Trem Azul*, de Lô Borges e Milton Nascimento. Nos agradecimentos, Dora Maria lembrou de Fernando Sabino, em *Encontro Marcado*: “Fazer da interrupção um caminho novo”.

Valdo Virgo/CB/D.A Press



Passageiro assina acordo para evitar processo criminal ao danificar aeronave

Um passageiro da Azul Linhas Aéreas firmou um acordo com o Ministério Público Federal para evitar um processo criminal após quebrar intencionalmente o sistema de entretenimento de bordo de uma aeronave. O prejuízo foi estimado em US\$ 461,43 (aproximadamente R\$ 2,6 mil).

Durante o processo, o passageiro decidiu assinar um Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), no qual se comprometeu a pagar o valor integral do conserto e a depositar R\$ 6.072 em benefício de uma entidade ligada à aviação civil. “O ANPP celebrado nestas condições reforça o papel do direito penal na proteção da infraestrutura aeronáutica e reafirma as consequências jurídicas de comportamentos que impactam operações aéreas e a segurança do setor”, avalia Leonardo Magalhães Avelar, advogado da Azul no caso.

Divulgação/STF



“Não é possível mais discursos de atenuante em penas aplicadas depois do devido processo legal, aplicadas depois da ampla possibilidade de defesa, porque isso seria um recado à sociedade de que o Brasil tolera ou tolerará novos flertes contra a democracia”

Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF)



Uma indicação à espera de aprovação

Ana Maria Campos

O ano chega ao fim sem uma definição para o novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Indicado pelo presidente Lula para a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Luís Roberto Barroso, o advogado-geral da União, Jorge Messias, ainda não tem o apoio necessário dos senadores para o aval que o possibilita vestir a toga.

Na reunião ministerial de ontem, o presidente Lula demonstrou expectativa em relação à aprovação de Messias. Ele pediu que os integrantes da equipe telefonem para senadores amigos neste fim de ano e peçam voto para o seu escolhido.

Messias enfrenta resistência de quem tem o poder na Casa, justamente o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que queria ver no STF um aliado, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Para ser aprovado pelo Senado, Messias terá que ser sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ter sua indicação apreciada em plenário. Ele precisa de maioria absoluta de votos, ou seja,

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Jorge Messias precisa de 41 votos no Senado para chegar ao STF

aprovação de pelo menos 41 senadores.

O pernambucano Jorge Messias tem 45 anos, é formado em direito pela Universidade de Pernambuco e doutor pela Universidade

de Brasília (UnB). Procurador da Fazenda Nacional desde 2007, ele ganhou notoriedade quando assessorava a presidente Dilma Rousseff, como subchefe de Assuntos Jurídicos da

Casa Civil, e se tornou influente no terceiro mandato do presidente Lula.

Ao longo da carreira, ele foi subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, secretário de Regulação e Supervisão do Ministério da Saúde e consultor jurídico do Ministério da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação. Também atuou na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e na Procuradoria do Banco Central.

Frequentador da Igreja Batista, ele tem a simpatia de parte dos políticos evangélicos. No STF, conta com um aliado, indicado justamente pelo principal adversário de Lula, o ex-presidente Jair Bolsonaro. É o ministro André Mendonça, que é presbiteriano e já fez declarações públicas em favor de Messias.

Caso seja aprovado para o cargo, Jorge Messias vai integrar a "bancada da AGU". André Mendonça e os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli também exerceram o cargo de advogado-geral da União antes de chegarem ao STF. Mendonça no governo Bolsonaro, Mendes na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso e Toffoli no segundo mandato de Lula.

Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília

FACULDADE COM 1º LUGAR EM APROVAÇÃO NA OAB.

NOVO CAMPUS 902 SUL

2026.1 PROCESSO SELETIVO

INSCREVA-SE mackenzie.br/faculdades/brasilia

VALE MUITO SER



Visão do Direito



Leonardo Jubé de Moura

Promotor de Justiça do Ministério Públíco do Distrito Federal e Territórios

A mulher e a faca

Existe um fato cuja realidade nem o mais impermeável espírito anda conseguindo negar. A estranha, empedenida e virulenta violência contra a mulher.

Quando foi editada a “Lei Maria da Penha” (Lei nº 11.340, de 2006), não faltaram vozes questionando sua razoabilidade. Falava-se em excesso ideológico, em feminismo tóxico, em “lei João da Penha”.

Ainda hoje, veem-se circular vídeos com uma versão alternativa, supostamente contramajoritária, como se resgatasse uma verdade escondida, questionando o calvário sofrido por ninguém menos que a própria senhora Maria da Penha, cujo nome se transformou em símbolo de luta e de justiça. Essa mulher era estudiosa, trabalhava e foi atingida por um tiro quando estava em casa, na cama dormindo. Ficou paraplégica. Eram os anos 80, voltou para casa e tornou a ser agredida. A Polícia Técnica do Ceará, estado conhecido pelas belezas naturais e pelo tradicional machismo, concluiu que os vestígios desmentiam a versão absurda do agressor, de que teriam sofrido uma tentativa de assalto.

Assaltantes que esquecem o macho e atiram contra uma mulher deitada. O seu caso precisou da condenação por dois Júris populares (o primeiro foi anulado) e de reconhecimento de negligência do Estado brasileiro pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Veio a Lei nº 13.104, de 2015, com a figura penal do feminicídio. Ecoaram vozes, de respeito, dizendo que era coisa ideológica, desnecessária, pois já havia o crime de homicídio e suas hipóteses agravantes (“qualificadoras”, então previstas no §2º do art. 121 do Código Penal). Eu, Promotor de Justiça do Tribunal do Júri por duas décadas, fui uma dessas vozes.

Mas a realidade dos fatos se impõe. Atuei em casos, e não foram poucos, em que a mulher, quando sobrevivia, prestava depoimento a favor do agressor, mesmo mutilada, retalhada, queimada. Muitas vezes, a família da vítima louvava o agressor, porque era um “homem de bem” e bom provedor.

Há poucos dias, Brasília, a Capital Federal (art. 18, §1º, da Constituição), ficou conhecendo uma moça jovem, bonita, dedicada a ponto de ousar: ingressou nas fileiras do Exército Brasileiro, com a sensibilidade e o encanto da arte musical. Motivo de orgulho para a família, os amigos, a sociedade e mesmo para Instituição que, forte na memória de Caxias, conta com uma ímpar credibilidade da nação.

Todavia, ficou conhecida tarde demais. Sucumbiu em sangue, traída por uma faca. Uma faca guiada por um macho, valente em sua covardia, que, por infelicidade do destino, também vestia uma farda.

A Constituição afirma, entre os direitos e garantias fundamentais, que o Tribunal do Júri é competente para julgar os crimes dolosos contra a vida (art. 5º, XXXVIII, “d”).

Diz a mesma Carta de 1988, é certo, que à Justiça Militar compete julgar os crimes militares definidos em lei (art. 124). Com razão, pois uma Justiça especializada está apta a compreender as peculiaridades de fatos que atingem a caserna.

Em 2017, a Lei nº 13.491 trouxe uma previsão do que se chama de “crimes militares por extensão”, quando praticados “por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado”. A Lei nº 14.688, de 2023, aprimorou a redação para: “militar da ativa contra militar na mesma situação”.

Ocorre que não se fez qualquer menção ao crime de homicídio, menos ainda ao hediondo feminicídio, que, desde sua criação, vem recebendo tratamento diferenciado pela legislação, como categoria máxima da violência contra a mulher.

Aí o cidadão se pergunta: quem foi a vítima de maior relevo, a moça ou o quartel? Ora, o pundonor castrense segue preservado pelo julgamento de crimes próprios, como a prática de atos impróprios na caserna, o desprezo pelo patrimônio militar. Além disso, a punição disciplinar, conforme os rígidos valores militares, aplica-se em sua integralidade.

O Júri popular tem tradição secular em nosso país. Respeitadas as críticas, é inegável que se cuida da expressão maior da democracia no âmbito judiciário, uma peculiar democracia direta, exercida pelos cidadãos.

A legislação — mesmo tão criticada, sobretudo no início — elevou a proteção à integridade da mulher de forma destacada. O dia a dia não deixa margem a dúvidas: enquanto os homicídios vêm diminuindo sensivelmente (por fatores diversos, com destaque para boas políticas de segurança pública), os feminicídios aumentam, perdendo-se no anonimato das estatísticas. Esse infortúnio, essa nova mácula para o senso mínimo de humanidade, faz lembrar um belo poema, de João Cabral de Melo Neto, pernambucano: “A mulher e a casa”.

Reconhecendo a sedução desse ser de “plácida elegância”, que desafia a contemplação. Mulher, que tem suas “paredes bem revestidas”. Mulher, firme, significativa e bela como uma casa, como um lar. Mulher, que não foi feita para ficar em casa. Foi feita para ficar onde quiser, e onde chega conquista, com naturalidade, o seu lugar, até mesmo nas exigentes Forças Armadas.

Homens, machos, reconheçamos-nos machistas, como eu reconheço que sou, mas não sejamos covardes. A sociedade não aguenta mais. O tempo passa e é inexorável. O mundo tem seus relógios. É preciso reconhecer que estamos bem atrás dos ponteiros. A covardia precisa de freio, mas ao Estado, à Polícia, até mesmo ao Exército, não é viável a onipresença.

Aqui não se escreve uma solução, apenas uma reflexão. Já basta de (tomando de empréstimo outros versos do mesmo poeta) “imagens de furor”, com “bala, relógio ou faca”.

Visão do Direito



Marcio Machado Valêncio

Advogado, pós-graduado em direito penal empresarial, em direito corporativo e em direito do trabalho

Função constitucional e desfuncionalidade institucional

O constitucionalismo moderno não se sustenta apenas na proclamação de direitos ou na existência formal de instituições. Ele se organiza a partir da atribuição funcional de competências, deveres e limites a cada poder constituído. A Constituição não define apenas quem decide, mas como e para que se decide. Quando as instituições se afastam dessas funções, o problema deixa de ser político e passa a ser, essencialmente, constitucional.

Nesse desenho, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional ocupam posições centrais e complementares. Ao STF cabe a guarda da Constituição, o controle de constitucionalidade e a proteção dos direitos

fundamentais, sobretudo diante de omissões ou desvios dos demais poderes. Ao Congresso incumbe a função legislativa em sentido próprio: deliberar politicamente, produzir normas gerais e representar a pluralidade social. O equilíbrio entre essas funções é condição de normalidade constitucional.

Nos últimos anos, esse equilíbrio tem sido tensionado. O STF tem sido chamado, e em muitos casos tem assumido, um papel de densificação normativa que ultrapassa a lógica clássica da jurisdição constitucional. Decisões com efeitos estruturais e conteúdo normativo amplo tornaram-se frequentes, muitas vezes como resposta a omissões legislativas prolongadas.

Trata-se de uma reação compreensível, mas que não é neutra em termos institucionais.

A jurisdição constitucional foi concebida como instância de exceção qualificada, não como mecanismo ordinário de formulação normativa. Quando a exceção se converte em rotina, altera-se a própria natureza da função jurisdicional. A Corte deixa de atuar prioritariamente como guardião de limites e passa a operar como instância permanente de conformação do espaço normativo, com impactos diretos sobre previsibilidade e estabilidade do sistema.

Esse deslocamento funcional está ligado à crise de desempenho do Congresso Nacional. A fragmentação decisória, a dificuldade

de deliberação substantiva e a substituição do debate legislativo por soluções negociais enfraquecem sua missão constitucional. Quando o Legislativo deixa de decidir, cria-se uma lacuna institucional que tende a ser preenchida por outros poderes.

Do ponto de vista constitucional, a separação de poderes é também um princípio de funcionalidade. Cada poder existe para cumprir uma tarefa específica no equilíbrio do sistema. A recomposição da normalidade institucional exige avaliar STF e Congresso pela fidelidade às suas funções constitucionais. Sem isso, a Constituição permanece formalmente íntegra, mas funcionalmente fragilizada.

Visão do Direito



Fernando Rogério Peluso

Sócio do escritório Peluso, Guaratá, Borges e Rezende Advogados

O ano de 2025 e o direito do trabalho: muitos pontos

O ano de 2025 está terminando de uma forma melancólica para os otimistas com a Reforma Trabalhista, que entrou em vigor em 2017. Com essa mudança legislativa, imaginou-se que o número de ações trabalhistas diminuiria ao longo do tempo, mas o que se tem visto desde então é o aumento ano a ano. Segundo estimativas, 2025 não será diferente, de modo que os números de novos processos já são superiores ao período pré-reforma.

Preocupada com isso, a Justiça do Trabalho, em 2025, aprovou, por meio do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, atualização da política nacional de solução de conflitos, priorizando meios alternativos (conciliação/ mediação) para reduzir litigiosidade excessiva.

Dentro dessa mesma linha, o Tribunal Superior do Trabalho, ao longo do ano de 2025, editou uma enorme quantidade de Temas vinculantes, com a ideia de trazer maior previsibilidade e segurança jurídica nos processos. Mas, o que se tem visto, nas Varas do Trabalho e mesmo nas decisões dos Tribunais Regionais, é que esses Temas não têm sido tão vinculantes assim, porque tratam de questões sensíveis que envolvem amplo debate jurídico.

Mas o ano de 2025 não está só marcado por um novo recorde de nova ações trabalhistas, mas também pelos debates em diversos temas relevantes. Neste ano, o Supremo Tribunal Federal (no mês de abril) determinou a suspensão de todas as ações que envolvem o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego, sendo que, desde então, diversas audiências públicas foram realizadas para discussão do tema.

A suspensão dessas ações ocorreu por decisão do ministro Gilmar Mendes, depois de se estabelecer um verdadeiro "cabide de guerra" entre o Supremo e a Justiça do Trabalho. Isso porque o Supremo vinha proferindo decisões reconhecendo a validade dos contratos de prestação de serviços, mas a Justiça do Trabalho mantinha posicionamento de analisar se havia ou não subordinação na relação contratual e, havendo, anulava o contrato e reconhecia o vínculo de emprego.

Já no início do segundo semestre, o Supremo finalmente decidiu outro ponto de relevância no direito do trabalho, qual seja, que empresas do mesmo grupo econômico não podem ser diretamente incluídas na fase de execução se não participaram da fase de

julgamento. Os processos que tratam dessa matéria estavam suspensos e, a partir de agosto de 2025, retornaram o trâmite normal, com essa nova diretriz.

Esse posicionamento do STF traz uma nova visão ao processo trabalhista, já que a Justiça do Trabalho sempre entendeu que a empresa do grupo econômico poderia ser incluída em qualquer fase ou momento processual para pagar execuções que não são pagas pelo devedor principal.

Para fechar as questões trazidas pelo Supremo no mundo do direito do trabalho, não poderíamos deixar de mencionar o amplo debate que se estabeleceu ao longo de todo o ano de 2025 acerca de relação jurídica entre os aplicativos e os trabalhadores (chamada de "uberização").

Apesar de nada ter sido decidido até o momento, é fato que muitas audiências públicas foram realizadas, o que, sem dúvida alguma, fomenta o debate a respeito do tema.

No campo legislativo, parece-nos que a lei mais emblemática de 2025 foi a de n.º 15.222/2025, em 29/09/2025. Essa lei alterou a sistemática de concessão de licença-maternidade, de modo que se estendeu a concessão e o benefício em casos

que haja hospitalização prolongada da mãe ou do recém-nascido.

Ainda no campo do debate legislativo, mas de grande relevância, sem dúvida o fim da escala 6x1 foi o tema de 2025, seja porque é de fundamental interesse aos empregados, mas também porque é tema que interessa aos empregadores. Esses, na verdade, preocupados com o impacto financeiro que o eventual fim da escala 6x1 geraria, afinal, uma medida como essa geraria a necessidade de contatação de mais empregados.

Até aqui, tratamos apenas da escala 6x1, porque o governo federal pretende também reduzir a jornada máxima de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas. É verdade que muitas empresas já possuem jornada de 40 horas semanais, mas também é verdade que muitas outras atuam com jornada de 44 horas e, qualquer redução, impactaria em custo.

Enfim, muito do que foi discutido no campo do direito do trabalho em 2025, a bem da verdade, deverá ser mesmo definido apenas em 2026. E considerando o calendário político eleitoral, não é difícil supor que algumas matérias mais sensíveis acabem sendo jogadas ainda mais para frente.



Max Telesca

Especialista em tribunais superiores, direito civil e processo penal

Consultório Jurídico

O que muda se o PL da Dosimetria, como foi aprovado na Câmara, virar lei?

Pela aplicação da redação do chamado PL da Dosimetria, ou seja, se ele vier a tornar-se uma lei, ocorrerão vários fenômenos jurídicos penais e de execução penal, mas dois deles se destacam: a redução da pena, em virtude da aplicação do concurso formal entre os crimes de Abolição Violenta do Estado de Direito e golpe de Estado, mas a ele somente seria aplicada a pena cheia do segundo, 8 anos e 2 meses, mais uma fração daquela relativa ao primeiro, um sexto até metade.

No cálculo mais benéfico, 1/6 de seis anos e seis meses, seria um ano e um mês, somando-se, portanto, para os dois crimes principais, nove anos e três meses. O PL não alude aos demais crimes pelos quais o ex-Presidente foi condenado, isto é, mais 12 anos e sete meses. O somatório final ficaria

em 20 anos e nove meses, mas esse cômputo ainda passaria pelo Poder Judiciário, pois o cálculo da banda de pena do concurso formal varia até metade, ou seja, não existe nada fixo nesse ponto, dependendo, ainda do crivo judicial para fixação da dosimetria final.

A outra grande característica casuística e impessoal do projeto é que a progressão de regime, hoje, somente poderá ser feita com o cumprimento de um quarto da pena. Pelo texto do relator, como dito, Paulinho da Força, com 1/6 de cumprimento de pena, os condenados pelos crimes contra o Estado Democrático de Direito já teriam direito à progressão do regime fechado para o semiaberto mesmo com o crime tendo sido cometido com violência e grave ameaça, o que é, flagrantemente,

um contrasenso, ou seja, uma lei feita sob encomenda, casuística, que fere de morte o princípio da impessoalidade que deve nortear o processo legislativo. De acordo, ainda, com o relator, segundo suas próprias manifestações, ele estaria fazendo uma conta, também, com diminuição em função de remissões, o que demonstra uma deliberada intenção legislativa em função de uma determinada pessoa.

Não se pode, sob pena de flagrante constitucionalidade, legislar para indivíduos específicos, condenados recentemente. Ainda há que se destacar a redução de um terço a dois terços nas penas dos crimes cometidos em contexto de multidão, beneficiando os participantes dos atos golpistas do 8 de Janeiro.



Visão do Direito



Thaís Cremasco

Advogada especializada em gênero e saúde da mulher e direito do trabalho e previdenciário.
Coordenadora do Núcleo de Violência contra a Mulher da OAB/SP

Feminicídio: o Brasil escolheu conviver com esta guerra

O Brasil vive uma guerra cotidiana, sangrenta e ininterrupta contra as mulheres. Não se trata de metáfora ou hipérbole retórica. Os dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública desenham o mapa de um conflito armado unilateral: são quatro mulheres assassinadas por dia, milhares violentadas, ameaçadas, humilhadas e perseguidas por homens que insistem em tratar a vida feminina como propriedade privada. A escalada vertiginosa dos feminicídios, mesmo diante de todo o aparato estatal, revela uma verdade desconfortável que precisamos encarar nos olhos: o país naturalizou a violência de gênero a ponto de conviver com ela como se fosse um dano colateral aceitável da nossa organização social.

O paradoxo brasileiro é gritante e doloroso. Temos, em tese, uma das legislações mais avançadas do mundo para proteger mulheres. A Lei Maria da Penha, reconhecida pela ONU como modelo global, tipifica cinco formas de violência e estruturou uma rede de proteção inédita na América Latina. Mais recentemente, tivemos a sanção da Lei nº 14.994/2024, que tornou o feminicídio um crime autônomo, aumentando a pena para até 40 anos de reclusão e endurecendo a progressão de regime. Juridicamente, o cerco se fechou. Ainda assim, a sofisticação normativa não produziu

a transformação cultural necessária. A lei existe, é robusta e técnica, mas o país que deveria aplicá-la permanece ancorado em práticas misóginas que seguem intocadas nas delegacias, nos fóruns e dentro dos lares.

É impossível enfrentar os feminicídios sem olhar para o centro nevrálgico da questão: os homens. Mais de 90% dos homicídios no Brasil são cometidos por pessoas do sexo masculino. São eles que matam mulheres, matam outros homens e também se matam em números epidêmicos. A violência é um fenômeno estruturalmente masculino, não feminino. Quando debatemos feminicídio, estamos falando de uma manifestação extrema de um modelo de masculinidade frágil, estruturado na dominação, no ressentimento e no ódio ao feminino. A misoginia é a tecnologia social que organiza essa violência, molda o comportamento desde a infância, dá permissão social e oferece justificativas morais para a eliminação simbólica e física das mulheres que ousam dizer “não”.

As redes sociais e o ambiente digital aprofundaram drasticamente esse movimento. O algoritmo do ódio ampliou a voz de homens que se sentem autorizados a atacar mulheres, ridicularizá-las, vazar sua intimidade e criar comunidades inteiras — a chamada “mansa-fera” — dedicadas a propagar o desprezo pelo feminino. A viralização do discurso misógino

não é apenas “opinião” ou liberdade de expressão; é combustível para a violência real. O feminicídio começa muito antes do gatilho ou da agressão física: ele nasce na cultura que desumaniza mulheres, que ridiculariza denúncias, que normaliza o controle excessivo, que romantiza o ciúme patológico e que trata agressões como meros conflitos domésticos.

Do ponto de vista estritamente jurídico, é impossível avançar sem enfrentar a impunidade estrutural e a cegueira de gênero no Judiciário. O Brasil ainda convive com uma taxa de condenação insatisfatória nos crimes de violência doméstica e com investigações frequentemente conduzidas sem a devida técnica. A aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que se tornou obrigatória, ainda enfrenta resistências conservadoras. Muitos magistrados e promotores ainda hesitam em aplicar a lente de gênero, tratando o crime de ódio como passional. A ausência de análise da motivação misógina fragiliza a responsabilização e impede que o Estado nomeie corretamente a lógica de poder que estrutura esses crimes. É urgente reconhecer a misoginia como elemento central, da mesma forma que o racismo. Só assim o sistema de justiça deixará de tratar agressões como “brigas de casal” e passará a enxergá-las

como violações graves de Direitos Humanos.

Além do rigor punitivo, é urgente convocar os homens para o centro da solução. Os atos que tomaram as ruas no dia 7 de dezembro deixaram claro que a luta não pode ser carregada apenas nos ombros das vítimas. Homens decentes precisam assumir o protagonismo no enfrentamento da violência entre seus pares. É preciso quebrar os pactos de silêncio nos grupos de amigos, no futebol, no ambiente corporativo. É preciso confrontar colegas e familiares que assediam ou agredem, abandonando o conforto cúmplice de observar a distância enquanto mulheres morrem. Não basta não bater; é preciso ser ativamente antirracista e antimisógino.

O feminicídio não é uma fatalidade meteórológica; ele não é inevitável. Ele é sustentado por escolhas coletivas, institucionais e culturais diárias. Escolhas podem ser transformadas. Vencer essa guerra exige mais do que leis penais duras: exige educação afetiva nas escolas para desarmar os meninos, responsabilização séria dos agressores, protocolos do CNJ aplicados de forma rigorosa, políticas públicas de acolhimento contínuas e um país que, finalmente, recuse a ideia de que a vida de mulheres é descartável. Podemos vencer essa guerra quando o Brasil decidir, de fato, que nenhuma mulher é tolerável como baixa dessa batalha.



Barbara Heliodora

Advogada de direito de família

Consultório Jurídico

Como funciona a autorização para viagens de filhos com pais divorciados

Durante as férias escolares, muitos pais divorciados planejam viagens com os filhos, seja para outros estados, seja para o exterior. Nessas situações, a legislação brasileira exige atenção especial, já que o deslocamento de menores depende de regras específicas que buscam garantir a segurança e o bem-estar da criança, além de preservar a convivência com ambos os responsáveis.

Para viagens nacionais, quando a criança viaja apenas com um dos pais, é recomendável que exista autorização expressa

do outro, mesmo que em alguns casos a legislação dispense esse documento. A formalização evita contratemplos e reduz conflitos. Barbara Heliodora, advogada especialista em direito de família, destaca que o entendimento mútuo é sempre o caminho mais seguro. “Quando os pais mantêm diálogo aberto, a autorização é organizada sem estresse e a viagem se torna parte natural da rotina familiar”, afirma.

Em viagens internacionais, a autorização é obrigatória quando apenas um dos pais acompanha o menor. O documento deve ser emitido por escrito, com firma reconhecida, ou registrado diretamente nos passaportes, conforme a escolha dos responsáveis no momento da emissão. Barbara afirma que a antecipação evita problemas em aeroportos

e em consulados. “Quando a autorização é planejada com antecedência, todo o processo de embarque ocorre de forma tranquila e sem risco de impedimento”, comenta.

Quando há conflito e o consenso não é alcançado, especialmente em casos em que ambos os pais possuem férias do trabalho no mesmo período das férias escolares, a autorização pode ser decidida pelo Judiciário. O juiz avalia o melhor interesse da criança e considera fatores, como rotina, vínculos familiares e o impacto da viagem. Barbara explica que a intervenção ocorre para proteger o menor. “As viagens devem ser agendadas no período de convívio de cada responsável, e na negativa injustificada de um dos genitores, de forma injustificada, o Judiciário, caso acionado, poderá intervir, definindo a

solução mais adequada para garantir que a criança não seja prejudicada”, diz.

Além da autorização, é importante que o responsável pela viagem informe previamente o roteiro, a hospedagem e os contatos atualizados durante o deslocamento. Isso favorece a transparência e evita dúvidas sobre a segurança e o bem-estar do menor, especialmente em viagens mais longas ou para destinos internacionais.

No fim, o fundamental é que a decisão seja tomada com responsabilidade e foco na criança. Com diálogo, organização e clareza nas regras, as viagens durante as férias escolares se tornam oportunidades de convivência saudável e experiências enriquecedoras, sem disputas e sem comprometer o equilíbrio familiar.

Visão do Direito



Camila Linhares

Advogada especialista em gestão de conflitos e sócia da Unniversa Soluções de Conflitos



Jessica Gonçalves

Advogada especialista em gestão de conflitos e sócia da Unniversa Soluções de Conflitos

NR01: resolver conflitos no trabalho evitará problemas com a lei em 2026

A prorrogação da obrigatoriedade da NR-1 para maio de 2026 deu mais tempo para as empresas se prepararem. Mas o que isso significa na prática? Agora a segurança do trabalho precisa incluir também a saúde mental dos funcionários.

A nova regra exige que as empresas criem programas para identificar e combater problemas como estresse excessivo, assédio moral, sobrecarga de trabalho e conflitos no ambiente profissional. O prazo legal foi estendido, mas os números mostram urgência: transtornos mentais e comportamentais já foram a terceira causa de afastamento do trabalho no Brasil. Em 2025, dados apontam que os afastamentos por problemas de saúde mental mais que dobraram.

Problemas mal geridos agravam esse cenário, comprometendo a saúde dos

trabalhadores e gerando passivos que vão além do cumprimento da norma. Conflitos no ambiente de trabalho não são apenas desentendimentos pontuais. São situações que, quando mal conduzidas, atingem a saúde mental de quem passa boa parte do dia em espaços que deveriam ser seguros e harmônicos.

Divergências com lideranças sobre sobrecarga de tarefas, desentendimentos que ajudam a promover um clima hostil entre colegas, assédio moral disfarçado de 'cobrança por resultados', falta de clareza sobre funções que gera tensão constante são apenas algumas das recorrências. Uma hora corpo e a mente cobram o preço. O trabalhador leva isso para casa, perde o sono, afasta-se de quem ama, adoece.

A questão não é se conflitos vão acontecer, pois eles são naturalmente parte das

relações humanas. A questão é: o que fazemos quando eles surgem? Ignorar ou usar mecanismos que permitam que diálogo, escuta e resolução de problemas sejam pautados antes que vire adoecimento?

Esse cenário não afeta apenas quem sofre diretamente. A rotatividade aumenta, os afastamentos crescem, processos trabalhistas começam a surgir e equipes inteiras ficam desmotivadas. O custo humano vem primeiro, e, em alguns casos, será irreparável. Já o custo empresarial vem como consequência inevitável. Mas há caminhos para onde ir.

Práticas adequadas de resolução de conflitos, como mediação, conciliação, e a existência de canais de escuta que funcionem não são 'benefícios corporativos' ou diferenciais competitivos, mas uma premissa pautada fundamentalmente

também pela comunicação não violenta. No contexto da saúde, são ferramentas intrínsecas à dignidade no trabalho. Quando uma empresa investe nesses mecanismos, está dizendo que problemas relacionais existem, merecem tratamento sério e que divergências podem ser resolvidas sem destruir pessoas no processo.

O impacto vai além dos muros da organização. Trabalhadores que têm conflitos resolvidos de forma justa e respeitosa voltam para casa mais inteiros, mantêm vínculos afetivos preservados, conseguem, de fato, viver. Empresas que priorizam essas práticas contribuem para uma sociedade menos adoecida e judicializada, mais capaz de lidar com o trabalho. A NR-1 tornará isso obrigatório no próximo ano. Mas a urgência já existe. E não precisa dela para começar.

Visão do Direito



Deborah Toni

Sócia do escritório Deborah Toni Advocacia. Especialista em processo civil pelo Instituto Brasiliense de Direito Aplicado (IDA)

Quando o Estado falha, a Justiça corrige: o caso dos policiais federais aposentados por incapacidade

A recente decisão da 16ª Vara Federal do Distrito Federal representa um marco na correção de uma injustiça silenciosa que se arrastava desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019. Observo com preocupação, e com senso de responsabilidade, os efeitos de reformas que, sob o argumento de modernizar o Estado, acabam por negligenciar princípios constitucionais basilares.

A sentença reconheceu o direito à aposentadoria com integralidade e paridade para delegados da Polícia Federal aposentados por incapacidade permanente, desde que tenham ingressado no serviço público até 2019. Trata-se de uma reviravolta histórica, que evidencia uma grave lacuna deixada pela Reforma

da Previdência: a ausência de regra de transição para os servidores que não se aposentaram voluntariamente, mas por invalidez, uma categoria que, por definição, encontra-se em situação de vulnerabilidade ampliada.

A Constituição Federal sempre conferiu tratamento diferenciado aos servidores que exercem atividades de risco, como os policiais civis. A Lei Complementar nº 51/1985 e a Lei nº 4.878/1965, ambas recepcionadas pela ordem constitucional, asseguram provimentos integrais e paridade. O Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Tema 1019 da repercussão geral, consolidou esse entendimento ao reforçar que a natureza da atividade policial justifica proteção previdenciária especial, independentemente da modalidade de aposentadoria.

Ignorar esse arcabouço normativo, como fez a EC 103/2019 ao omitir regra de transição, é afrontar o princípio da isonomia. Não há justificativa constitucional para tratar de forma menos benéfica o servidor que, por moléstia ou acidente, é compelido a se aposentar. A inexistência de transição não pode ser interpretada como revogação tácita de direitos fundamentais. A experiência histórica da EC 70/2012, que corrigiu omissão similar da EC 41/2003, reforça esse raciocínio e demonstra que o legislador constituinte derivado pode, sim, falhar — e deve ser corrigido.

A decisão judicial não apenas reconhece esse direito: ela determina sua implementação imediata. Os impactos são concretos. Aposentadorias que antes giravam em torno de R\$ 15 mil

podem ser recalculadas para valores superiores a R\$ 40 mil. Mais do que cifras, trata-se de dignidade, de segurança jurídica e de respeito à trajetória de servidores que dedicaram suas vidas à proteção da sociedade.

Os tribunais pátrios já, há muito, haviam sinalizado a validade da legislação especial aplicável aos policiais. Agora a justiça se confirma aos aposentados por incapacidade permanente. É o momento de o Estado reconhecer que reformas estruturais não podem ser conduzidas às custas dos mais vulneráveis. Que essa decisão sirva de precedente, e de alerta, para futuras alterações legislativas. O direito não pode ser moldado exclusivamente pela lógica fiscal. Ele deve, acima de tudo, servir à Justiça.



Visão do Direito



Guilherme Veiga

Advogado. Especialista em direito constitucional internacional, mestre em direito e doutorando em direito constitucional

A divisão de competências internas e a hierarquia dos julgamentos no Superior Tribunal de Justiça

O Superior Tribunal de Justiça possui estrutura interna própria e regimento específico que distribui competências entre seus órgãos julgadores. A compreensão dessa organização é essencial para reconhecer como a Corte funciona e como os processos nela tramitam. O Regimento Interno do STJ (RISTJ) apresenta essa divisão de forma sistematizada, constituindo uma base normativa para o exercício jurisdicional do Tribunal.

O Tribunal é composto por 33 ministros, conforme dispõe o art. 2º do RISTJ, e organiza-se, para fins de julgamento de processos, em Corte Especial, Seções e Turmas, cujas atribuições são definidas regimentalmente. A divisão fundamental do STJ decorre de sua especialização por matéria. O art. 9º do RISTJ estabelece três grandes áreas: direito público, direito privado e direito penal, cada uma correspondente a uma Seção da Corte.

As Turmas são órgãos fracionários dessas Seções, formadas por cinco ministros cada, julgando inicialmente os processos distribuídos dentro de sua área de conhecimento.

A Primeira Seção, integrada pela Primeira e Segunda Turmas, é responsável pelas matérias de direito público, conforme o art. 9º, §1º, do RISTJ. Nela se enquadram temas como servidores públicos, responsabilidade civil do Estado, licitações, contratos administrativos e tributos. Já a Segunda Seção, composta pela Terceira e Quarta Turmas, aprecia matérias de direito privado, previstas no art. 9º, §2º, do RISTJ, incluindo obrigações civis, direito de família, sucessões, propriedade, empresas, títulos de crédito e mercado financeiro. Por sua vez, a Terceira Seção, integrada pela Quinta e Sexta Turmas, julga matérias penais, nos termos do art. 9º, §3º, do RISTJ.

A competência das Turmas está detalhada

no art. 13 do RISTJ, que prevê o julgamento dos recursos especiais, recursos ordinários, agravos e habeas corpus, conforme a matéria e a origem do processo. Já as Seções possuem atribuições ampliadas, previstas no art. 12 do RISTJ, como o julgamento de recursos repetitivos, ações rescisórias, conflitos de competência, reclamações, entre outros temas, além da uniformização de jurisprudência interna.

Acima das Seções está a Corte Especial, composta pelos 15 ministros mais antigos. Suas atribuições estão previstas no art. 11 do RISTJ, incluindo julgamento de ações penais originárias, mandados de segurança contra atos de órgãos do próprio Tribunal, embargos de divergência entre Seções distintas, incidentes de assunção de competência e conflitos internos de competência. A Corte Especial também exerce funções administrativas, como aprovação de propostas orçamentárias, entre outras atribuições.

A hierarquia decisória não implica revisão automática entre órgãos, mas distribuição funcional: as Turmas julgam a matéria inicialmente; as Seções atuam quando há necessidade de uniformização interna ou quando o procedimento exige competência ampliada; e a Corte Especial intervém quando o tema ultrapassa os limites de uma única Seção ou envolve questões institucionais ou de competência originária. Essa estrutura permite ao Tribunal manter coerência e organização interna, garantindo que cada matéria seja apreciada pelo colegiado adequado.

Dessa forma, o funcionamento do STJ decorre da articulação entre sua especialização temática, seus órgãos fracionários e as competências regimentais expressas. O conhecimento dessa organização revela o modo como a Corte estrutura seus julgamentos e cumpre sua missão constitucional de uniformizar a interpretação da lei federal em todo o território nacional.



Alexandre Piquet

Advogado licenciado nos Estados Unidos, fundador da Piquet Law Firm, com atuação em direito tributário, empresarial, imobiliário e imigratório

Consultório Jurídico

Como morar nos EUA com as novas regras de imigração

Desde que novas regras de imigração adotadas pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos entraram em vigor, o sonho de muitos brasileiros de migrarem para o país norte-americano passou a ser mais desafiador. Isso não significa que seja conveniente enterrar o desejo, mas é inegável que agora será necessário rever as estratégias, já que os vistos residenciais podem custar bastante caro. A boa notícia é que há alternativas.

A mudança na política migratória partiu da Casa Branca, que criou, literalmente, uma tabela de preços para algumas modalidades de vistos definitivos — proposta que ganhou a alcunha de Trump Gold Card. Os valores podem iniciar a partir da quantia de US\$ 1 milhão, como ocorre no caso da categoria Gold Card. O cartão atuará como uma alternativa ao visto EB-5, funcionando como o Green Card, que confere ao titular o direito de trabalhar e viver

livremente, como qualquer cidadão americano. Nesse caso, a ideia é alcançar especialmente executivos que possuem negócios nos EUA.

Outra opção é recorrer ao H-1B como alternativa. Trata-se de um visto não imigrante temporário, direcionado para profissionais qualificados. Nesse caso, o visto leva em conta uma proposta de trabalho compatível com a specialty occupation do requerente. Ou seja, a oportunidade de trabalho é resultado de sua especialidade. Mas isso exige uma formação acadêmica relevante, de tal maneira que não é qualquer profissional que alcança a possibilidade do visto H-1B.

Dentro da nova política governamental, esse visto passará a ter um custo de US\$ 100 mil a partir de março de 2026, com impacto somente sobre as novas solicitações quando via consulado. Os profissionais que já possuem o visto ou que aplicam de dentro dos Estados Unidos não serão submetidos a essa cobrança, nem mesmo no ato da renovação. Por se tratar de um visto temporário, o período de residência é limitado a três anos, prorrogáveis por mais três.

Esses são casos em que o acesso, de um modo ou de outro, tende a ser mais simples

por estar condicionado a um pagamento que garante sua emissão. Mas há casos em que a residência exigirá mais jogo de cintura do que propriamente dinheiro no bolso. São os casos das modalidades de Employment-Based (EB), como o EB-1 e o EB-2. Embora também sejam focados em pessoas com habilidades específicas ou reconhecimento internacional, como cientistas e executivos em âmbito global, sua emissão, ao contrário do H-1B, não depende necessariamente de um emprego assegurado nos EUA. Isso exige meios mais estratégicos para a tentativa de morar no país.

A primeira delas é harmonizar o currículo às expectativas do United States Citizenship and Immigration Services (USCIS), o departamento responsável por gerenciar a emissão de vistos imigratórios. Para isso, é importante reunir diplomas reconhecidos, experiências comprovadas, publicações em produções acadêmicas, premiações e, se possível, ter como histórico a ocupação em cargos de relevância dentro da área de atuação.

Outra recomendação é agir com o máximo de transparência, até porque “forçar” uma categoria para tentar facilitar a entrada

no país pode resultar num tiro pela culatra. Isso serve principalmente para candidatos que tentam emplacar a ideia de que sua formação alcança um interesse nacional dos EUA. Muitas vezes, utilizar do networking para encontrar um empregador norte-americano gasta menos tempo que convencer a USCIS com uma abordagem talvez inócuia. São casos em que “o menos é mais”.

Nessa dinâmica de agir de forma adequada, o ideal é engajar-se no desafio de elaborar um verdadeiro dossier profissional e acadêmico de sua própria vida. O USCIS exige que o candidato prove, documentalmente, sua excelência; que consiga atestar que há um reconhecimento às suas habilidades e competências; e que consiga apontar que suas certificações são relevantes. O trabalho é minucioso, mas a obtenção do visto é um prêmio que faz valer a pena.

Seguir as regras, por mais rígidas que sejam, é o único caminho eficaz para quem pretende residir nos Estados Unidos. Não é impossível, ainda que seja para quem não dispõe de US\$ 1 milhão ou mesmo US\$ 100 mil sobrando na conta. O currículo, em muitos casos, vale mais do que se imagina.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 18 de dezembro de 2025

Para anunciar ▶ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel**
- 1.2 Apartamentos**
- 1.3 Casas**
- 1.4 Lojas e Salas**
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões**
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas**
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário**

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVICO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Expos-
ress and alto. Lindo apartamento 34m² c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Expos-
ress and alto. Lindo apartamento 34m² c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS**ÁGUAS CLARAS****1 QUARTO**

MEU IMÓVEL IMOB
LUGARCERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2 IMÓVEIS ALUGUEL

1.2**ÁGUAS CLARAS****2 QUARTOS**

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guias Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698



RUA 28 - Praça Sabiá Residencial ALL, Excelente apto área privativa 95,51m² c/ 3qtos (1 suíte), 02 semi-suites, sala c/ 2 ambientes, cozinha c/ armários, varanda, lavabo, área serv. separado, 2 vagas de garagem, andar alto c/ vista livre, área de lazer completa. Acionamento: Estamos no mercado há 25 anos. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 VEÍCULOS

1.2**ASA NORTE****ASA NORTE****QUITINETES****CLASSIFICADOS****PATROCINE UMA RETRANCA!!!****DEIXE SUA EMPRESA OU SERVICO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS****PREÇO ESPECIAL****ANUNCIE AQUI!****ENTRE EM CONTATO CONOSCO****61 3342-1000 - OPÇÃO 5****CRUZEIRO****3 QUARTOS****PLANO EMPREEND.**

IMOBILIARIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS**PLANO EMPREEND.**

404 BLOCO I Apt 78m² 3qtos 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SR. IMÓVEIS**CJ 9417****SGAN 708**

Bloco P 3qtos (sendo 01 suíte), vaza-
do, 4 andar, reformadíssimo, 135m². Aceito 2qtos
no Noroeste. 99109-6160 3042-9200 cj9417
Sr. Imóveis

PLANO EMPREEND.

404 BLOCO I Apt 78m² 3qtos 2banhs local
privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

3 QUARTOS**ACHEI IMÓVEIS DF****CA 08****apt 3qtos****228m²****cond fechado****98311-5595****c/19540****3 QUARTOS****NOROESTE****3 QUARTOS****ACHEI IMÓVEIS DF****SQSW 500****Moderno apto****3qtos 109m²****2 vagas****Tr: 98311-5595****3 QUARTOS****ACHEI IMÓVEIS DF****SQSW 500****Moderno apto****3qtos 109m²**

CLASSIFICADOS

1.3 PARK WAY

1.3 CASAS

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE

QD 01 casa c/ 4 qtos
400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

2 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE

AR 10 Casa 2 qtos
128m2, 2 vagas s/l de estar coz. 98481-4268

1.3 SOBRADINHO

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos
128m2, 2 vagas s/l de estar coz. 98481-4268

1.3 SOBRADINHO

3 QUARTOS

QD 13 Conj. B lote 57. 01 casa 04 qtos, 1 qto c/ suite, +2 wc, garag. 4 vagas, área coberta 120m², á rea de lazer completa, churr. c/ fogão a lenha, blindex. R\$ 900 mil. Tr: 61 99179-8922 / 99157-5630 - Rinaldo

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÕES 5VENDER,
COMPRAR,
ALUGAR,
CONTRATAR,
DIVULGAR

O Classificados do Correio Braziliense é o lugar ideal para quem deseja fazer um bom negócio!

Entre em contato para maiores informações

61 98167-9999

CLASSIFICADOS

Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções

@classificadoscb

Facebook @classificadoscb

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

QND 05 vendo excelente casa com 3 quartos sendo uma suíte, sala, cozinha, banheiro social, cerâmica, terreno 340m², quitada, escriturado, ótima localização, valor R\$ 595 mil. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 99974-5385 c/30876 www.geraldovieira.com.br

1.4 LOJAS E SALAS

SR. IMÓVEIS C.J. 9417

CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo sub-solo sobreloja 250m², reformada. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LOJAS

ASA SUL

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL

2.2 GUARÁ

2.2 APARTAMENTOS

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m² 1 qto
sl. coz á99112-3703 /
3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.BR
Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto
3 qtos 110m² 1
suíte Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos
120m². 99112-3703 /
3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ÁGUAS CLARAS

RUA 14 NORTE Resid.
Supremo Aluga-se loja
c/ aprox 51,79m² e 01
banheiro. R\$ 3.400,00
3355-2005/ 98141-1639
Imob. Forte cj7118

2.4 ASA NORTE

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS

CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja
de frente W3 com térreo e
subsolo, 120 metros.
Tratar: 3042-9200 ou
99109-6160 Sr Imóveis
cj9417

SR. IMÓVEIS

CJ 9417

SCLRN 704 Prédio de
frente W3 com subsolo,
térreo, 1 andar com
200m² no 3º pavimento.
Tr. 3042-9200/ 99109-
6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QOF conj G loja 40m²
para alugar Tr: 3386-
9000 cj22002

CEILÂNDIA

EQNN 01/03 Bl A Lj 4 c
/solo wc 100m \$ 1.500
ap 2q a.emb sl cz wc
\$900 99157-7766 c9495

GAMA

ALUGO PRÉDIO comercial,
Avenida do hospital
c/elevador 99976-4334

GUARÁ

QE 38 Al Loja 96m² c/
subsolo 1wc Ref. piso
granitina frente p/nasc \$
1.300 991577766 c9495

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m²
no C. Clínico Sul 5211
3322-3443

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma
4.2 Moda, Vestuário e Beleza
4.3 Saúde
4.4 Comemorações, e Eventos
4.5 Serviços Profissionais
4.6 Som e Imagem
4.7 Diversos4.1 CONSTRUÇÃO E
REFORMACONSTRUÇÃO
MATERIAISKIT CASA usada de ma-
deira macica R\$ 40.000,
(61) 98555-8595

4.3 MASSAGEM TERAPÊUTICA

SAÚDE

MASSAGEM TERAPÊUTICA

MASSAGENS RELAXANTE
TERAPÉUTICA, NURU
ambiente calmo, com nova
equipe. 61 3326-
7752 / 61 99200-4541

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

OUTROS PROFISSIONAIS

ROMÁRIO

MONTADOR DE MÓVEIS
PRECISANDO de montador
de móveis ? Montagem e
desmontagem de móveis e
gôndolas, troca de dobradiças e
corrediças, instalação de TV e
cortinas . Mais de 20 anos de
experiência garantindo qualida-
de e confiança, Solici-
te já o seu orçamento.

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QOF conj G loja 40m²
para alugar Tr: 3386-
9000 cj22002

4.7 DIVERSOS

ANIMAIS DOMÉSTICOS

CÃES

JACK RUSSELL Australiano
peludo, filhotes disponíveis.
Criação familiar em ambiente
doméstico. Pedigree e
acompanhamento desde o
nascimento. Entrega a partir de
07/01 Whats (61) 98117-
7008 Brasília

5

NEGÓCIOS &
OPORTUNIDADES5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Informática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer5.2 COMUNICADOS,
MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

A MAE DE SANTO traz
amor em 7 horas na palma
da mão, faz trabalhos em
todas as áreas: amor, passar
em concurso, tira depressão,
faz cura de doenças , pacto
de riqueza, afasta rivais.
Consultas com entidade,
cartas, presencial ou
a distância . Sigilo total .
Tenho referências e te
dou garantia! (61)
9.9149-8430

5.2 MÍSTICOS

AMARRAÇÃO AMOROSA

TARÔ DOS ANJOS

MÃE HELOISA - SIA

FAÇO UNIAO de casal
afastamento de rivais ,
limpeza de corpo, abertura
de caminho c/ rezas ,
trato impotência e cura vícios .
Trabalhos p/ todos
fins. Consulta 01 cesta
básica, Fazemos consulta
presencial/ online Tr.
98224-9880

4.5 OUTROS PROFISSIONAIS

ASTRÓLOGA DO AMOR
ATENÇÃO Brasília e
entorno acaba de chegar
na cidade a Astrólogo
Dona Vitoria , se você
tem problemas amoro-
sos, financeiros, famili-
ares, não sofra mais
dona Vitoria tem a so-
lução traz o seu amor
do jeito que você quer.
Consulta online R\$ 20,00
amarração R\$ 80,00 Tel.: (62)
99438-0093

4.7 DIVERSOS

DONA PERCILIA
FAZEMOS TRABA-
LHO para o amor e
buscamos a pessoa
amada. Marque sua
consulta. Presencial
ou on-line . (tarô e Car-
tas) (61) 98363-5506

5.2 MÍSTICOS

ASTRÓLOGA DO AMOR
ATENÇÃO Brasília e
entorno acaba de chegar
na cidade a Astrólogo
Dona Vitoria , se você
tem problemas amoro-
sos, financeiros, famili-
ares, não sofra mais
dona Vitoria tem a so-
lução traz o seu amor
do jeito que você quer.
Consulta online R\$ 20,00
amarração R\$ 80,00 Tel.: (62)
99438-00935.2 NEGÓCIOS &
OPORTUNIDADES

ORAÇÃO DAS ALMAS

Benditas. Oh! Minhas Al-
mas Benditas, sabidase entendidas, a vós pe-
ço, pelo amor de Deus,que entendei ao meu pe-
dido. Minhas almas benditas,
sabidas e entendidas,a vós peço pelo san-
gue, que Jesus derramou,
que atendei ao meu pe-
dido. Meu Se-
nhor Jesus Cristo queVossos olhos me cu-
bram. Oh! Deus bondade,
vós fostes meu advogadona vida e na mor-
te, peço-Vos que aten-
dei ao meu pedido. Li-
vrai-me dos males, dai-
me sorte na vida. Mi-
nhas almas benditas, sa-
bidas e entendidas, seme fizereis alcançar es-
sa graça ficarei devotó
de vós e mandarei publi-
car essa oração. LCLA

DINHEIRO NA HORA

DINHEIRO NA HORA pa-
ra funcionário público
em geral com cheque,
desconto em folha ou dé-
bito em conta corrente
sem consulta SPC/ Serasa, Tel: 4101-6727
9.9149-84305.4 FRANQUIAS E
SOCIEDADES

NEGÓCIOS

FRANQUIAS E
SOCIEDADES

PROCURA SÓCIO

INVESTIDOR PA-
REMPRESA sólida e estable-
cida no Nordeste, em
região de praia, com
mais de 30 anos de atua-
ção no ramo de even-
tos. Oportunidade de in-
vestimento: Setor: Loca-
ção de equipamentos
áudiovisuais, LED, som e iluminação para
eventos. Histórico:Mais de 3 décadas de
operação contínua. Per-
formance: Excelente
carteira de clientes,
bom faturamento com-
provado e sem quaisquer
pendências ou impe-
dimentos. Mercado:
Sólido e em expansão.
Diferenciais referen-
ciais: Conhecimento e afi-
nidade com o ramo de
eventos e/ou a área téc-
nica. Valor da Participa-
ção/Investimento (a ser
detalhado): R\$ 1.500.000,00

Contato:

Somente para interessados
com real capacida-
de de investimento e afi-
nidade com o negócio.
(084) 98152-4067

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

CACAU SOLTERINHA

20 ANOS seios furando
a blusa! Faço oral até o
fim e deixo finalizar na bo-
ca! (61) 99620-9236

FACO ORAL

GINA 35 ANOS Oral
até o fim em homens ativos
deixo finalizar na bo-
ca A.Nt 61 98423-0109

WANDA MULHERÃO

PRECISO DE CLIEN-
TES - Sou bonita! - (61)
98539-7146

CACAU SOLTERINHA

20 ANOS seios furando
a blusa! Faço oral até o
fim e deixo finalizar na bo-
ca! (61) 99620-9236

MASSAGEM RELAX

CAROL TOP DE LUXO
REALMENTE LINDA s/
decepção 61996306790

JAIME MARTINS DE MOURA E OUTROS

Aviso de Requerimento de Licença de Adesão
e Compromisso - LACTorna público que está requerendo do Instituto Brasília
Ambiental - IBRAM/DF, a Licença Ambiental Simplificada para atividade de
armazenamento, carga e descarga de produtos perigosos, no Endereço,
Rod Br-040, Lote 01, Quadra 01, Região Administrativa, SN, Santa Maria -
Brasília/DF, CEP 72.549-650.
Processo: 00391-0001350/2025-91 - LEONEIA DE LIMA.

6.1 NÍVEL MÉDIO

ALMOXARIFE
DE OBRASUNIMAN ENGEN-
HARIA Contrata para
obras de alto padrão no
Lago Sul, com experiê-
ncia em software de ges-
tão. Enviar currículo pa-
ra o e-mail: almoxarife@uniman.
com.br

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.4 OFERTA DE
EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

CASEIRO Que saiba ti-
rar leite Tratar: 61
3367-0108CASEIRO PARA Ser-
viços Gerais, casal . Tra-
tar: 99903-0605CHURRASQUEIRO
COM EXPERIÊNCIA -
Samambaia Norte. Tra-
tar: (61)99451-8243DOMÉSTICA PRECISO
de segunda a sexta-
feira R\$ 2.000, + VT Nú-
cleo Band. 99163-5402

CASA DA MERENDA

CONTRATA

JARDINEIRO/SERVEN-
TE Pedreiro/ Motoboy/
Aux. Cozinha CV p/
rhdondurica@gmail.comMASSAGISTA PRECISA-
SE COM OU SEM Experiên-
cia p/Semana ou Fim Se-
mana. Pagamento diá-
rio. Tr: 61 98474-3116

SOLUÇÃO PARABRISAS

CONTRATA Aux. p/ In-
stalação de Parabrisas.
Ver vagas: www.
solucaoaparabrisas.com.
br/vagas . Tag./ Vic. Pi-
res. Enviar Currículo p/
WhatsApp: (61) 99882-2256

NÍVEL MÉDIO

SIA PASTEL CONTRATA

ATENDENTE DE BAL-
CÃO e Salgadeiro para
trabalhar de segunda à
sábado horário comerci-
al. Salário + produtivida-
de. Tr. Zap: 3234-3599

AMAZON SERVIÇOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA

Aviso de Requerimento de Licença Ambiental Simplificada

Torna público que está requerendo do Instituto Brasília
Ambiental - IBRAM/DF, a Licença Ambiental Simplificada para atividade de
armazenamento, carga e descarga de produtos perigosos, no Endereço,
Rod Br-040, Lote 01, Quadra 01, Região Administrativa, SN, Santa Maria -
Brasília/DF, CEP 72.549-650.

Processo: 00391-0001350/2025-91 - LEONEIA DE LIMA.

Edital de Leilão Extrajudicial de Bem Imóvel.

Início 1ª Praça: 05/01/2026 às 15:00hs - Término 1ª Praça: 07/01/2026 às 15:00hs.

Início 2ª Praça: 07/01/2026 às 15:00hs - Término 2ª Praça: 15/01/2026 às 15:00hs.

Avaliação: R\$ 288.811,20 - Lance mínimo em 2ª Praça: R\$ 260.524,16

Bem: Apartamento nº 212-E do Condomínio Tagua Life Center em

Taguatinga, Brasília/DF.

Comissão: O arrematante pagará ao leiloeiro 5% de comissão sobre o
valor da arrematação.

Leiloeiro: Rogério Soares de Pádua - JUCESP: 1.026

www.destakleilos.com.br - (11) 3107-0933

K-17e18/12

Aspetro - Associação dos Trabalhadores na área de derivados
de petróleo e lojas de conveniência do DF e entorno
CNPJ - 07.382.122.0001.39

Neste momento representado pelo Diretor legal Presidente Sr.

Joaquim Rodrigues Siqueira.Convoca toda Diretoria executiva,

Conselho Fiscal e Associados para reunião extraordinária na data do

dia 27/12/2025, às 10h primeira chamada e segunda chamada

10:30h, no endereço - QE 50 CONJ. R CASA 05 GUARÁ II.

ANUNCIE CONOSCO !

IMPRESSO E DIGITAL

- Balanços - Atas - Avisos
- Extravios - Convocações
- Editais - Comunicados
- Regulamentos
- Licitações - Leilões - Pregões

ENTRE EM CONTATO :



(61) 98167-9999



(61) 3342-1000

Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h
e aos sábados de 8h às 12h - ***domingos e feriados fechados***



CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE